

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG**

Companhia Aberta  
CNPJ 17.155.730/0001-64  
NIRE 31300040127

**PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA-AGO/AGE A SEREM REALIZADAS, CUMULATIVAMENTE, EM 27 DE ABRIL DE 2023, ÀS 11 HORAS, E DE FORMA EXCLUSIVAMENTE DIGITAL.**

Senhores Acionistas:

Considerando que o Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, encaminhou as propostas às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária-AGO/AGE, no sentido de:

Em Assembleia Geral Ordinária:

**(i)** aprovar o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhado dos respectivos documentos complementares; **(ii)** aprovar a destinação do resultado do exercício de 2022 e do orçamento de capital da Companhia; e, **(iii)** fixar a remuneração global dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

**(iv)** eleger membro do Conselho Fiscal, haja vista a solicitação de substituição de membro efetivo desse colegiado, indicado pelo acionista majoritário, Estado de Minas Gerais, **(v)** alterar a redação do Art. 1º do Estatuto Social da Companhia para constar de forma precisa a Comercialização Varejista para atendimento à exigência legal; **(vi)** consolidar o Estatuto Social da Companhia de forma a refletir a alteração indicada; e, **(vii)** autorizar os administradores para praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima.

Propõe que sejam encaminhadas, às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária-AGO/AGE, as seguintes propostas:

- 1)** Aprovação da conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022. Encaminhar, à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 27 de abril de 2023, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, e os respectivos documentos complementares;
- 2)** Aprovação da destinação do resultado do exercício de 2022, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2022, no montante de R\$4.092.313mil, do saldo de realização do custo atribuído do imobilizado, no montante de R\$13.554mil, da realização da reserva de lucros a realizar, no montante de R\$834.603mil, seja dada a seguinte destinação:
  - R\$204.616mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Legal, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976;

•R\$2.232.463mil sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2023 e a segunda até 30 de dezembro de 2023, conforme segue:

-R\$1.983.650mil declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva quando da declaração dos JCP no exercício de 2022;

-R\$248.813mil declarados como dividendos obrigatórios, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO.

•R\$1.755.963mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2023 conforme orçamento de capital;

•R\$26.193mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene. A Reserva de Lucros a Realizar continuará com o saldo de R\$834.603mil, considerando a reversão da reserva constituída em 2021 e a nova constituição de reserva em 2022 de mesmo valor. O pagamento dos dividendos obrigatórios será realizado em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30-12-2023, cabendo à Diretoria Executiva, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento;

3) Aprovação da fixação da remuneração global dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria no valor de R\$29.500.000,00 (vinte e nove milhões e quinhentos mil reais) para o ciclo de abril de 2023 a março de 2024;

4) Eleição de membro do Conselho Fiscal, haja vista a solicitação de indicação do Sr. Pedro Bruno Barros de Souza, como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia, em substituição ao Sr. Fernando Scharlack Marcato, membro efetivo desse colegiado, indicado pelo acionista majoritário, Estado de Minas Gerais;

5) Alteração da redação do Art. 1º do Estatuto Social da Companhia para constar de forma precisa a Comercialização Varejista para atendimento à exigência legal:

Aprovado o item acima pela Assembleia Geral, autorizar a alteração da redação do Art. 1º do Estatuto Social, que passará a ser a seguinte: “Art. 1º - A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, constituída em 22 de maio de 1952, como sociedade por ações, de economia mista, será regida por este Estatuto Social e pela legislação aplicável e destina-se a construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, [inclusive comercialização varejista](#), e serviços correlatos; a desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; a prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e, a exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social, incluindo o desenvolvimento, a exploração de sistemas de telecomunicação, de informação, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológicos e a inovação.”

6) Aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir a alteração indicada; e,

7) Autorização aos administradores para praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses dos acionistas e da Companhia, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada.

Belo Horizonte, 24 de março de 2023

Márcio Luiz Simões Utsch  
Presidente do Conselho de Administração

## **ÍNDICE DOS ANEXOS**

**Anexo 1 – Proposta de Destinação do Lucro Líquido – Exercício 2022 -  
(Resolução 81 – Artigo 10)**

**Anexo 2 – Orçamento de Capital**

**Anexo 3 – Remuneração dos administradores – (Resolução 81 - Artigo  
13)**

**Anexo 4 – Parecer do Conselho Fiscal sobre Demonstrações Financeiras**

**Anexo 5 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a proposta do Conselho de  
Administração para a AGOE**

**Anexo 6 – Comentários dos administradores sobre a situação financeira  
da Companhia – (Resolução 81 - Artigo 10)**

**Anexo 7 – Parecer dos Auditores Independentes**

**Anexo 8 – Reforma Estatutária – (Resolução 81 - Artigo 12)**

**Anexo 9 – Eleição no Conselho Fiscal – (Resolução 81 – Artigo 11)**

**ANEXO 1 À PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2022 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM ABRIL DE 2023**

**DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS  
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG**

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício está demonstrado a seguir:

<b>Cálculo dos dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais</b>	
Valor nominal das ações preferenciais já capitalizadas	7.327.615
	<b>7.327.615</b>
Percentual sobre o valor nominal das ações preferenciais	10,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	<b>732.762</b>
<b>Valor do patrimônio líquido</b>	
Valor do patrimônio líquido	21.777.356
Percentual das ações preferenciais sobre o patrimônio líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,56%
Participação das ações preferenciais no patrimônio líquido	<b>14.495.008</b>
Percentual sobre o valor do patrimônio líquido das ações	3,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	<b>434.850</b>
<b>Dividendos estatutários mínimos obrigatórios das ações preferenciais</b>	<b>732.762</b>
<b>Cálculo dos dividendos mínimos estatutários com base no lucro líquido do exercício</b>	
Lucro líquido do exercício	4.092.313
	50%
Dividendo obrigatório – 50,00% do lucro líquido	<b>2.046.157</b>
Constituição de reserva de lucros a realizar	(834.603)
Realização da reserva de lucros a realizar	834.603
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	186.306
	<b>2.232.463</b>
Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto	
Juros sobre o capital próprio	1.983.650
Dividendos ordinários	248.813
	<b>2.232.463</b>
<b>Total dos dividendos para ações preferenciais</b>	<b>1.485.927</b>
<b>Total dos dividendos para ações ordinárias</b>	<b>746.536</b>
<b>Dividendos por valor unitário – R\$</b>	
Dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais	0,50
Dividendo obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	1,01
Dividendos propostos - ON	1,01
Dividendos propostos – PN	1,01

## Anexo 1

### Proposta de Destinação do Lucro Líquido (Resolução 81 – Artigo 10)

1. Informar o lucro líquido do exercício.  
R\$4.092.313 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Juros sobre Capital Próprio, como segue:

- R\$245.000 mil, equivalente a R\$0,14473821881 por ação ordinária/preferencial, declarados em 28.03.2022.
- R\$353.000 mil, equivalente a R\$0,16041629900 por ação ordinária/preferencial, declarados em 24.06.2022.
- R\$471.529 mil, equivalente a R\$0,21428027494 por ação ordinária/preferencial, declarados em 23.09.2022.
- R\$398.607 mil, equivalente a R\$0,18114181218 por ação ordinária/preferencial, declarados em 21.12.2022.
- R\$515.514 mil, equivalente a R\$0,23426869112 por ação ordinária/preferencial, declarados em 27.12.2022.

Dividendos, como segue:

- R\$248.813 mil, equivalentes a R\$0,11306986008 por ação ordinária/preferencial, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO, ou seja, 27.04.2023.

Montante Global: R\$2.232.463 mil

Valor por ação ordinária/preferencial: R\$1,04791515613

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.  
54,55%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não houve deliberação de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Dividendos - R\$83.202 mil para ações ON  
R\$165.611 mil para ações PN

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Dividendos no valor de R\$248.813 mil, equivalentes a R\$0,11306986008 por ação ordinária/preferencial, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de

Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGOE, ou seja, 27.04.2023, a serem pagos em duas parcelas iguais: 50% até 30.06.2023 e 50% até 30.12.2023.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio. Não é prevista incidência de atualização.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Dividendos - Data da realização da AGO, ou seja, 27.04.2023.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Juros sobre Capital Próprio, como segue:

- R\$245.000 mil, equivalente a R\$0,14473821881 por ação ordinária/preferencial, declarados em 28.03.2022.
- R\$353.000 mil, equivalente a R\$0,16041629900 por ação ordinária/preferencial, declarados em 24.06.2022.
- R\$471.529 mil, equivalente a R\$0,21428027494 por ação ordinária/preferencial, declarados em 23.09.2022.
- R\$398.607 mil, equivalente a R\$0,18114181218 por ação ordinária/preferencial, declarados em 21.12.2022.
- R\$515.514 mil, equivalente a R\$0,23426869112 por ação ordinária/preferencial, declarados em 27.12.2022.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

- R\$245.000 mil, equivalente a R\$0,14473821881 por ação ordinária/preferencial, declarados em 28.03.2022, pagos em 30.12.2022.
- R\$353.000 mil, equivalente a R\$0,16041629900 por ação ordinária/preferencial, declarados em 24.06.2022, a serem pagos em duas parcelas iguais: 50% até 30.06.2023 e 50% até 30.12.2023.
- R\$471.529 mil, equivalente a R\$0,21428027494 por ação ordinária/preferencial, declarados em 23.09.2022, a serem pagos em duas parcelas iguais: 50% até 30.06.2023 e 50% até 30.12.2023.
- R\$398.607 mil, equivalente a R\$0,18114181218 por ação ordinária/preferencial, declarados em 21.12.2022, a serem pagos em duas parcelas iguais: 50% até 30.06.2023 e 50% até 30.12.2023.
- R\$515.514 mil, equivalente a R\$0,23426869112 por ação ordinária/preferencial, declarados em 27.12.2022, a serem pagos em duas parcelas iguais: 50% até 30.06.2023 e 50% até 30.12.2023.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

Exercício	2022	2021	2020	2019
Lucro Líquido / ações ON (R\$)	1,85	2,21	1,89	2,14
Lucro Líquido / ações PN (R\$)	1,85	2,21	1,89	2,14

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios	2021	2020	2019
Dividendos (R\$)	0,59	0,61	0,25
JCP (R\$)	0,56	0,35	0,27
Total (R\$)	1,15	0,96	0,52

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.  
R\$204.616 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Dividendos mínimos:

10% sobre o valor nominal das ações preferenciais ou 3% sobre a participação das ações preferenciais no Patrimônio Líquido, dos dois o maior. Obs.: No caso de deliberação de distribuição de dividendos superiores ao mínimo, prevalece o maior.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

O lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.



Não Aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

R\$743.111 mil para ações PN.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Ações PN – R\$0,50 por ação.

10. Em relação ao dividendo obrigatório.

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.  
50% do Lucro Líquido.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

R\$834.603 mil

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

A Reserva de Lucros a Realizar continuará com o saldo de R\$834.603mil, considerando a reversão da reserva constituída em 2021 e a nova constituição de reserva em 2022 de mesmo valor.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.  
Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva  
Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado  
Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção.  
R\$1.755.963 mil.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital  
Ver anexo 2

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva.  
R\$26.193 mil.

b. Explicar a natureza da destinação.  
Referente aos incentivos fiscais obtidos nos exercícios anteriores em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

## Anexo 2

### ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2023, da proposta de orçamento de capital consolidado para o exercício de 2023, em milhares de Reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$1.755.963 da retenção de lucros do exercício de 2022.

<b>Investimentos planejados para 2023</b>	
Sistema elétrico de distribuição	2.014.679
Sistema elétrico de subtransmissão	712.302
Sistema elétrico de geração	818.273
Sistema elétrico de transmissão	246.151
Aportes em controladas e coligadas	56.012
Infraestrutura e Outros	1.660.372
	<b>5.507.789</b>

## Anexo 3

### 8.1

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração,

da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

**(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O principal objetivo da política de remuneração de Diretores Executivos do Grupo Cemig é estabelecer diretrizes a serem observadas para a remuneração fixa e variável dos membros das Diretorias Executivas da Cemig e de suas subsidiárias integrais ou controladas, em conformidade com os Estatutos Sociais dessas empresas, tendo como base a Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual.

O montante global ou individual da remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria é anualmente fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação aplicável. A Assembleia Geral Ordinária da Companhia aprova os critérios para pagamento dos honorários.

**(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

- Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;
- Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e,
- Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A fixação da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia é deliberada em Assembleia Geral.

**(c) Composição da remuneração, indicando Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Diretoria Executiva - Estatutária

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia aprova os critérios para pagamento de honorários da Diretoria Executiva, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, sendo que a última assembleia foi realizada em 30 de abril de 2021, quando foram estabelecidos os valores dos honorários mensais do Diretor Presidente e demais Diretores, bem como os demais itens.

O montante destinado à Remuneração Fixa (RF) e à Remuneração Variável (RVA) é abrangido pela Verba Global Anual para Remuneração, estabelecida em AGO, em conformidade com a legislação societária.

A RF compreende os pagamentos em espécie cujo objetivo é a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado.

A RVA é a bonificação ou recompensa a Diretores Executivos condicionada ao desempenho e à entrega de resultados mensuráveis de um determinado período de tempo e que conduz ao sucesso da Companhia. Seu valor deverá resultar do cumprimento de metas anuais estabelecidas em Contratos de Metas determinados pelo Conselho de Administração.

Os Diretores também possuem direito a uma licença anual, por prazo não superior a 30 (trinta) dias e de forma não cumulativa, durante a qual possuem direito a uma remuneração equivalente à sua remuneração mensal acrescida de um terço.

A Companhia concede a seus Diretores os seguintes benefícios diretos: (i) mensalmente, no dia 25 de cada mês ou no primeiro dia útil anterior, valor equivalente aos vales refeição estabelecidos para os empregados em Acordo Coletivo de Trabalho, relativos ao mês subsequente, na forma eletrônica, com base na coparticipação conforme as faixas salariais; (ii) inscrição em apólice do seguro de vida em grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia; (iii) cobertura de plano de saúde e plano odontológico, de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia (no caso de dependentes especiais, o valor é custeado totalmente pelo Diretor). Além disso, a Companhia concede aos Diretores a participação em plano de previdência privada (Pós Emprego), de forma opcional, parcialmente custeada pelo próprio Diretor e parcialmente custeada pela Companhia, em iguais proporções.

Outros componentes da remuneração dos Diretores são uma gratificação anual no valor do salário mensal, pagamentos referentes às licenças remuneradas e recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) sobre os valores dos honorários e bônus recebidos, que a Companhia concede a seus Diretores, por liberalidade.

O salário ou pró-labore da Diretoria visa a recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições extraordinárias à empresa, sendo estabelecido a partir da avaliação de seus deveres e

responsabilidades e do valor de seus serviços no mercado.

A concessão de benefícios diretos tem por finalidade tornar mais atraente o pacote de remuneração, complementando os honorários e os benefícios legais dos Diretores, funcionando como uma ferramenta de estratégia motivacional em relação aos Administradores, uma vez que sobre o valor pago não incidirão os encargos sociais que tanto oneram a contratação.

### Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Companhia recebem remuneração fixa, composta por salário ou pró-labore e benefícios diretos.

A Assembleia Geral Ordinária da Companhia aprova os critérios para pagamento de honorários do Conselho de Administração, inclusive benefícios de qualquer natureza, sendo que na última assembleia realizada em 30 de abril de 2021 foram mantidos os valores anteriormente praticados dos honorários mensais dos Conselheiros, bem como os demais itens.

Como benefícios diretos, a Companhia oferece aos membros do Conselho de Administração, residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, o reembolso das despesas de locomoção e estada (dentro do território nacional), necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, ou quando convidados pelo Diretor-Presidente para reunião da Companhia, bem como que recebam, a título de ajuda de custo, um valor estipulado por deslocamento. Além disso, a Companhia concede aos membros do Conselho de Administração a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia, bem como a participação em Plano de Previdência Privada (Pós Emprego), de forma opcional, parcialmente custeada pelo próprio Conselheiro e parcialmente custeada pela Companhia, em iguais proporções.

A remuneração mensal visa recompensar os membros do Conselho de Administração pelo tempo dedicado ao desempenho de suas funções e por suas contribuições à Companhia, estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando, também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros, por parte do Presidente do Conselho de Administração.

### Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia recebem uma remuneração fixa, composta por salário ou pró-labore e benefícios diretos.

A Assembleia Geral Ordinária da Companhia, aprova os critérios para pagamento de honorários do Conselho Fiscal, inclusive benefícios de qualquer natureza, sendo que na última assembleia realizada em 30 de abril de 2021 foram mantidos os valores anteriormente praticados dos honorários mensais dos Conselheiros, bem como os demais itens.

A Companhia também oferece, como benefícios diretos aos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, reembolso das despesas com estada e

locomoção (dentro do território nacional), entre o município onde está localizada a residência do Conselheiro Fiscal e aquele da sede social da Companhia, necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, ou quando convidados pelo Diretor - Presidente para reunião da Companhia, bem como que recebam, a título de ajuda de custo, um valor estipulado, por deslocamento. Além disso, a Companhia concede aos membros do Conselho Fiscal a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela empresa.

O salário ou pró-labore dos membros do Conselho Fiscal visa a recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições à empresa, estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros.

Os benefícios diretos objetivam custear despesas com locomoção e alimentação dos membros do Conselho Fiscal residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, além de proporcionar a opção pela inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo.

#### Comitês do Conselho de Administração

Os Comitês do Conselho de Administração são formados apenas por membros efetivos ou suplentes do Conselho de Administração, não existindo qualquer remuneração ou benefício, direto ou indireto, de adicional pago pela participação nas reuniões desses Comitês.

#### Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente, com dotação orçamentária própria, de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração e execução das demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir. O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

O montante global ou individual da remuneração do Comitê de Auditoria é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação aplicável.

Na última Assembleia Geral Ordinária da Companhia, de 30 de abril de 2021, foi estabelecido que a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria fosse mantida, conforme valores anteriormente praticados, excluídos os benefícios na forma da lei. Os membros do Conselho de Administração que compuserem cumulativamente o Comitê de Auditoria perceberão exclusivamente a remuneração deste último.

A Companhia concede aos membros do Comitê de Auditoria a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela empresa.

**Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

**2022 (\*)**

Conselho de Administração

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	96,08 %
Benefícios Diretos	0,90 %
Outros	-
Remuneração por Participação em Reuniões	-
Participação nos Resultados	-
Pós Emprego	3,02 %

(\*) Conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

Diretoria

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	45,87 %
Benefícios Diretos	11,48 %
Outros	-
Participação nos Resultados	31,10 %
Pós Emprego	11,54 %

(\*) Conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

Conselho Fiscal

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	98,34 %
Benefícios Diretos	1,66 %
Outros	-

(\*) Conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.



#### Comitê de Auditoria

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	99,06 %
Benefícios Diretos	0,94 %
Outros	-

(\*) Conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

#### **2021 (\*)**

#### Conselho de Administração

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	96,07%
Benefícios Diretos	1,58%
Outros	-
Remuneração por Participação em Reuniões	-
Participação nos Resultados	-
Pós Emprego	2,34%

(\*) Conforme Ofício Circular CVM/SEP Anual de 2022, , a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

#### Diretoria

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	46,02%
Benefícios Diretos	11,68%
Outros	-
Participação nos Resultados	30,67%
Pós Emprego	11,63%

(\*) Conforme Ofício Circular CVM/SEP Anual de 2022,, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

#### Conselho Fiscal

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	97,36%
Benefícios Diretos	2,64%
Outros	-

(\*) Conforme Ofício Circular CVM/SEP Anual de 2022,, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

#### Comitê de Auditoria

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	98,37%
Benefícios Diretos	1,63%
Outros	-

(\*) Conforme Ofício Circular CVM/SEP Anual de 2022,, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

#### **2020 (\*)**

#### Conselho de Administração

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	76,56%
Benefícios Diretos	1,56%
Outros	0%
Remuneração por Participação em Reuniões	19,14%
Participação nos Resultados	0,00%
Pós Emprego	2,74%

(\*) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

#### Diretoria

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	46,72%
Benefícios Diretos	11,05%
Outros	0%
Participação nos Resultados	30,39%
Pós Emprego	11,85%

(\*) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

#### Conselho Fiscal

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	97,47%
Benefícios Diretos	2,53%
Outros	0%

(\*) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes

a encargos sociais.

#### Comitê de Auditoria

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	98,43%
Benefícios Diretos	1,57%
Outros	0%

(\*) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

#### **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus Administradores são estabelecidos em Assembleia Geral.

Não há metodologia de reajuste estabelecida para a remuneração paga pela Companhia aos seus Administradores.

#### **Razões que justificam a composição da remuneração**

A composição da remuneração e suas correções justificam-se única e exclusivamente em razão de proposta do acionista majoritário, o Estado de Minas Gerais, aprovada nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária anuais.

#### **A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Todos os membros das Diretorias, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são remunerados pela Companhia. Os membros dos Comitês do Conselho de Administração não recebem remuneração adicional, porque já são remunerados como membros do Conselho de Administração.

#### **Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

O Conselho de Administração definiu uma cesta com os seguintes indicadores corporativos para o ano de 2022, associados a metas especificadas, que traduzem suas expectativas para o negócio:

- EBITDACemig Ajustado\*
- Índice Geral de Prazos Distribuição (%)
- Realização dos Investimentos de G, T e D (%)
- Perdas Totais da Distribuição (%)
- Expansão do Portfólio G e T\*\*\*

#### **Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A RVA dos Administradores está atrelada aos indicadores de resultado da Companhia. A RVA paga aos Diretores está condicionada ao alcance de metas corporativas individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração consoante à estratégia da Companhia.

Além dos indicadores corporativos, existem indicadores que traduzem os desafios estratégicos e o crescimento sustentável da companhia, dentre eles:

- ISUSTENT- Participação da Cemig nos Principais Ratings de Sustentabilidade do Brasil e do Mundo – Diretor
- MAPRISK - Índice mapeamento dos riscos da matriz de Top Risks da Companhia
- Índice de Implementação do novo Código de Conduta da Cemig (CCC)

### **Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A política de remuneração da Companhia incorpora elementos de alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo. Além disso, a Companhia tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da Companhia, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida/LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida/ (Patrimônio Líquido+ Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros.

Os resultados de curto prazo, assim considerados os anuais, alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere ao pagamento da Participação nos Lucros e Resultados, atrelados ao Lucro Líquido Consolidado e cumprimento do PMSO orçado. Neste caso, os resultados da Companhia durante o ano definirão o montante a ser atribuído a cada administrador membro da Diretoria.

O alinhamento no médio e no longo prazo é resultado do elemento consistência no atendimento de metas corporativas relativas aos principais indicadores, destacado o indicador Prudência nos Investimentos de Distribuição, que tem como objetivo avaliar e diagnosticar os investimentos da Companhia, além de definir e coordenar a implantação de alterações nos processos internos, a fim de assegurar o atendimento aos critérios de prudência estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) frente à regulação vigente e futura.

Esse atendimento à meta corporativa demonstra a cautela da Companhia em gerir seus investimentos com segurança e perspicácia, visando a cada ciclo tarifário, a melhoria da qualidade do serviço com os recursos estipulados pela reguladora, atrelando a remuneração dos administradores a esse indicador financeiro/estratégico.

### **(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há remuneração suportada por controladas da Companhia, seus controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum, que tenham sido atribuídas aos integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, em função do exercício do cargo na própria Companhia.

### **(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

## Remuneração dos Administradores - 8.2 Remuneração Total por Órgão

Órgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Valor total da remuneração por órgão
<b>31/12/2023</b>			
Conselho de Administração	11	11	3.418.260,75
Diretoria Estatutária	7	7	14.070.160,56
Conselho Fiscal	10	10	1.641.229,20

Órgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Valor total da remuneração por órgão
<b>31/12/2022</b>			
Conselho de Administração	10	10	2.800.476,13
Diretoria Estatutária	7	7	13.671.218,67
Conselho Fiscal	10	10	1.586.977,41
<b>31/12/2021</b>			
Conselho de Administração	8	8	2.052.987,28
Diretoria Estatutária	7	7	12.597.631,42
Conselho Fiscal	10	10	1.522.790,71
<b>31/12/2020</b>			
Conselho de Administração	8	8	2.006.043,97
Diretoria Estatutária	7	7	12.057.673,19
Conselho Fiscal	9	9	1.411.229,13

31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	11	7	10
Nº de membros remunerados	11	7	10
Salário ou pró-labore	3.056.100,00	6.782.520,00	1.631.640,00
Benefícios direto e indireto	10.548,12	1.363.476,50	9.589,20
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	4.252.420,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Pós emprego	351.612,63	1.671.744,06	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseado em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00

31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	10	7	10
Nº de membros remunerados	10	7	10
Salário ou pró-labore	2.690.654,73	6.270.837,80	1.560.589,66
Benefícios direto e indireto	25.239,74	1.569.926,98	26.387,75
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	4.252.420,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Pós emprego	84.581,66	1.578.033,88	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseado em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00

Descrição de Remuneração Fixa Anual
1) Composição dos benefícios direto e indireto do CF e CA: seguro de vida.
2) Composição dos benefícios direto e indireto da DE: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença.
Descrição de Remuneração Variável
1) Bônus considerado meta máxima, referente Bônus 2022 a ser pago em 2023.
Outros benefícios de Remuneração
1) Plano de previdência privada.
Observação
1)-O número de Membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão, apurado mensalmente. Exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos.
2)-Conforme Ofício Circular CVM/SEP 2023, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

PARA FINS DE CONFERÊNCIA	2.800.476,13	13.671.218,67	1.586.977,41
--------------------------	--------------	---------------	--------------

31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8	7	10
Nº de membros remunerados	8	7	10
Salário ou pró-labore	1.972.385,62	5.797.244,28	1.482.544,80
Benefícios direto e indireto	32.526,30	1.471.350,28	40.245,91
Participações em comitês	0	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0,00
Bônus	0	3.863.714,00	0,00
Participação de resultados	0	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0,00
Pós emprego	48.075,36	1.465.332,86	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseado em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00

Descrição de Remuneração Fixa Anual
1) Composição dos benefícios direto e indireto do CF e CA: seguro de vida.
2) Composição dos benefícios direto e indireto da DE: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença.
Descrição de Remuneração Variável
1) Bônus considerado meta máxima, referente Bônus 2021 a ser pago em 2022.
Outros benefícios de Remuneração
1) Plano de previdência privada.
Observação
1)-O número de Membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão, apurado mensalmente. Exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos.
2)-Conforme Ofício Circular CVM/SEP 2022, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

PARA FINS DE CONFERÊNCIA	2.052.987,28	12.597.641,42	1.522.790,71
--------------------------	--------------	---------------	--------------

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8	7	9
Nº de membros remunerados	8	7	9
Salário ou pró-labore	1.535.773,84	5.632.866,67	1.375.472,15
Benefícios direto e indireto	31.262,04	1.331.945,19	35.756,98
Participações em comitês	0	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0,00
Bônus	0	3.664.000,00	0,00
Participação de resultados	0	0,00	0,00
Participação em reuniões	383.943,46	0,00	0,00
Comissões	0	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0,00
Pós emprego	55.064,63	1.428.861,33	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseado em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00

Descrição de Remuneração Fixa Anual
1) Composição dos benefícios direto e indireto do CF e CA: seguro de vida.
2) Composição dos benefícios direto e indireto da DE: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença.
Descrição de Remuneração Variável
1) Bônus considerado meta máxima, referente Bônus 2020 a ser pago em 2021.
Outros benefícios de Remuneração
1) Plano de previdência privada.
Observação
1) O número de Membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão, apurado mensalmente, sendo remunerados por 80% parcela fixa mais 20% parcela proporcional à participação em reuniões. Exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos.
2) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

PARA FINS DE CONFERÊNCIA	2.006.043,97	12.057.673,19	1.411.229,13
--------------------------	--------------	---------------	--------------

## Remuneração dos Administradores - 8.3 Remuneração Variável

Órgão da administração	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
<b>31/12/2023</b>				
Número de Membros Total	11	10	7	28
Número de Membros Remunerados	11	10	7	28
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	2.126.210,00	2.126.210,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	4.252.420,00	4.252.420,00
Valor previsto no Plano de Remuneração caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	4.252.420,00	4.252.420,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado no exercício social selecionado	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no Plano de Remuneração caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado no exercício social selecionado	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>31/12/2022</b>				
Número de Membros Total	10	10	7	27
Número de Membros Remunerados	10	10	7	27
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	2.126.210,00	2.126.210,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	4.252.420,00	4.252.420,00
Valor previsto no Plano de Remuneração caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	4.252.420,00	4.252.420,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado no exercício social selecionado	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no Plano de Remuneração caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado no exercício social selecionado	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>31/12/2021</b>				
Número de Membros Total	8	10	7	25
Número de Membros Remunerados	8	10	7	25
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	1.931.857,00	1.931.857,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	3.863.714,00	3.863.714,00
Valor previsto no Plano de Remuneração caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	3.863.714,00	3.863.714,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado no exercício social selecionado	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no Plano de Remuneração caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado no exercício social selecionado	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>31/12/2020</b>				
Número de Membros Total	9	10	7	26
Número de Membros Remunerados	9	10	7	26
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	1.832.000,00	1.832.000,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	3.664.000,00	3.664.000,00
Valor previsto no Plano de Remuneração caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	3.664.000,00	3.664.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado no exercício social selecionado	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no Plano de Remuneração caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado no exercício social selecionado	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4

A Companhia não adota plano de remuneração para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva baseado em ações.

8.5

Não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.6

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.7

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.8

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.9

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.10

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.11

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.12

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.



8.13

<b>31 de dezembro de 2022</b>		
<b>CEMIG</b>	<b>Quantidade de ações ON</b>	<b>Quantidade de ações PN</b>
<b>Conselho de Administração</b>	-	109.976
<b>Diretoria</b>	14.947	29.107
<b>Conselho Fiscal</b>	-	30.179
<b>Total</b>	14.947	169.262

## 8.14

<b>Ano de 2022</b>	<b>Conselho de Administração</b>		<b>Diretoria Estatutária</b>	
Nº de membros	5		9	
Nº de membros remunerados	5		9	
Nome do plano	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B		Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B	
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	1 (Se estiver recebendo da Previdência Social benefício de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade ou comprovar 25 anos de contribuição para a Previdência Social.)		0	
Condições para se aposentar antecipadamente	Não existe aposentadoria antecipada no referido plano		Não existe aposentadoria antecipada no referido plano	
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	INDIVIDUAL	R\$ 286.483,32	INDIVIDUAL	R\$ 7.907.579,07
	ADICIONAL	R\$ -	ADICIONAL	R\$ -
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	INDIVIDUAL	R\$ 84.419,09	INDIVIDUAL	R\$ 1.638.163,81
	ADICIONAL	-	ADICIONAL	-
Condições de resgate	Desligamento do patrocinador e opção pelo instituto do resgate		Desligamento do patrocinador e opção pelo instituto do resgate	
Possibilidade de resgate e condições	1 (opção pelo resgate)		0	

## Remuneração dos Administradores - 8.15 Remuneração Mínima, Média e Máxima

Orgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Valor médio da remuneração
<b>31/12/2022</b>			
Conselho de Administração	10	10	284.939,76
Diretoria Estatutária	7	7	1.798.562,65
Conselho Fiscal	10	10	163.351,73
			<b>648.111,44</b>
<b>31/12/2021</b>			
Conselho de Administração	9	8	266.581,79
Diretoria Estatutária	7	7	1.523.643,21
Conselho Fiscal	10	10	154.109,33
<b>31/12/2020</b>			
Conselho de Administração	8	8	272.615,82
Diretoria Estatutária	7	7	1.459.109,92
Conselho Fiscal	9	9	152.998,07

31/12/2022	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Maior remuneração	Menor Remuneração	Valor médio remuneração	Observação
Conselho de Administração	10	10	329.166,30	266.297,90	284.939,76	A fim de evitar distorções, o valor da média, da menor remuneração e da maior remuneração anual individual dos órgãos foi apurado com a exclusão de todos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
Diretoria Estatutária	7	7	2.375.403,74	1.404.128,86	1.798.562,65	
Conselho Fiscal	10	10	178.419,38	143.261,54	163.351,73	

31/12/2021	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Maior remuneração	Menor Remuneração	Valor médio remuneração	Observação
Conselho de Administração	9	8	310.024,54	249.056,25	266.581,79	A fim de evitar distorções, o valor da média, da menor remuneração e da maior remuneração anual individual dos órgãos foi apurado com a exclusão de todos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
Diretoria Estatutária	7	7	2.375.087,81	1.057.312,31	1.523.643,21	
Conselho Fiscal	10	10	168.751,78	135.806,26	154.109,33	

31/12/2020	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Maior remuneração	Menor Remuneração	Valor médio remuneração	Observação
Conselho de Administração	8	8	309.828,44	250.919,24	272.615,82	A fim de evitar distorções, o valor da média, da menor remuneração e da maior remuneração anual individual dos órgãos foi apurado com a exclusão de todos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
Diretoria Estatutária	7	7	1.603.847,19	1.603.847,19	1.459.109,92	
Conselho Fiscal	9	9	168.555,68	135.610,16	152.998,07	

## 8.16

Há previsão de pagamento de benefício correspondente a 40% do saldo de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS") em caso de exoneração de Diretores.

A Companhia efetua os depósitos de FGTS para seus Diretores e, considerando o entendimento jurídico constante do Parecer JR-1809/2002 de 13/12/2002, o benefício é aplicada sobre os depósitos efetuados durante o mandato de Diretor. Este direito é estendido aos Diretores não empregados em atenção ao princípio constitucional da isonomia.

Além do seguro de vida, a Companhia não possui outras apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores, se destituídos dos seus cargos ou aposentados.

## 8.17

Os percentuais da remuneração total de cada órgão atribuída a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, para os 3 (três) últimos exercícios sociais, foram:

	<b>2023 (previsão)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Diretoria .....</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Conselho Administração .....</b>	82,81	80,98	79,62	81,56
<b>Conselho Fiscal .....</b>	80,00	79,73	77,03	78,45

8.18

Os percentuais, para os três últimos exercícios sociais, foram:

<b>Exercício Social</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>2023</b> .....	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2022</b> .....	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2021</b> .....	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2020</b> .....	0,00	0,00	0,00	0,00

## 8.19

Em 2020, 2021 e 2022, não houve remuneração suportada por controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e controladas que tenham sido atribuídas aos integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, em função do exercício do cargo na própria Companhia.

Todavia, alguns membros do Conselho da Administração da Companhia receberam remuneração em 2022 por ocuparem cargos como membros de Conselhos de Administração de controladas da Companhia, dos controladores diretos ou indiretos da Companhia ou de sociedades sob controle comum.

Neste sentido, os honorários constantes deste item 8.19 do Formulário de Referência tratam dos valores recebidos, por Conselheiros Fiscais e Administradores da Companhia, a título de remuneração por ocuparem cargos como membros de Conselhos Fiscais e de Administração de controladas da Companhia, dos controladores diretos ou indiretos da Companhia ou de sociedades sob controle comum, no exercício de 2022.

**Exercício social de 2022 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas:**

(Em reais – R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	0	0	0	0
Controladas da Companhia	R\$ 28.691,24	0	0	R\$28.691,24
Sociedades sob Controle Comum	R\$ 460.735,00	0	0	R\$ 460.735,00

**Exercício social de 2021 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas:**

(Em reais – R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	0	0	0	0
Controladas da Companhia	R\$ 50.209,67	0	0	R\$50.209,67
Sociedades sob Controle Comum	R\$ 756.061,08	0	R\$ 209.977,82	R\$ 966.038,90

**Exercício social de 2020 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas:**

(Em reais – R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	0	0	0	0
Controladas da Companhia	0	0	0	0
Sociedades sob Controle Comum	0	0	0	0

8.20

Adicionalmente às informações prestadas nos itens 8.1 a 8.19 deste Formulário de Referência e observando as recomendações do Ofício Circular CVM/SEP Anual de 2023, a Cemig informa a seguir os gastos previstos e realizados referentes aos encargos sociais (INSS e FGTS), ou seja, o montante referente às obrigações da Companhia, como empregadora:

**Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2022 – Valores Anuais**

	<u>Conselho Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>	<u>Total</u>
Encargos Sociais	538.130,95	3.470.480,79	312.117,82	4.320.729,56



## **Anexo 4**

### **Parecer do Conselho Fiscal sobre Demonstrações Financeiras**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2022 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24-03-2023. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2022, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 25-03-2023, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 25 de março de 2023.

Gustavo de Oliveira Barbosa – Presidente  
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti – Conselheira  
Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira  
João Vicente Silva Machado – Conselheiro  
Luísa Cardoso Barreto – Conselheira

## **Anexo 5**

### **Parecer do Conselho Fiscal sobre a proposta do Conselho de Administração para a AGOE**

*Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a proposta de Destinação dos Resultados do Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em abril de 2023. Após analisarem atentamente a aludida proposta e os esclarecimentos e justificativas apresentadas pela Administração da Companhia e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes às matérias, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia.*

Gustavo de Oliveira Barbosa – Presidente  
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti – Conselheira  
Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira  
João Vicente Silva Machado – Conselheiro  
Luísa Cardoso Barreto – Conselheira

## Anexo 6

### 2.1

#### **(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Apresentamos avanços importantes em 2022, um ano que ficará lembrado pelo êxito na implementação da nossa estratégia.

Quando da revisão do planejamento estratégico da Cemig, deixamos bastante transparentes os nossos principais objetivos, que são de “focar e vencer”, priorizando os investimentos em Minas Gerais e buscar de forma contínua avanços na eficiência operacional, nos resultados financeiros e na qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Começando pelos resultados financeiros, encerramos 2022 com um expressivo lucro líquido de R\$4,1 bilhões e um Lajida de R\$6,9 bilhões, mesmo com a provisão, em 2022, dos créditos tributários do Pasep/Cofins sobre o ICMS, com impacto líquido no resultado próximo a R\$1,3 bilhão. Ou seja, mesmo com essa provisão relevante, esses resultados demonstram a resiliência de nossas operações e a capacidade da Cemig de gerar caixa e resultados em seus negócios.

No que se refere a nossa gestão da dívida, divulgamos a nossa ação estratégica de redução em etapas da nossa exposição cambial, considerando os bonds que emitimos no mercado internacional em 2017/2018. Já havíamos recomprado US\$500 milhões dos bonds em 2021 e recomparamos mais US\$244 milhões em 2022, reduzindo a nossa exposição cambial para US\$756 milhões, ou seja, próximo à metade do valor original, com reflexos positivos em nosso perfil de endividamento e na percepção de risco do mercado e agências de rating em relação à Companhia.

Destaca-se ainda nossa baixa alavancagem financeira, medida pela relação dívida líquida/Lajida ajustado, de 0,96 vez ao final do ano, o que permite à Companhia viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e manter a sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais.

Mais uma vez tivemos as nossas despesas operacionais totalmente cobertas pelas tarifas nos negócios de distribuição e transmissão, também apresentando Lajida nesses negócios superiores às referências regulatórias. Em 2023, continuaremos a investir em novas medidas de eficiência operacional, destacando-se aquelas de redução das obrigações pós-emprego, que têm impactos relevantes em nossos resultados e posição financeira.

Merecem destaque os resultados obtidos em nosso negócio de comercialização de energia. Somos a maior comercializadora de energia do Brasil no atendimento a clientes finais, com um histórico de resultados significativos, refletindo a nossa adequada análise dos cenários e gestão do nosso portfólio de contratos de energia. Em 2022, geramos R\$964 milhões de Lajida na atividade de comercialização, um resultado para ser comemorado, destaque no ambiente de comercialização de energia do País.

Nossas ações tiveram, em 2022, uma valorização muito superior ao índice Ibovespa e à média do setor elétrico, representando o reconhecimento e confiança dos acionistas na Companhia. Adicionalmente, refletindo no retorno do investimento dos investidores, realizamos a distribuição de dividendos superior a R\$2 bilhões, também entre as melhores do setor elétrico.

No que se refere ao atendimento aos nossos clientes, parte importante da nossa visão estratégica, continuamos a apresentar resultados consistentes, com indicadores de qualidade melhores que aqueles utilizados como referência na regulação. Exemplificando, o DEC (índice que mede a duração das interrupções de energia) registrado foi de 9,48 horas, na comparação ao limite regulatório de 9,98 horas e o FEC (índice que mede a frequência de interrupções) foi de 4,58 interrupções na comparação ao limite regulatório de 6,43.

Temos a ambição de transformar o relacionamento com os mais de 9 milhões de clientes da Cemig, melhorando de forma significativa a percepção do cliente em relação aos nossos serviços prestados. Como exemplo, através do nosso projeto Cliente+, procuramos prover uma operação *omnichannel*, de convergência dos canais de atendimento existentes (Telefônico, Presencial e Digital), proporcionando um atendimento cognitivo e integrado entre as várias plataformas utilizadas pelos clientes, com maior rapidez e eficiência.

Dentro da nossa estratégia de investir em Minas Gerais, investimos R\$3,1 bilhões em nosso negócio de distribuição, valor expressivo que marca uma mudança de patamar nos investimentos da Companhia na concessão de Distribuição, o que representa mais oferta de energia, que impulsiona o crescimento do estado de Minas Gerais e um atendimento de mais qualidade aos nossos clientes. Ainda deve ser considerado que esses investimentos farão parte da Base de Remuneração Regulatória a ser homologada pela Aneel na revisão tarifária prevista para o próximo ano.

Em nosso negócio de transmissão, fomos vencedores da disputa pelo lote 1 (localizado em Minas Gerais e Espírito Santo) do leilão promovido pela Aneel em dezembro de 2022, com uma receita anual de R\$17 milhões. Esse resultado é emblemático, pois representa o retorno com protagonismo da Companhia aos leilões de transmissão, dentro da nossa estratégia de investir em nossos negócios principais, dentro de Minas Gerais, com o controle dos ativos.

No que se refere ao nosso negócio de geração de energia, iniciaremos em 2023 o processo de renovação das concessões de geração de energia das usinas de Theodomiro Carneiro Santiago (anteriormente denominada Emborcação), Nova Ponte e Sá Carvalho, que representam aproximadamente metade do nosso parque gerador, além da continuidade dos investimentos em fontes renováveis, com maior protagonismo da nossa subsidiária de geração distribuída, a Cemig SIM.

Desinvestir em ativos não estratégicos ou onde não temos o controle das operações, faz parte da nossa estratégia. Também nessa dimensão, tivemos resultados muito significativos em 2022; alienamos nossa participação em Renova, Axxiom e Ativas. Em março de 2023, concluímos a alienação da totalidade da nossa

participação societária na usina de Santo Antônio. Todos esses desinvestimentos permitem à Administração focar nos seus negócios principais, que agregam valor aos seus acionistas. A expectativa é que em 2023 consigamos evoluir na alienação de nossas participações minoritárias ou de controle compartilhado.

Consideramos que o nosso capital humano tem papel fundamental dentro da execução de nossa estratégia. Nesse contexto, o resultado da pesquisa de clima que realizamos em 2022, onde tivemos um aumento expressivo de 11 pontos em relação à pesquisa anterior, atingindo 75% de favorabilidade, nos traz muita satisfação, pois mostra o crescente engajamento e comprometimento dos colaboradores com o sucesso e futuro da Companhia.

A sustentabilidade de nossas operações está em nosso DNA. Somos uma empresa com 100% de sua geração de energia de fontes renováveis, sendo a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade e de forma consecutiva há 23 anos. No início de 2023, recebemos mais um reconhecimento que ratifica essa condição da Cemig de empresa sustentável; somos a companhia brasileira com melhor classificação no Carbon Clean200™, ranking global anual que lista as 200 empresas de capital aberto que lideram iniciativas de soluções de transição para um futuro de energia limpa, sendo que obtivemos a honrosa 37ª posição na classificação geral.

Concluindo, podemos reafirmar que obtivemos êxito na implementação de nossa estratégia, investimos fortemente em Minas Gerais, desinvestimos em ativos não estratégicos, continuamos em nossa jornada de melhoria do atendimento aos nossos clientes, alcançamos resultados financeiros sólidos, com disciplina na gestão de custos, e reduzimos nossa exposição cambial. Tudo isso com maior engajamento dos nossos colaboradores e práticas corporativas sustentáveis.

Esses resultados nos trazem mais otimismo e entusiasmo para continuarmos na execução da nossa estratégia, em nosso objetivo de focar para vencer e busca contínua de tornar a Cemig mais eficiente, lucrativa e admirada pelos seus clientes, pronta para enfrentar os próximos desafios.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas, na soma de esforços para garantir o protagonismo da Cemig no setor elétrico brasileiro.

#### **(b) Estrutura de capital**

Os Diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada para desenvolvimento das suas atividades, compreendendo, em 31 de dezembro de 2022, um endividamento bruto de R\$ 10.579 milhões, uma redução de 6,91% (R\$ 785 milhões), em relação ao endividamento de 2021, sendo 9,03% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 90,07% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento bruto era de R\$ 11.364 milhões, sendo 13% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 87% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento era de R\$ 15.021 milhões, sendo 14% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 86% representado por dívidas de longo prazo. As alterações verificadas entre os anos de 2021 e 2020 se devem às

amortizações ocorridas ao longo do período, que permitiram à Companhia reduzir o montante da sua dívida, sendo que não houve captação de novos recursos em 2021, devido, especialmente, à entrada de recursos da ordem de R\$ 1.400 milhões da Conta-Covid realizada em julho de 2020 somado a depósitos judiciais no montante de R\$ 1.382 milhões.

É importante salientar que, em maio de 2019, transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do Pasep/Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003. Com isso, a Companhia registrou acréscimo de R\$ 1.988 milhões no passivo a restituir aos consumidores da área de concessão da Cemig D. Recursos devolvidos ao consumidor da seguinte forma: R\$ 714 milhões no reajuste em 2020, R\$ 1.573 milhões no reajuste em 2021 e R\$ 2.811 milhões em 2022.

Em 2022, a Cemig D realizou captação por meio da 8ª Emissão de Debêntures liquidada em junho, no valor de R\$ 1 bilhão em 2(duas) séries: a 1ª série foi emitida no valor de R\$ 500 milhões, com incidência de juros remuneratórios de CDI + 1,35% aa, *bullet*, com prazo de 5 anos. A 2ª série, também no valor de R\$ 500 milhões, tem incidência de juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 6,1052% aa, com prazo de 7 anos e amortizações no 6º e 7º anos, alongando o seu prazo médio de dívida. Seus recursos foram utilizados para a recomposição de caixa (1ª série) e para reembolso de investimentos em projetos prioritários conforme lei 12.431 (2ª série).

Também em 2022, foi realizada a 9ª Emissão de Debêntures da Cemig GT, na qual foram captados R\$ 1.000 milhões em duas séries: a 1ª série foi emitida no valor de R\$ 700 milhões com incidência de juros remuneratórios de CDI + 1,33% aa, amortizações nos 36º, 48º e 60º meses e prazo total de 5 anos. A 2ª Série, caracterizada como “Debêntures Verdes”, foi emitida no valor de R\$ 300 milhões com incidência de juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 7,6245% aa, *bullet*, com prazo de 7 anos. Todas essas operações têm por objetivo alongar o perfil da dívida da Cemig GT, além de diminuir sua exposição à variação cambial e a concentração de montante da dívida com vencimento em dezembro de 2024, por meio de uma recompra antecipada parcial dos *Eurobonds*.

Pode-se dizer que o endividamento da Companhia tem um perfil compatível com a sua operação, o que lhe confere liquidez e flexibilidade operacional para implementar seu plano de investimento.

Para subsidiar a análise desses números, deve-se considerar que a Cemig GT tem reduzido sua dívida sistematicamente com as amortizações ocorridas ao longo dos anos, principalmente em 2021 e 2022, com a Companhia liquidando duas operações de *tender offer* de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão de *Eurobonds*. A primeira feita em 2021, em montante de US\$ 500 milhões, e a segunda em 2022 no montante de US\$ 243 milhões reduzindo assim o impacto em sua dívida em dólar. Vale ressaltar que o *Eurobond* tem seu volume impactado pela variação do dólar (líquida do resultado do hedge).

No ano de 2021 a Companhia não fez nenhuma operação de captação de recursos de terceiros.

Em setembro de 2020, a Gasmig concluiu a sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 850 milhões, em série única, com prazo de 11 anos e atualização monetária pelo IPCA acrescido de juros remuneratórios de 5,27% ao ano.

### Estrutura de capital:

A estrutura de capital da Companhia, considerando recursos próprios e de terceiros, pode ser observada ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (tabela abaixo). A companhia define como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras de curto e longo prazos (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM (Títulos e Valores Mobiliários).

Valores em R\$ milhões

Ano	Dívida Líquida (DL)	Patrimônio Líquido (PL)	PL+DL (Capitalização)	DL/ (PL+DL)
2020	9.215	17.477	26.692	34,5%
2021	8.461	19.462	27.923	30,3%
2022	7.260	21.783	29.043	25,0%

Os Diretores da Companhia destacam que o aumento no Patrimônio Líquido verificado entre os anos de 2021 e 2022 se deve ao aumento nas reservas de lucros, enquanto a redução da dívida líquida se deu por uma maior geração de caixa ao longo do ano.

É importante destacar duas operações de *tender offer* na Cemig GT, uma em 2021 e outra em 2022, nos valores de US\$500 milhões e US\$244 milhões respectivamente fazendo parte de sua estratégia de redução da alavancagem e redução de sua exposição à variação cambial.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida na relação entre o endividamento líquido e o Patrimônio Líquido. Outra forma de demonstrar o endividamento é por meio da estrutura de capital, identificando a proporção entre capitais próprios e de terceiros. A tabela abaixo demonstra o nível de alavancagem e a estrutura de capital da Companhia, medido por meio dos indicadores (Dívida Líquida / Patrimônio Líquido) e (Patrimônio Líquido / Total do Passivo), sendo: Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures – (Disponibilidades + TVM) e Total do Passivo = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante + Patrimônio Líquido, apurados com base no Balanço Patrimonial Consolidado:

Estrutura de Capital	2022	2021	2020
1. Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	33%	43%	53%
2. Patrimônio Líquido / Total do Passivo (Passivo + PL)	41%	37%	32%

Os Diretores da Companhia entendem que os indicadores demonstrados na tabela acima têm se situado em

níveis adequados ao longo dos períodos analisados. O primeiro indicador demonstra que o endividamento líquido da Companhia no exercício social de 2022 representou 33% do Patrimônio Líquido (43% em 2021 e 53% em 2020). O segundo indicador demonstra que para cada R\$ 1 aplicado na Companhia no exercício 2022, 41% eram procedentes de recursos do acionista (37% em 2021 e 32% em 2020).

**(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Valores em R\$ milhões

Ano	Lajida (CVM 156/2022)	Saldo de caixa + TVM	Dívida líquida	Dívida líquida / Lajida
2020	5.695 (*)	5.805	9.215	1,62
2021	8.000	2.903	8.461	1,06
2022	6.869	3.318	7.260	1,06

(\*) Calculado ainda sob a CVM 527/2012

Os Diretores da Companhia destacam que o Lajida de 2022 com redução em comparação a 2021, se deve à provisão dos créditos tributários do Pasep/Cofins sobre o ICMS, com impacto líquido no resultado próximo a R\$ 1.300 milhões. Ou seja, mesmo com essa provisão relevante, os resultados demonstram a resiliência de nossas operações e a capacidade da Cemig de gerar caixa e resultados em seus negócios. Quando se compara o Lajida entre 2021 e 2020, a variação se deve, principalmente, ao registro da repactuação do risco hidrológico, no montante de R\$ 1.032 milhões além do aumento da receita líquida de 33,37% gerada pelo aumento do consumo residencial e comercial, da realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de Pis/Pasep e Confins aos consumidores.

A Variação do saldo de caixa manteve-se estável entre 2022 e 2021, mesmo com o impacto do Pasep/Confins citado no parágrafo anterior. Já a variação do saldo de caixa de 2021 comparada com 2020 decorreu, principalmente, da amortização de dívida e do maior dispêndio de recursos com compra de energia e encargos de uso da rede básica de transmissão ainda não incluídos no reajuste tarifário, com os efeitos sendo registrados como ativos de CVA.

A variação na dívida líquida de 2022 em relação a 2021, é fruto de relevante geração de caixa de suas atividades operacionais em 2022, fruto de elevado índice de arrecadação, rigoroso combate à inadimplência, bem como perdas e despesas operacionais (OPEX) enquadradas nos limites regulatórios no negócio de Distribuição. A variação na dívida líquida na comparação de 2020 com 2021 decorre de, além de uma maior geração de caixa pela companhia, da alienação da participação societária da Cemig na empresa Light. Adicionalmente, em 2020 a Companhia iniciou a compensação dos créditos do Pasep/Cofins sobre o ICMS. O indicador dívida líquida/Lajida em 2022 aponta que 1,06 ano de geração de caixa operacional seria suficiente para quitar o saldo devedor (1,06 em 2021 e 1,62 em 2020). Essas variações decorrem, principalmente, dos aumentos no Lajida, bem como a redução na dívida líquida, ocorridos em 2020, 2021 e 2022.

Estes índices são constantemente acompanhados pela Administração em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros. Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 2.5 e 2.6 deste Formulário de Referência.



Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$ 10.579 milhões, encontra-se bem alongada, com 52% vencendo em 2 (dois), com prazo médio de 3,2 anos. Essa porcentagem se deve ao vencimento dos *Eurobonds* da Cemig GT (R\$ 3.975 milhões) com vencimento final em dezembro de 2024:



O cronograma de amortizações da dívida reflete as operações de alongamento ocorrido na Cemig D e Cemig GT em 2022 e Gasmig em 2020, bem como os *Cash Tender* para recompra de parte do *Eurobond* em 2021 e 2022. A Companhia tem boas perspectivas de continuar refinanciando sua dívida de curto prazo por meio de operações de mais longo prazo.

Portanto, os Diretores entendem que há plenas condições da Companhia continuar refinanciando suas dívidas, uma vez que tem sido bem-sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para fazer jus a seus investimentos ou para refinanciar sua dívida, alongando o seu perfil. Além disso, a liberação de R\$ 1,4 bilhão em depósitos judiciais ocorrida em fevereiro de 2020 e o depósito de R\$ 1,4 bilhão da Conta Covid na Cemig D ocorrida a partir de julho de 2020 melhoraram a liquidez da companhia para honrar seus compromissos de curto prazo.

O passivo circulante da Companhia era de R\$ 11.205 milhões em 31 de dezembro de 2022, R\$ 10.688 milhões em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 9.690 milhões em 31 de dezembro de 2020. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, fornecedores e dividendos. Dessa forma, os Diretores consideram que a Companhia tem capacidade para não somente pagar sua dívida, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas, empregados e garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

As operações da Companhia são financiadas por meio da geração de caixa dos negócios, captações no mercado de capitais mediante emissões de títulos tanto no mercado local quanto no internacional e pela contratação de financiamentos de longo prazo.

A seguir são descritas as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas pela Companhia e algumas de suas controladas, nos exercícios sociais de 2022, 2021 e 2020:

Em 2022, a Companhia realizou a 2ª liquidação de mais uma operação de *tender offer* de títulos de dívida no mercado externo da emissão de *Eurobonds* da Cemig GT, no montante principal de US\$ 243 milhões, com vencimento final em 2024 reduzindo assim o montante da dívida e sua exposição à variação cambial. Além disso, houve 2 captações de recursos, ambas como Emissão de Debêntures, uma pela Cemig D em junho e outra pela Cemig GT em dezembro conforme demonstrado abaixo em R\$ mil:

Financiadores	Data de entrada dos recursos	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Valor
<b>Moeda Nacional – Cemig D</b>				
Debêntures – 8ª Emissão – 1ª Série	Junho de 2022	2027	CDI + 1,35% aa	500.000
Debêntures – 8ª Emissão – 2ª Série		2028 e 2029	IPCA + 6,1052% aa	500.000
(-) Custos de transação				(12.977)
<b>Total de captação</b>				<b>987.023</b>

Financiadores	Data de entrada dos recursos	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Valor
<b>Moeda Nacional – Cemig GT</b>				
Debêntures – 9ª Emissão – 1ª Série	Dezembro de 2022	2025,2026,2027	CDI + 1,33% aa	700.000
Debêntures – 9ª Emissão – 2ª Série		2029	IPCA + 7,6245% aa	300.000
(-) Custos de transação				(6.457)
<b>Total de captação</b>				<b>993.543</b>

Em 2021, a Companhia não efetuou nenhuma captação de recursos. Entretanto, em janeiro daquele ano, a alienação da participação societária da Cemig na empresa Light possibilitou a entrada de recursos no valor de R\$ 1,37 bilhão. Houve, por outro lado, a 1ª liquidação de uma operação de *tender offer* de títulos de dívida no mercado externo da emissão de *Eurobonds* da Cemig GT, no montante principal de US\$ 500 milhões, com vencimento original em 2024 reduzindo assim o montante desta dívida.

Em setembro de 2020, a Gasmig concluiu a sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 850 milhões, com prazo de 11 anos e atualização monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 5,27% ao ano. A totalidade dos recursos líquidos captados foi destinada à realização do resgate antecipado obrigatório total da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, com valor total de R\$850 milhões, na data de emissão, conforme demonstrado abaixo:

Financiadores	Data de entrada dos recursos	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Valor
<b>Moeda Nacional</b>				
Debêntures - 8ª Emissão – Série única	Setembro de 2020	2031	IPCA+5,27%	850.000
(-) Custos de transação				(24.438)
<b>Total de captação</b>				<b>825.562</b>

Em 2020, a Companhia não efetuou captação de recursos na Cemig D e na Cemig GT, sobretudo em função dos eventos de liquidez citados anteriormente, no volume de R\$ 2,8 bilhões, associados à otimização das curvas de

Capex e Opex da Distribuidora, que resultou em um caixa suficiente para honrar com as obrigações operacionais, de investimento e financiamento, restando ainda um colchão de liquidez para enfrentamento das incertezas geradas pela pandemia. Observou-se, ainda, que do início da pandemia até o final do terceiro trimestre de 2020, o mercado de dívida estava bastante seletivo, com spreads maiores e volumes ofertados menores, comparativamente às fontes de financiamento antes da pandemia. Tal movimento veio se revertendo, contudo, sem representar uma oportunidade efetiva para a Companhia. Diante desse cenário, nenhum movimento de *liability management* foi efetuado, seja para alongamento de prazo, redução do custo da dívida e emissão de títulos mobiliários para eventual equilíbrio de estrutura de capital, ou financiamento de investimentos nestas duas subsidiárias.

**(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

No curso regular dos seus negócios, os segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia são atividades intensivas em capital. As fontes de recursos utilizadas pela Companhia são geração de caixa operacional, empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, e, eventualmente, alienação de ativos.

Com relação às fontes de capital de terceiros, deve-se atentar para o fato de a Companhia ser uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base na Resolução nº 4.995, de 24 de março de 2022 do Banco Central do Brasil, cabem à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos bancários, nos limites estabelecido pela referida Resolução;
- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (*debêntures, commercial papers, Eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

**Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.**

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o seu custo do capital e possibilitando tornar os investimentos da companhia mais atrativos. Por esse motivo, é possível para a Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimentos com maior rentabilidade para o acionista.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de alta liquidez nos mercados de dívida, oferecem recursos abundantes e mais baratos e devem ser aproveitados para tornar viável a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ele é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que contem com uma proteção de *hedge*, já que a receita da companhia é exclusivamente em moeda local.
- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a sua qualidade de crédito e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de dívida preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhes o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador das atividades de controladas da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da distribuição.

#### (f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Valores em R\$ milhões

Ano	Dívida bruta	Dívida líquida	Prazo médio (anos)	Custo médio (real)	Rating Nacional Fitch/S&P/Moody's Local
-----	--------------	----------------	--------------------	--------------------	---

2020	15.021	9.215	3,8	1,79%	AA-/AA+/A1
2021	11.364	8.461	3,3	3,72%	AA+/AA+/AA-
2022	10.579	7.260	3,2	j8,96%	AA+/AA+/AA

A redução da dívida percebida entre os anos de 2021 e 2022, deve-se a importante geração de caixa da Companhia, aliada ao 2º *tender offer* no valor de US\$ 243 milhões realizado em dezembro de 2022 na Cemig GT que reduziu sua dívida e sua exposição à variação cambial em sua emissão de Eurobonds, mesmo recorrendo a 2 Emissões de Debêntures realizadas pela Cemig D e Cemig GT. Portanto, é notório a progressão em redução das dívidas da Companhia.

Conforme visto na tabela acima, o custo real da dívida da Companhia aumentou no ano de 2022 em comparação com o ano de 2021. Isto é reflexo das condições do mercado e da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros CDI e na taxa de inflação IPCA, apesar da queda no custo médio nominal entre 2021 e 2022. A mesma explicação é dada quando são comparados os anos de 2020 e 2021, período em que se iniciou o aumento sistemático do CDI.

As alterações verificadas na dívida bruta, comparando os exercícios de 2020 e 2021 decorreram basicamente da variação cambial e da antecipação de US\$ 500 milhões via *Cash Tender* na Cemig GT além das amortizações ocorridas na Cemig D, enquanto comparando os exercícios de 2019 e 2020 estas alterações decorreram da variação cambial sofrida pelo *Eurobond* da Cemig GT e das amortizações ocorridas na Cemig D.

Em 31 de dezembro de 2022, os indexadores das dívidas da Companhia eram: IPCA (44% do total), Dólar (37% do total) e CDI (19% do total). Em 31 de dezembro de 2021, os indexadores das dívidas da Companhia eram: Dólar (49% do total), CDI (13% do total), IPCA (38% do total). Já em 2020 a maior parte da dívida era em Dólar (52% do montante total, IPCA (32% do total) e CDI (15% do total). Vale ressaltar que, para a emissão original de US\$ 1.000 milhões em Eurobond, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI e para a emissão adicional de US\$ 500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% aa por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. A taxa média equivalente às duas tranches dos *Eurobonds* se encontra, após amortização dos US\$ 500 milhões realizado via *Cash Tender* em 2021 e dos US\$ 243 milhões em 2022, no patamar de 133,42% do CDI.

Os Diretores da Companhia destacam que as principais agências de classificação de risco continuaram o seu processo de elevação dos *ratings* da Cemig D. Em abril de 2022, a agência de rating Moody's elevou o rating da Companhia na escala nacional de AA- para AA e na escala global de Ba3 para Ba2. As agências Standard and Poor's e Fitch reafirmaram o *rating* de crédito em AA+ em nível local e BB- e BB, respectivamente, em escala global. Esses resultados alcançados demonstram a preocupação da Companhia com uma contínua melhoria da sua classificação pelas agências de *rating* o que resultou na melhor classificação de risco da Companhia e da Cemig Holding na história, pela escala nacional.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia.

Em 31 de dezembro de	2022	2021	2020
Endividamento do Patrimônio Líquido(1)	1,46	1,67	2,09
Dívida Líquida / Lajida (2)	1,06	1,06	1,62
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido + Dívida Líquida (3)	25,00%	30,00%	34,50%

Fonte: Companhia

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo (circulante e não circulante) / patrimônio líquido;

(2) Lajida: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 156/22;

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa mais TVM.

## i. Contratos de empréstimo e financiamento

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (valores expressos em R\$ mil):

Financiadores	Vencimento principal	Encargos Financeiros anuais	Moedas	Consolidado			2021	2020
				2022				
				Circulante	Não circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								

MOEDA ESTRANGEIRA

Banco do Brasil S.A. - bônus diversos (1) (4)	2024	Diversas	U\$						11.725
<i>Eurobonds</i> (2)	2024	9,25%	U\$	29.815	3.945.156	3.974.971	5.622.673	7.853.959	
(-) Custos de transação				-	-5.746	-5.743	-8.220	-15.664	
(±) Recursos antecipados (2)				-	-9.423	-9.423	-13.356	-25.314	
<b>Dívida em moeda estrangeira</b>				<b>29.815</b>	<b>3.929.990</b>	<b>3.959.805</b>	<b>5.601.097</b>	<b>7.824.706</b>	

#### MOEDA NACIONAL

Caixa Econômica Federal	2021	TJLP + 2,50%	R\$	-	-	-	-	-	17.204
Caixa Econômica Federal	2022	TJLP + 2,50%	R\$	-	-	-	-	-	14.086
Eletrobrás	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	2.380	-	2.380	5.647	9.058	
Sonda (4)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	-	-	52.430	50.008	
(-) Custos de Transação				-	-	-	-	-	-55
<b>Dívida em moeda nacional</b>				<b>2.380</b>	<b>-</b>	<b>2.380</b>	<b>58.077</b>	<b>90.301</b>	

#### Total de empréstimos e financiamento

				<b>32.195</b>	<b>3.929.990</b>	<b>3.962.185</b>	<b>5.659.174</b>	<b>7.915.007</b>	
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (5)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	-	-	-	428.367	761.520	
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	2021	IPCA + 4,70%	R\$	-	-	-	-	587.956	
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3) (7)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	329.679	582.199	911.878	1.147.465	1.035.247	
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única	2021	140,00% do CDI	R\$	-	-	-	-	288.839	
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (3) (7)	2024	CDI + 0,45%	R\$	544.698	269.999	814.697	1.355.933	1.891.927	
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (3) (7)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	3.267	1.861.280	1.864.547	1.759.628	1.587.924	
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª Série (3) (7)	2027	CDI + 1,35%	R\$	3.095	500.000	503.095	-	-	
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série (3) (7)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	1.422	505.986	507.408	-	-	
Debêntures - - 4ª emissão - 1ª série (8)	2022	TJLP+1,82%	R\$	-	-	-	10.028	19.629	
Debêntures - 4ª emissão - 2ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	-	-	-	4.376	9.089	
Debêntures - 4ª emissão - 3ª série (8)	2022	TJLP + 1,82%	R\$	-	-	-	10.597	21.807	
Debêntures - 4ª emissão - 4ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	-	-	-	5.201	10.703	
Debêntures - 7ª emissão - Série única (8)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.023	-	20.023	40.049	60.024	
Debêntures - 8ª emissão - Série única (8)	2031	IPCA + 5,27%	R\$	20.226	1.023.717	1.043.943	986.446	890.440	
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série (6)	2027	CDI + 1,33%	R\$	3.185	700.000	703.185	-	-	
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série (6)	2029	IPCA + 7,63%	R\$	707	301.509	302.216	-	-	
(-) Deságio na emissão de debêntures (6)				-	-12.048	-12.048	-15.002	-18.300	
(-) Custos de Transação				-3.000	-38.631	-41.631	-28.299	-41.254	
<b>Total de debêntures</b>				<b>923.302</b>	<b>5.694.011</b>	<b>66.176.313</b>	<b>5.704.789</b>	<b>7.105.551</b>	
<b>Total geral consolidado</b>				<b>955.497</b>	<b>9.624.001</b>	<b>10.579.498</b>	<b>11.363.963</b>	<b>15.020.558</b>	

- (1) Em dezembro de 2022, a Cemig GT realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (*Eurobonds*) de sua emissão, no montante principal de uS\$244 milhões (US\$500 milhões em agosto de 2021). Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa;
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
- (3) Debêntures emitidas pela Cemig Distribuição;
- (4) Em dezembro de 2022 a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária no capital social da Ativas Data Center S.A. para a Sonda Procwork Informática Ltda mediante a compensação do contrato de mútuo entre Cemig e Sonda. Mais detalhes dessa operação vide nota explicativa nº 32 das respectivas Demonstrações Financeiras;
- (5) Em fevereiro de 2022, a Cemig GT liquidou a debênture = 3ª Emissão = 3ª Série;
- (6) Em dezembro de 2022, a Cemig GT realizou a liquidação da 9ª Emissão de debêntures simples. Mais detalhes dessa operação no decorrer dessa nota explicativa;
- (7) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;

- (8) Debêntures emitidas pela Gasmig. Os recursos provenientes da 8ª emissão de debêntures, concluída pela Gasmig em 10 de setembro de 2020, no montante de R\$850 milhões, foram utilizados para resgate das notas promissórias emitidas em 26 de setembro de 2019, com prazo de 12 meses, cujos recursos foram integralmente destinados ao pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás;

## ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, além daquelas já descritas no item 2.1(f) (i) deste Formulário de Referência.

## iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial da Companhia, há ordem de preferência quanto ao pagamento das obrigações, prevista e resguardada nos termos da Lei 11.101 de 2005. Determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência, até o limite da garantia real constituída.

Praticamente todas as dívidas das suas subsidiárias contam com garantia corporativa da Companhia.

## iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Com relação à existência de *covenants* financeiros em contratos de financiamento celebrados pela Cemig D, Cemig GT e pela Companhia, temos a informar o que segue.

Em 2017, a emissão de *bonds* pela Cemig Geração e Transmissão S.A. previu cláusulas restritivas e eventos de inadimplência, que podem gerar o vencimento antecipado da dívida. No pacote de *covenants* há restrições de investimento, de endividamento, de pagamento de dividendos e de garantias reais, dentre outras, proporcionando, entretanto, uma combinação entre flexibilidade operacional e financeira para o emissor e proteção para os investidores. Os *covenants* foram definidos seguindo o padrão de *covenants* para emissões *High Yield*, os quais deixarão de ser aplicados caso a Cemig GT venha a se tornar “*investment grade*” no conceito de duas agências de rating.

Os *covenants* financeiros observados semestralmente são os seguintes:

Covenant financeiro de manutenção		
Dívida Líquida / Lajida Ajustado para o Covenant		
Período	Cemig	Cemig GT
31-Dez-2020	3,00x	3,00x
30-Jun-2021	3,00x	3,00x
31-Dez-2021 em diante	3,00x	2,50x



A 7ª e 8ª emissões de debêntures da Cemig D contam com *covenants* financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da Companhia, bem como da Cemig D, que conjugados estão a seguir:

Dívida Líquida / Lajida		
Período	Cemig	Cemig D
30/06/2020	3,5x	3,8x
31/12/2020 em diante	3,0 X	3,5x
A partir de 01/07/2026	3,5 X	3,5x

Nota: Para fins do disposto nestes *covenants*, os termos terão os seguintes significados: 1) “Dívida Líquida” significa o saldo das contas de empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo circulante e não circulante), acrescido de dívidas com a Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz e opções de venda (valor atualizado mensalmente), subtraído do saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (ativo circulante e não circulante), com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da CEMIG GT ou da Companhia, conforme o caso, apresentadas à CVM. 2) “Lajida” significa o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, e o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007: (a) subtraído de (a.1) equivalência patrimonial (coligadas), (a.2) provisões para opções de venda, (a.3) resultado não operacional, (a.4) reorganização societária e (a.5) efeito contábil da indenização da transmissão; e (b) acrescido de (b.1) efeito caixa da indenização da transmissão e (b.2) dividendos recebidos (coligadas). (3) “Dividendos Recebidos” significa os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos no período em questão.

A controlada Gasmig também possui contratos com Cláusulas Restritivas (“*Covenants*”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido CEMIG (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Debêntures GASMIG (1)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5 a partir de 31/12/2020	-	Anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (2)	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3 a partir de 31/12/2020	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0 a partir de 31/12/2020	-	Anual

1. Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados da data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).

2. O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.

Há também, nos contratos de financiamento da Cemig D e da Cemig GT, cláusulas padrão restringindo descumprimento de qualquer obrigação pecuniária, ocorrência de mudança, transferência ou cessão do controle acionário da emissora ou da garantidora, sem anuência dos credores, término de contratos de concessão com impacto material adverso na capacidade de pagamento das emissoras ou garantidora, reorganização societária das emissoras ou da garantidora que implique na redução do capital social destas, e ainda, alteração das políticas de distribuição de dividendos previstas nos Estatutos Sociais, que resulte em aumento da parcela mínima dos lucros a serem utilizados para o pagamento de proventos obrigatórios.

**(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

A Companhia não tem limites de créditos contratados.

**(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Os quadros inseridos neste item apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

ATIVO (R\$ Milhares)	Consolidado				
	2022	AV %	2021	AV %	AH %
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	1.440.661	2,68	825.208	1,59	74,58
Títulos e valores mobiliários	1.744.546	3,25	1.724.088	3,31	1,19
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	4.769.431	8,89	4.429.883	8,51	7,66
Ativo financeiro da concessão	1.055.378	1,97	1.504.666	2,89	(29,86)
Ativos de contrato	728.404	1,36	599.692	1,15	21,46
Tributos compensáveis	1.916.701	3,57	1.968.979	3,78	(2,66)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	775.492	1,44	698.914	1,34	10,96
Dividendos a receber	145.908	0,27	335.189	0,64	(56,47)
Contribuição de iluminação pública	207.280	0,39	233.309	0,45	(11,16)
Reembolso subsídios tarifários	96.947	0,18	291.896	0,56	(66,79)
Outros ativos	584.455	1,09	337.326	0,65	73,26
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>13.465.203</b>	<b>25,09</b>	<b>12.949.150</b>	<b>24,88</b>	<b>3,99</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e valores mobiliários	133.631	0,25	353.730	0,68	(62,22)
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	43.449	0,08	51.540	0,10	(15,70)
Tributos compensáveis	1.357.846	2,53	1.997.285	3,84	(32,02)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	172.718	0,32	315.405	0,61	(45,24)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	3.119.522	5,81	2.464.734	4,74	26,57
Depósitos vinculados a litígios	1.206.595	2,25	1.155.169	2,22	4,45

Instrumentos financeiros derivativos	702.734	1,31	1.219.176	2,34	(42,36)
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	13.366	0,02	13.366	0,03	-
Ativo financeiro da concessão	4.937.187	9,20	4.969.400	9,55	(0,65)
Ativos de contrato	5.976.420	11,14	5.780.316	11,11	3,39
Investimentos	5.105.724	9,51	5.105.926	9,81	-
Imobilizado	2.409.351	4,49	2.419.269	4,65	(0,41)
Intangível	14.621.853	27,24	12.953.317	24,89	12,88
Direito de uso	329.077	0,61	225.593	0,43	45,87
Outros ativos	76.161	0,14	72.432	0,14	5,15
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	40.205.634	74,91	39.096.658	75,12	2,84
TOTAL DO ATIVO	53.670.837	100,00	52.045.808	100,00	3,12

PASSIVO (R\$ Milhares)	Consolidado				
	2022	AV %	2021	AV %	AH %
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	2.832.049	5,28	2.683.343	5,16	5,54
Encargos regulatórios	510.247	0,95	610.695	1,17	(16,45)
Participação dos empregados e administradores no resultado	105.207	0,20	136.580	0,26	(22,97)
Impostos, taxas e contribuições	884.946	1,65	528.096	1,01	67,57
Imposto de renda e contribuição social	239.674	0,45	190.002	0,37	26,14
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.862.798	3,47	1.909.050	3,67	(2,42)
Empréstimos e debêntures	955.497	1,78	1.465.133	2,82	(34,78)
Salários e contribuições sociais	260.015	0,48	225.189	0,43	15,47
Contribuição de iluminação pública	312.475	0,58	357.105	0,69	(12,50)
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores	455.273	0,85	236.000	0,45	92,91
Obrigações Pós-emprego	388.447	0,72	346.733	0,67	12,03
Passivo financeiro da concessão	-	-	51.359	0,10	-
PASEP/Cofins a ser restituído a consumidores	1.154.798	2,15	704.025	1,35	64,03
Instrumentos financeiros derivativos	90.526	0,17	6.130	0,01	1.376,77
Instrumentos financeiros derivativos - Opções	672.416	1,25	636.292	1,22	5,68
Passivo de arrendamento	57.438	0,11	61.586	0,12	(6,74)
Outros passivos	423.372	0,79	540.275	1,04	(21,64)
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>11.205.178</b>	<b>20,88</b>	<b>10.687.593</b>	<b>20,53</b>	<b>4,84</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Encargos regulatórios	65.360	0,12	204.623	0,39	(68,06)
Empréstimos e debêntures	9.624.001	17,93	9.898.830	19,02	(2,78)

Impostos, taxas e contribuições	370.168	0,69	341.689	0,66	8,33
Imposto de renda e contribuição social diferidos	932.235	1,74	962.255	1,85	(3,12)
Provisões	2.029.021	3,78	1.888.972	3,63	7,41
Obrigações Pós-emprego	5.303.538	9,88	5.857.941	11,26	(9,46)
PASEP/Cofins a ser restituído a consumidores	1.808.074	3,37	2.318.910	4,46	(22,03)
Passivo de arrendamento	297.195	0,55	182.437	0,35	62,90
Outros passivos	252.801	0,47	240.793	0,46	4,99
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	20.682.393	38,54	21.896.450	42,07	(5,54)
TOTAL DO PASSIVO	31.887.571	59,41	32.584.043	62,61	(2,14)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	11.006.853	20,51	8.466.810	16,27	30,00
Reservas de capital	2.249.721	4,19	2.249.721	4,32	-
Reservas de lucros	10.394.823	19,37	10.948.094	21,04	(5,05)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.874.041)	(3,49)	(2.208.214)	(4,24)	(15,13)
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	21.777.356	40,58	19.456.411	37,38	11,93
Participação de acionista não-controlador	5.910	0,01	5.354	0,01	10,38
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.783.266	40,59	19.461.765	37,39	11,93
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.670.837	100,00	52.045.808	100,00	3,12

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

R\$ Milhares	Consolidado				
	2022	AV %	2021	AV %	AH %
RECEITA LÍQUIDA	34.462.808	100,00	33.646.118	100,00	2,43
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custos com energia elétrica e gás	(20.020.182)	(58,09)	(21.449.579)	(63,75)	(6,66)
Custos de construção de infraestrutura	(3.536.442)	(10,26)	(2.035.648)	(6,05)	73,73
Custos de operação	(4.095.391)	(11,88)	(3.438.643)	(10,22)	19,10
	(27.652.015)	(80,24)	(26.923.870)	(80,02)	2,70
LUCRO BRUTO	6.810.793	19,76	6.722.248	19,98	1,32
DESPESAS OPERACIONAIS					
Perdas de créditos esperadas	(108.731)	(0,32)	(143.856)	(0,43)	(24,42)
Despesas gerais e administrativas	(789.389)	(2,29)	(576.612)	(1,71)	36,90
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.124.891)	(3,26)	(592.005)	(1,76)	90,01
	(2.023.011)	(5,87)	(1.312.473)	(3,90)	54,14
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica, líquidas	-	-	214.955	0,64	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido	-	-	1.031.809	3,07	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	51.512	0,15	108.550	0,32	(52,55)
Ganho por compra vantajosa	5.340	0,02	4.006	0,01	33,30
Resultado de equivalência patrimonial	842.543	2,44	182.076	0,54	362,74

Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro	5.687.177	16,50	6.951.171	20,66	(18,18)
Receitas financeiras	1.499.794	4,35	843.306	2,51	77,85
Despesas financeiras	(3.066.415)	(8,90)	(3.096.299)	(9,20)	(0,97)
	(1.566.621)	(4,55)	(2.252.993)	(6,70)	(30,46)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.120.556	11,96	4.698.178	13,96	(12,29)
Imposto de renda e contribuição social	(950.490)	(2,76)	(1.156.082)	(3,44)	(17,78)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	924.301	2,68	210.773	0,63	338,53
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.094.367</b>	<b>11,88</b>	<b>3.752.869</b>	<b>11,15</b>	<b>9,10</b>
Total do lucro líquido do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores	4.092.313	11,87	3.751.321	11,15	9,09
Participação de acionistas não controladores	2.054	0,01	1.548	-	32,69
	4.094.367	11,88	3.752.869	11,15	9,10

#### Lucro líquido do exercício

A Cemig apresentou um lucro líquido de R\$4.094 milhões em 2022 em comparação a um lucro líquido de R\$3.753 milhões em 2021, representando um aumento de 9,09%.



Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

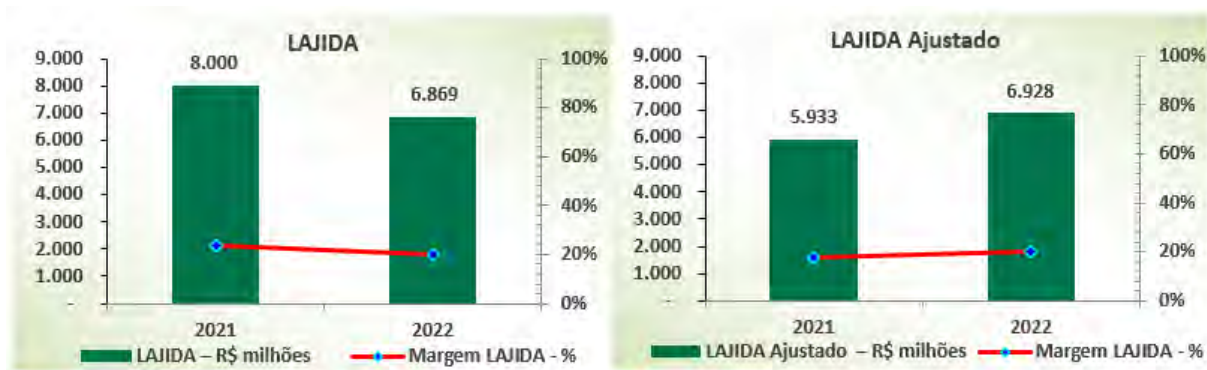
O Lajida consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 16,77% em 2022, em comparação a 2021, enquanto a margem do Lajida ajustado passou de 17,63% em 2021 para 20,10% em 2022.

Lajida 2022 - R\$ milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Holding / Participações	Total
Resultado do período	888	350	684	443	1.729	4.094
Despesa de imposto de renda e contribuição social	307	174	314	(67)	(702)	26
Resultado financeiro	150	96	(34)	1.115	240	1.567
Depreciação e amortização	328	-	-	738	116	1.182
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	1.673	620	964	2.229	1.383	6.869
Efeitos não recorrentes e não caixa						
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(2)	(2)
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	-	-	-	-	(105)	(105)
Devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	-	-	830	-	830
Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR	(29)	(27)	(5)	(42)	(33)	(136)
Provisões tributárias - Indenização do anuênio	14	13	2	98	9	136
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	(35)	(35)
Baixa de ativo financeiro	172	-	-	-	-	172
TARD relativo à infraestrutura	-	-	-	(145)	-	(145)
Reversão de provisão para perdas (reversão) (nota 16)	-	-	-	-	(162)	(162)

Mudança de estimativa de perdas esperadas (nota 8)	-	-	-	(131)	-	(131)
Ganho no MVE - Mecanismo de Venda de Excedentes, líquido de tributos	-	-	-	(204)	-	(204)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	7	7
Resultado da combinação de negócios (nota 16)	-	-	-	-	(5)	(5)
Resultado do Acordo entre FIP Melbourne e AGPar (nota 16)	-	-	-	-	(161)	(161)
Lajida ajustado (2)	1.830	606	961	2.635	896	6.928

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.



### Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

### Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2022, totalizou R\$1.440.661 milhões em comparação ao saldo de R\$825.208 milhões em 31 de dezembro de 2021, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir.

### Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais em 2022 e 2021 totalizou R\$6.613 milhões e R\$3.683 milhões, respectivamente. Essa variação decorre, principalmente, do maior dispêndio de recursos, em 2021, com compra de energia e encargos de uso da rede básica de transmissão em relação aos valores que haviam sido incluídos no reajuste tarifário.

### Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2022 totalizou R\$3.206 milhões, comparado a um caixa líquido gerado em 2021 de R\$1.371 milhões. Esse resultado decorre, principalmente, do aumento dos investimentos realizados nos ativos de infraestrutura de distribuição de energia elétrica e gás, sendo R\$3.112 milhões em 2022 (R\$1.798 milhões em 2021).

#### Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2022 totalizou R\$2.792 milhões, em comparação a um caixa líquido consumido de R\$5.910 milhões em 2021. Apesar do aumento dos juros sobre capital próprio e dividendos pagos, houve redução nos pagamentos de empréstimos e debêntures, assim como novas captações de recursos durante 2022.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

ATIVO (em R\$ milhares)	Consolidado				
	2021	AV%	2020	AV%	AH%
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	825.208	1,59	1.680.397	3,11	(50,89)
Títulos e valores mobiliários	1.724.088	3,31	3.360.270	6,21	(48,69)
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	4.429.883	8,51	4.373.075	8,09	1,30
Ativos financeiros e setoriais da concessão	1.504.666	2,89	258.588	0,48	481,88
Ativos de contrato	599.692	1,15	737.110	1,36	(18,64)
Tributos compensáveis	1.968.979	3,78	1.850.057	3,42	6,43
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	698.914	1,34	597.610	1,10	16,95
Dividendos a receber	335.189	0,64	188.327	0,35	77,98
Contribuição de iluminação pública	233.309	0,45	179.401	0,33	30,05
Reembolso de subsídios tarifários	291.896	0,56	88.349	0,16	230,39
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	522.579	0,97	-
Outros	337.326	0,65	362.326	0,67	(6,90)
	12.949.150	24,88	14.198.089	26,25	(8,80)
Ativos classificados como mantidos para venda	-	-	1.258.111	2,33	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>12.949.150</b>	<b>24,88</b>	<b>15.456.200</b>	<b>28,58</b>	<b>(16,22)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e valores mobiliários	353.730	0,68	764.793	1,41	(53,75)
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	51.540	0,10	160.969	0,30	(67,98)
Tributos compensáveis	1.997.285	3,84	3.442.071	6,36	(41,97)

Imposto de renda e contribuição social a recuperar	315.405	0,61	346.523	0,64	(8,98)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	2.464.734	4,75	2.452.860	4,55	0,48
Depósitos vinculados a litígios	1.155.169	2,22	1.055.797	1,95	9,41
Instrumentos financeiros derivativos	1.219.176	2,34	2.426.351	4,49	(49,75)
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	13.366	0,03	11.614	0,02	15,09
Ativos financeiros e setoriais da concessão	4.969.400	9,55	3.798.734	7,02	30,82
Ativos de contrato	5.780.316	11,11	4.242.962	7,85	36,23
Investimentos	5.105.926	9,81	5.415.293	10,01	(5,71)
Imobilizado	2.419.269	4,65	2.407.143	4,45	0,50
Intangível	12.953.317	24,89	11.809.928	21,84	9,68
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	225.593	0,43	212.074	0,39	6,37
Outros	72.432	0,14	79.768	0,15	(9,20)
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>39.096.658</b>	<b>75,15</b>	<b>38.626.880</b>	<b>71,43</b>	<b>1,22</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>52.045.808</b>	<b>100,00</b>	<b>54.083.080</b>	<b>100,00</b>	<b>(3,77)</b>

PASSIVO (em R\$ milhares)	Consolidado				
	2021	AV%	2020	AV%	AH%
Fornecedores	2.683.343	5,16	2.358.320	4,36	13,78
Encargos regulatórios	610.695	1,17	445.807	0,82	36,99
Participação dos empregados e administradores no resultado	136.580	0,26	121.865	0,23	12,07
Impostos, taxas e contribuições	528.096	1,01	505.739	0,94	4,42
Imposto de renda e contribuição social	190.002	0,37	140.058	0,26	35,66
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.909.050	3,67	1.448.846	2,68	31,76
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.465.133	2,82	2.059.315	3,81	(28,85)
Salários e contribuições sociais	225.189	0,43	212.755	0,39	5,84
Contribuição de iluminação pública	357.105	0,69	304.869	0,56	17,13
Obrigações pós-emprego	346.733	0,67	304.551	0,56	13,85
Passivo financeiro da concessão	51.359	0,10	231.322	0,43	(77,80)
Pis/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	704.025	1,35	448.019	0,83	57,14
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	6.130	0,01	-	-	-
Opções de venda SAAG	636.292	1,22	536.155	0,99	18,68
Operações de arrendamento mercantil	61.586	0,12	47.799	0,09	28,84
Outras obrigações	776.275	1,49	524.795	0,97	47,92
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>10.687.593</b>	<b>20,53</b>	<b>9.690.215</b>	<b>17,92</b>	<b>10,29</b>

NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	204.623	0,39	291.189	0,54	(29,73)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.898.830	19,02	12.961.243	23,97	(23,63)
Impostos, taxas e contribuições	341.689	0,66	262.745	0,49	30,05
Imposto de renda e contribuição social diferidos	962.255	1,85	1.040.003	1,92	(7,48)
Provisões	1.888.972	3,63	1.892.437	3,50	(0,18)
Obrigações pós-emprego	5.857.941	11,26	6.538.496	12,09	(10,41)
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	2.318.910	4,46	3.569.837	6,60	(35,04)
Operações de arrendamento mercantil	182.437	0,35	178.704	0,33	2,09
Outras obrigações	240.793	0,46	180.863	0,33	33,14
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>21.896.450</b>	<b>42,07</b>	<b>26.915.517</b>	<b>49,77</b>	<b>(18,65)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>32.584.043</b>	<b>62,60</b>	<b>36.605.732</b>	<b>67,69</b>	<b>(10,99)</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	8.466.810	16,27	7.593.763	14,04	11,50
Reservas de Capital	2.249.721	4,32	2.249.721	4,16	-
Reservas de Lucros	10.948.094	21,04	10.060.605	18,60	8,82
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.208.214)	(4,24)	(2.431.423)	(4,50)	(9,18)
Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
<b>ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>	<b>19.456.411</b>	<b>37,39</b>	<b>17.472.666</b>	<b>32,30</b>	<b>11,35</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR</b>	<b>5.354</b>	<b>0,01</b>	<b>4.682</b>	<b>0,01</b>	<b>14,35</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>19.461.765</b>	<b>37,40</b>	<b>17.477.348</b>	<b>32,31</b>	<b>11,35</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>52.045.808</b>	<b>100,00</b>	<b>54.083.080</b>	<b>100,00</b>	<b>(3,77)</b>



As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2021 em comparação a 2020 são como segue:

#### Caixa e equivalentes de caixa – curto prazo

Redução de 50,89% no saldo de 2021 em comparação a 2020, sendo R\$825 milhões e R\$1.680 milhões respectivamente. A redução em 2021 se deve, principalmente, pela antecipação da liquidação da operação de Tender Offer de títulos de dívida no mercado externo (Recompra de Eurobonds), no montante de US\$500 milhões.

#### Títulos e valores mobiliários – curto e longo prazo

Redução de 49,63% no saldo de 2021 em comparação a 2020, sendo R\$2.078 milhões e R\$4.125 milhões respectivamente. A redução em 2021 se deve, principalmente, pela antecipação da liquidação da operação de Tender Offer de títulos de dívida no mercado externo (Recompra de Eurobonds), no montante de US\$500 milhões.

#### Ativos financeiros e setoriais da concessão – curto e longo prazo

Aumento de 59,57% no saldo de 2021 em comparação a 2020, sendo R\$6.474 milhões e R\$4.057 milhões respectivamente. O aumento em 2021 se deve aos maiores custos de energia, resultando em maior constituição de CVA.

#### Reembolso de subsídios tarifários – curto prazo

Aumento de 230,39% no reembolso de subsídios tarifários em função do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, implantado em 2021.

#### Instrumentos financeiros derivativos – longo prazo

Redução de 49,75% nos instrumentos financeiros em função do valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds, que apresentou variação negativa em 2021. Adicionalmente, no âmbito da implementação da operação de Tender Offer, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia o valor de R\$774 milhões.

#### Empréstimos, financiamentos e debêntures – curto e longo prazo

Redução de 24,34% no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, em função da liquidação da operação de Tender Offer de títulos de dívida no mercado externo (Recompra de Eurobonds).

#### Pis/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores – curto e longo prazo

Redução de 24,76% no saldo de Pis/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores, em função do início devolução dos valores aos consumidores.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(R\$ milhares)	Consolidado				
	2021	AV%	2020	AV%	AH%
<b>OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>					
RECEITA LÍQUIDA	33.646.118	100,00	25.227.625	100,00	33,37
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(16.101.254)	(47,85)	(12.111.489)	(48,01)	32,94
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(3.336.985)	(9,92)	(1.747.811)	(6,93)	90,92
Gás Comprado para Revenda	(2.011.340)	(5,98)	(1.083.089)	(4,29)	85,70
Pessoal e administradores	(982.511)	(2,92)	(1.011.557)	(4,01)	(2,87)
Materiais	(75.741)	(0,23)	(62.480)	(0,25)	21,22
Serviços de Terceiros	(1.264.519)	93,76)	(1.086.517)	(4,31)	16,38
Depreciação e Amortização	(947.230)	(2,82)	(865.202)	(3,43)	9,48
Provisões Operacionais	(86.227)	(0,26)	(168.099)	(0,67)	(48,70)
Custos de Construção de Infraestrutura	(2.035.648)	(6,05)	(1.581.475)	(6,27)	28,72
Outras	(82.415)	(0,24)	(127.033)	(0,50)	(35,12)
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>(26.923.870)</b>	<b>(80,030)</b>	<b>(19.844.752)</b>	<b>(78,66)</b>	<b>35,67</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>6.722.248</b>	<b>19,97</b>	<b>5.382.873</b>	<b>21,34</b>	<b>24,88</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					

Despesas com vendas	(143.856)	(0,43)	(146.705)	(0,58)	(1,94)
Despesas gerais e administrativas	(571.376)	(1,70)	(582.457)	(2,31)	(1,90)
Despesas com provisões operacionais	(144.595)	(0,43)	(108.482)	(0,43)	33,29
Outras receitas (despesas) operacionais	(452.646)	(1,35)	(749.475)	(2,97)	(39,60)
	(1.312.473)	(3,91)	(1.587.119)	(6,29)	(17,30)
Revisão Tarifária Periódica, líquida	214.955	0,64	502.108	1,99	(57,19)
Resultado de Equivalência Patrimonial	182.076	0,54	356.698	1,41	(48,96)
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido	1.031.809	3,07	-	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	108.550	0,32	-	-	-
Resultado decorrente de combinação de negócios	4.006	0,01	51.736	0,21	(92,26)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	6.951.171	19,68	4.706.296	16,67	47,70
Receitas Financeiras	843.306	2,51	2.445.405	9,69	(65,51)
Despesas Financeiras	(3.096.299)	(9,20)	(3.350.864)	(13,28)	(7,60)
Resultado antes dos Impostos	4.698.178	12,99	3.800.837	13,08	23,61
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(1.156.082)	(3,44)	(683.681)	(2,71)	69,10
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	210.773	0,63	(252.035)	(1,00)	(183,63)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	3.752.869	10,18	2.865.121	9,37	30,98
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.752.869</b>	<b>10,18</b>	<b>2.865.121</b>	<b>9,37</b>	<b>30,98</b>

Participação dos acionistas controladores	3.751.321	11,15	2.864.110	11,35	30,98
Participação dos acionistas não-controladores	1.548	-	1.011	-	53,12
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.752.869</b>	<b>11,15</b>	<b>2.865.121</b>	<b>11,35</b>	<b>30,98</b>

#### Lucro líquido do Exercício

A Cemig apresentou, em 2021, um lucro líquido de R\$3.753 milhões em comparação a um lucro líquido de R\$2.865 milhões em 2020, representando um aumento de 30,99%. A variação positiva do resultado da Companhia é devida, basicamente, ao reconhecimento em 2021 da repactuação do risco hidrológico, à alienação de ativos mantidos para venda (Light) e ao aumento da eficiência operacional da Companhia. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 21,70% em 2021 em comparação a 2020, enquanto a margem do LAJIDA ajustado passou de 19,32% para 17,63%. O LAJIDA consolidado, apresentou um aumento de 40,47% em 2021, em comparação a 2020, enquanto a sua margem passou de 22,57% em 2020 para 23,78% em 2021.

LAJIDA - R\$ milhões	2021	2020	Var %
Resultado do exercício	3.753	2.865	30,99
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social	945	936	0,96
+ Resultado financeiro	2.253	905	148,95
+ Depreciação e amortização	1.049	989	6,07
= LAJIDA conforme "Instrução CVM 527" (1)	8.000	5.695	40,47
Efeitos não recorrentes e não caixa			
+ Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	(2)	(1)	100
+ Resultado da RTP, líquido ***	(215)	(621)	(65,38)
+ Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido (nota 32)	(109)	-	-
+ Reversão de provisões tributárias	(89)	-	-
+ Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Renova	-	37	-
+ Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido (nota 18)	(1.032)	-	-
+ Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, investidas **	(308)	-	-
+ Antecipação pela prestação de serviço, líquido *	(148)	-	-
+ Resultado da combinação de negócios (nota 16)	(4)	(52)	(92,31)
+ Baixa de ativo e impairment	51	(5)	-
+ Ajuste líquido referente à desvalorização em investimentos (nota 16)	204	-	-

+ Baixa do saldo da obrigação pós emprego do seguro de vida (nota 24)	(415)	-	-
+ Reversão das perdas esperadas com créditos do Estado de Minas Gerais (líquida das constituições)	-	(178)	-
Lajida ajustado (2)	5.933	4.875	21,70

\* O montante refere-se à antecipação de valores pela prestação de serviços da controlada ESCEE para consumidor livre, líquido de Pis/Pasep e Cofins.

\*\* As controladas em conjunto NESA e Aliança Energia e a coligada Madeira reconheceram, em 30 de setembro de 2021, os montantes de R\$30 milhões, R\$149 milhões e R\$129 milhões, respectivamente, relacionados à repactuação do risco hidrológico.

\*\*\* O valor de R\$621 milhões refere-se a: R\$429 milhões referente ao efeito da revisão tarifária periódica antes da mudança de prática contábil e R\$192 milhões, referente aos ajustes decorrentes da uniformização das práticas contábeis.

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA ajustado em 2021, em comparação a 2020, decorre, principalmente, do registro da repactuação do risco hidrológico, no montante de R\$1.032 milhões, conforme tabela acima. A variação no LAJIDA calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012 deve-se, principalmente, ao aumento na receita líquida de 33,37%, parcialmente compensada pelo aumento dos custos operacionais, menos depreciação e amortização, de 32,99%.

#### Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$825 milhões em comparação ao saldo de R\$1.680 milhões em 31 de dezembro de 2020, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

## Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais em 2021 e 2020 totalizou R\$3.683 milhões e R\$8.609 milhões, respectivamente. A menor geração de caixa em 2021 decorre, basicamente, do maior dispêndio de recursos com compra de energia e encargos de transmissão ainda não incluídos no reajuste tarifário, com os efeitos sendo registrados como ativos de CVA.

## Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento em 2021 totalizou R\$1.371 milhões, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2020 de R\$5.077 milhões. Esse resultado decorre, principalmente, do maior volume de recursos resgatados de aplicações em títulos e valores mobiliários em 2021 para recompra de Eurobonds, maiores detalhes na nota explicativa nº 22. Além da alienação da participação na Light, que gerou o montante de R\$1.367 milhões.

## Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2021 totalizou R\$5.910 milhões, e foi composto pela amortização de R\$4.437 milhões de financiamentos e pela obtenção de R\$13 milhões de recursos, além do pagamento de arrendamentos de R\$70 milhões e juros sobre capital próprio e dividendos de R\$1.416 milhões.

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2020 totalizou R\$2.387 milhões, e foi composto pela amortização de R\$2.531 milhões de financiamentos e pela obtenção de R\$826 milhões de recursos, além do pagamento de arrendamentos de R\$84 milhões e juros sobre capital próprio e dividendos de R\$ 598 milhões.



## 2.2

### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

### Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

#### Lucro líquido do exercício

A Cemig apresentou um lucro líquido de R\$4.094 milhões em 2022 em comparação a um lucro líquido de R\$3.753 milhões em 2021, representando um aumento de 9,09%.

#### Receita operacional

A composição da receita é conforme segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Fornecimento bruto de energia elétrica	30.158.388	29.619.254
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	3.684.574	3.448.318
CVA e outros componentes financeiros	(1.146.560)	2.146.043
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	2.360.056	1.316.995
Receita de transmissão		
Receita de operação e manutenção	413.044	354.910
Receita de construção de transmissão	407.193	251.973
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	575.449	660.457
Receita de indenização da geração	47.028	-
Receita de construção de distribuição	3.245.688	1.852.263
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	39.369	53.751
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	466.857	523.105
Liquidação na CCEE	182.893	1.156.503
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE	453.131	452.896
Fornecimento de gás	4.529.123	3.470.406
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(94.035)	(70.948)
Receita por antecipação de prestação de serviço	-	153.970
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir a consumidores	(829.783)	-
Outras receitas operacionais	2.657.114	1.935.273
Tributos e encargos incidentes sobre a receita	(12.686.721)	(13.679.051)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>34.462.808</b>	<b>33.646.118</b>

#### Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$30.158 milhões em 2022, em comparação a R\$29.619 milhões no exercício de 2021, representando um aumento de 1,82%.

	2022			2021			Variação %	
	MWh (2) (3)	R\$ (Milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2) (3)	R\$ (Milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	11.216.803	10.133	903,38	11.185.772	11.123	994,39	0,28	(8,90)
Industrial	18.203.746	5.991	329,11	16.360.861	5.275	322,42	11,26	13,57
Comércio, serviços e outros	8.956.518	6.155	687,21	8.334.095	5.520	662,34	7,47	11,50
Rural	3.092.932	2.050	662,80	3.975.398	2.566	645,47	(22,20)	(20,11)
Poder público	855.672	660	771,32	729.312	583	799,38	17,33	13,21
Iluminação pública	1.138.039	535	470,11	1.225.733	718	585,77	(7,15)	(25,49)
Serviço público	1.400.256	841	600,60	1.418.306	879	619,75	(1,27)	(4,32)
<b>Subtotal</b>	<b>44.863.966</b>	<b>26.365</b>	<b>0,59</b>	<b>43.229.477</b>	<b>26.664</b>	<b>0,62</b>	<b>3,78</b>	<b>(1,12)</b>
Consumo Próprio	30.942	-	-	33.074	-	-	(6,45)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(189)	-	-	(14)	-	-	1.250,00
	<b>44.894.908</b>	<b>26.176</b>	<b>587,67</b>	<b>43.262.551</b>	<b>26.650</b>	<b>616,80</b>	<b>3,77</b>	<b>(1,78)</b>
Suprimento a outras concessionárias (2)	16.776.567	3.894	232,11	12.952.726	3.024	233,46	29,52	28,77
Suprimento não faturado líquido	-	88	-	-	(55)	-	-	(260,00)

Total	61.671.475	30.158	490,89	56.215.277	29.619	528,42	9,71	1,82
1.	O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.							
2.	Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.							
3.	Informações não auditadas pelos auditores independentes.							

Os principais impactos na receita em 2022 decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 22,20% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe rural devido, principalmente, à redução de 31,3% no número de consumidores dessa classe, os quais migraram para outras classes como consequência do atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020, a qual determinou a readequação de clientes que não realizassem seu cadastramento e comprovação da atividade geradora do benefício tarifário que faziam jus;
- redução de 11,26% na quantidade de energia faturada para os consumidores industriais, devido à migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre, somada à retração do setor industrial no estado de Minas Gerais em relação ao exercício anterior;
- redução de 7,15% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe de iluminação pública devido, principalmente, à substituição de lâmpadas comuns para lâmpadas de LED, ocorrida em algumas prefeituras;
- aumento de 17,33% na quantidade de energia faturada para a classe de poder público, devido ao retorno de atividades pós pandemia e à reclassificação de unidades consumidoras das classes Rural e Serviço Público para a classe do Poder Público, em atendimento à REN Aneel nº 901/2020;
- aumento de 7,47% na quantidade de energia faturada para a classe de comércio e serviços, em função do aumento no número de consumidores nesta classe, devido, principalmente, à migração de clientes das classes de Serviços Públicos e Rural, em atendimento à REN Aneel nº 901/2020.

Adicionalmente aos comentários acima, deve ser também destacada a redução significativa do ICMS constante das tarifas de energia elétrica no segundo semestre de 2022 em função da fixação da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo no limite máximo de 18%, e a não incidência desse tributo sobre os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

### Receita de uso da rede – Consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2022, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.685 milhões, comparada a R\$3.448 milhões em 2021, representando um aumento de 6,87%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 22,82% na tarifa média sobre os clientes livres no exercício de 2022, comparado ao mesmo período de 2021, parcialmente compensado pela redução na alíquota de ICMS, conforme já comentado anteriormente.

Adicionalmente, verificou-se um aumento de 1,99% na energia transportada no exercício de 2022, em comparação ao exercício anterior.

	MWh (1)		
	2022	2021	Var %
Industrial	20.666.410	20.446.578	1,08
Comercial	1.760.697	1.535.217	14,69
Rural	40.142	44.161	(9,10)
Serviço Público	13.130	3.650	259,73
Poder Público	2.662	-	-
Concessionárias	300.924	310.178	(2,98)
<b>Total de energia transportada</b>	<b>22.783.965</b>	<b>22.339.784</b>	<b>1,99</b>

1. Informações não auditadas pelos auditores independentes.

## CVA e outros componentes financeiros

A Cemig D reconhece em suas demonstrações financeiras as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Cemig D nos próximos reajustes tarifários da Cemig D.

Em 2022, foi reconhecida uma despesa no montante de R\$1.146 milhões, em comparação à receita no montante de R\$2.146 milhões reconhecidos em 2021. Essa variação deve-se, principalmente, à redução dos custos com compra de energia elétrica para revenda, em função do cenário hidrológico mais favorável em 2022, destacando-se a redução dos custos de energia adquirida em leilões, devido à redução nos despachos térmicos, além da diminuição dos custos com Encargos de Serviços do Sistema por efeito da redução dos despachos térmicos fora da ordem de mérito. Também contribuiu para a constituição de CVA a devolver aos consumidores os pagamentos da liquidação da energia na CCEE em valores inferiores aos que foram pagos em 2021, devido, sobretudo, à redução do PLD em 2022, que se manteve no mínimo durante quase todo o ano.

## Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização

A Companhia registrou uma receita de realização da restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores no montante de R\$2.360 milhões em 2022 comparada a R\$1.317 milhões no exercício anterior. Essa recomposição da receita decorre da tarifa da Cemig D, vigente no período de junho de 2022 a maio de 2023, estar com o desconto dos valores que estão sendo devolvidos aos consumidores referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins.

## Receita de concessão da transmissão

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- a receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$413 milhões em 2022, em comparação a R\$355 milhões em 2021, um aumento de 16,34%, associado, principalmente ao reajuste anual da RAP das transmissoras (contratos 006/1997 e 79/2000), bem como entrada de novas obras;
- as receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$407 milhões em 2022, comparados a R\$252 milhões em 2021, um aumento de 61,60%, em razão, basicamente, da maior realização nos projetos de investimento em transmissão no período; e,

- redução de 12,87% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foram de R\$575 milhões e R\$660 milhões em 2022 e 2021, respectivamente. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi de 5,78% no exercício de 2022 comparada a 10,06% no exercício de 2021, base para a remuneração do contrato.

### **Receita de construção de distribuição**

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$3.246 milhões em 2022, comparados a R\$1.852 milhões em 2021, demonstrando um aumento de 75,27%. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Cemig D em relação ao exercício anterior, destacando-se o aumento na realização de atendimento ao mercado, principalmente devido ao aumento de solicitações para ligações de clientes, execução do projeto de Infraestrutura Avançada de Medição, com a instalação de 230 mil medidores inteligentes, além da expansão do sistema de alta tensão, com a energização de 45 subestações novas e ampliadas, e construção de 896 Km de linhas de distribuição.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Cemig D, no exercício, em ativos da concessão.

### **Fornecimento de gás**

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$4.529 milhões em 2022 comparada a R\$3.470 milhões em 2021, demonstrando um aumento de 30,52%. Esta variação decorre, basicamente, do reajuste pelo IGP-M na margem do gás natural em 16% até maio de 2022, onde foram definidas as novas margens da Gasmig, que são superiores às de 2021.

### **Receita de transações com energia na CCEE**

A receita de transações com energia na CCEE foi de R\$183 milhões em 2022 em comparação a R\$1.157 milhões em 2021, representando uma redução de 84,19%. Essa redução deve-se, principalmente, à redução de 78,9% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$58,99/MWh no exercício de 2022 comparado a R\$279,61/MWh no exercício de 2021, em função de uma melhor condição hidrológica.

### **Tributos e encargos incidentes sobre a receita**

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$12.687 milhões em 2022 comparados a R\$13.679 milhões em 2021, representando uma redução de 7,25%. Essa redução decorre, substancialmente, da redução da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo e não incidência desse tributo sobre os serviços de distribuição e os encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, conforme já mencionado.

### ***ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais***

#### **Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)**

Os custos e despesas operacionais foram de R\$26.139 milhões em 2022, comparados a R\$26.201 milhões em 2021.

As principais variações estão descritas a seguir.

### **Energia elétrica comprada para revenda**

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$14.614 milhões em 2022, comparado a R\$16.101 milhões em 2021, representando uma redução de 9,24%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 46,58% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$3.334 milhões em 2022, comparado a R\$6.242 milhões em 2021. Essa redução decorre, principalmente, da redução nos despachos por disponibilidade das usinas térmicas e da redução na aquisição de energia via Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD;
- aumento no custo com compra de energia no ambiente livre, sendo R\$6.003 milhões em 2022, comparado a R\$4.976 milhões em 2021. O crescimento deve-se, principalmente, ao aumento do montante de energia comprado entre os anos de 2021 e 2022, que possibilitaram a realização de contratos de venda de energia;
- redução de 56,74% no custo com energia de curto prazo, sendo de R\$530 milhões no exercício de 2022, comparado a R\$1.224 milhões no exercício de 2021, justificada, principalmente, pela variação do PLD, que teve seu valor médio de R\$58,99 em 2022, comparado ao valor médio de R\$279,61 no exercício anterior;
- redução de 15,51% no custo com energia binacional de Itaipu, sendo de R\$1.644 milhões no exercício de 2022, comparado a R\$1.946 milhões no exercício de 2021. Essa redução decorre, principalmente, da redução no preço da demanda de Itaipu, em dólar, de US\$28,07/KW para US\$24,73KW, definida por resolução;
- aumento de 55,91% no custo com geração distribuída, sendo de R\$1.977 milhões em 2022 comparado a R\$1.268 milhões em 2021. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (191.153 em dezembro de 2022, comparada a 115.868 em dezembro de 2021) e do aumento na quantidade de energia injetada (3.041 GWh no exercício de 2022, comparado a 1.920 GWh no exercício de 2021);
- aumento de 11,14% no custo com contratos por cotas de garantia física, sendo de R\$925 milhões em 2022 comparado a R\$832 milhões em 2021. Esse aumento decorre do reajuste anual das RAG's das usinas de Cotás, definido por resolução, sempre em julho;
- aumento de 46,04% no custo com cotas das usinas de Angra I e II, sendo de R\$357 milhões no exercício de 2022, comparado a R\$245 milhões no exercício de 2021. Essa variação decorre do reajuste financeiro anual, definido por resolução, em que o valor mensal passou de R\$20,3 milhões em 2021 para R\$29,7 milhões em 2022;
- aumento de 17,98% no custo com contratos bilaterais, sendo de R\$493 milhões no exercício de 2022, comparado a R\$418 milhões no exercício de 2021. Esse aumento decorre, principalmente, do reajuste anual dos contratos bilaterais do ACR.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

## **Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema**

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$2.925 milhões em 2022, comparados a R\$3.663 milhões em 2021, representando uma redução de 20,15%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela redução de 56,65% nos custos com Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), decorrente do menor despacho de usinas fora da ordem de mérito, parcialmente compensada pelo aumento de 39,47% nos custos com Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) em relação ao exercício anterior, devido a créditos que a Cemig D possuía em 2021 que acabaram por reduzir seus custos.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

## **Gás comprado para revenda**

A Companhia registrou, em 2022, uma despesa com gás comprado para revenda no montante de R\$2.735 milhões comparado a R\$2.011 milhões, representando um aumento de 36,00%. Esta variação decorre, basicamente, do reajuste dos custos praticados devido à variação contratual dos preços do gás natural.

## **Pessoal**

A despesa com pessoal foi de R\$1.352 milhões em 2022 comparada a R\$1.240 milhões em 2021, representando um aumento de 8,99%. A variação decorre, principalmente, do reajuste salarial de 11,08% a partir de novembro de 2021, em função de Acordo Coletivo, em comparação ao reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2020, também em função de Acordo Coletivo.

## **Participação de empregados e administradores no resultado**

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$83 milhões no exercício de 2022, comparada a R\$134 milhões no exercício anterior, representando uma redução de 38,06%. Esta variação decorre, basicamente, da alteração nos critérios para cálculo da participação, conforme disposto nos acordos coletivos relativos ao Programa de Participações nos Lucros e Resultados da Cemig de 2022 e 2021.

## **Obrigações pós-emprego**

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2022 foi uma despesa no montante de R\$626 milhões, em comparação a uma despesa no montante de R\$15 milhões em 2021. Essa variação decorre, principalmente, das alterações realizadas em 2021, pela Companhia, no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados. A Companhia cessou o pagamento desse benefício pós-emprego e, dessa forma, realizou a baixa do saldo da obrigação em contrapartida ao resultado.

## **Serviço de terceiros**

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$1.706 milhões em 2022, comparada a R\$1.450 milhões em 2021, representando um aumento de 17,66%. As principais variações que explicam esse aumento são:

- aumento de 21,36% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$589 milhões em 2022, comparado a R\$485 milhões em 2021;
- aumento de 56,49% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R\$146 milhões em 2022, comparado a R\$93 milhões em 2021.

## **Provisões operacionais**

As provisões operacionais foram de R\$455 milhões em 2022 comparadas a R\$375 milhões em 2021, representando um aumento de 21,63%. As principais variações que explicam esse aumento são:

- variação nas provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição líquida de R\$182 milhões no exercício de 2022, em comparação a R\$2 milhões no exercício de 2021. Esta variação decorre, principalmente, do provisionamento das contribuições previdenciárias da ação de Indenização do Anuênio, bem como da atualização financeira das ações relacionadas às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), as quais são corrigidas pela taxa Selic;
- aumento nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$98 milhões no exercício de 2022, em comparação a R\$35 milhões no exercício de 2021. Esse aumento decorre, principalmente, do julgamento do tema que trata da prevalência do negociado sobre o legislado, movimentando diversos processos das mais variadas fases e matérias, levando a um aumento das adições.

## **Perdas de créditos esperadas (PCE)**

Redução de 24,31% na perda esperada de créditos, que representou uma constituição de R\$109 milhões em 2022 em comparação a R\$144 milhões em 2021, em função da menor inadimplência observada nos últimos 12 meses e, adicionalmente, da revisão das regras de mensuração das perdas, buscando uma maior aderência ao comportamento da inadimplência da Companhia.

## **Resultado de equivalência patrimonial**

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial no montante de R\$843 milhões em 2022 em comparação a R\$182 milhões em 2021.

O resultado de 2022 está associado, principalmente, aos seguintes fatores:

- reconhecimento de recebível no montante de R\$161 milhões, em 2022, relacionado ao pagamento realizado pela AGPar ao FIP Melbourne associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016; e

- reversão da provisão referente às obrigações contratuais da Cemig GT assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionistas no montante de R\$162 milhões. Referida provisão foi constituída em 2021, afetando negativamente o resultado com equivalência patrimonial daquele período.

## Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$1.567 milhões em 2022 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$2.253 milhões em 2021. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- variação negativa do dólar em relação ao Real em 2022, de 6,5%, em comparação à variação positiva de 7,39% em 2021, gerando o registro de receitas no montante de R\$338 milhões e despesas de R\$353 milhões nos exercícios de 2022 e 2021, respectivamente;
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos *Eurobonds* apresentou variação negativa em 2022, no montante de R\$438 milhões, em comparação ao reconhecimento de perdas no montante de R\$538 milhões em 2021. A variação é decorrente, principalmente, do aumento na curva de juros em relação à expectativa de crescimento na taxa do dólar em relação ao Real;
- reconhecimento do ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$47 milhões em 2022 (R\$491 milhões em 2021) como resultado das recompras parciais dos *Eurobonds – Tender Offer*; e,
- aumento de 189,06% no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira de R\$185 milhões em 2022, comparada a R\$64 milhões em 2021. Essa variação decorre, basicamente, do aumento da taxa Selic, indexador do saldo, quando comparada ao exercício anterior.

## Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no exercício de 2022, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$26 milhões em relação ao lucro de R\$4.121 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 0,64% de alíquota efetiva. No exercício de 2021, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$945 milhões em relação ao lucro de R\$4.698 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 20,12% de alíquota efetiva.

### *i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

## Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

### Lucro líquido do exercício

A Cemig apresentou, em 2021, um lucro líquido de R\$3.753 milhões em comparação a um lucro líquido de R\$2.865 milhões em 2020, representando um aumento de 30,99%. A variação positiva do resultado da Companhia é devida, basicamente, ao reconhecimento em 2021 da repactuação do risco hidrológico, à alienação de ativos mantidos para venda (Light) e ao aumento da eficiência operacional da Companhia. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.



## Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

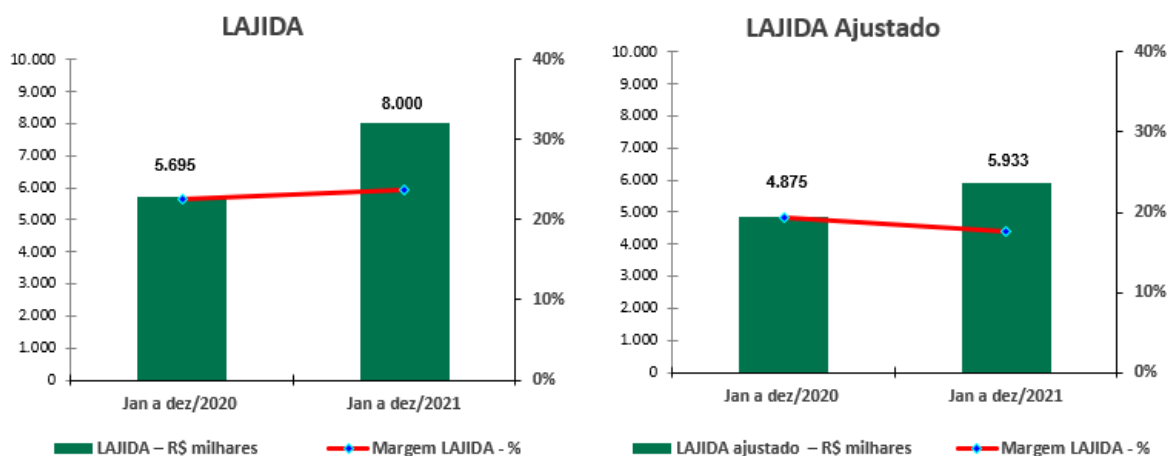
O LAJIDA consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 21,70% em 2021 em comparação a 2020, enquanto a margem do LAJIDA ajustado passou de 19,32% para 17,63%. O LAJIDA consolidado, apresentou um aumento de 40,47% em 2021, em comparação a 2020, enquanto a sua margem passou de 22,57% em 2020 para 23,78% em 2021.

LAJIDA - R\$ milhões	2021	2020	Var %
Resultado do exercício	3.753	2.865	30,99
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social	945	936	0,96
+ Resultado financeiro	2.253	905	148,95
+ Depreciação e amortização	1.049	989	6,07
= LAJIDA conforme "Instrução CVM 527" (1)	<b>8.000</b>	<b>5.695</b>	<b>40,47</b>
<b>Efeitos não recorrentes e não caixa</b>			
+ Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	(2)	(1)	100
+ Resultado da RTP, líquido ***	(215)	(621)	(65,38)
+ Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido (nota 32)	(109)	-	-
+ Reversão de provisões tributárias	(89)	-	-
+ Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Renova	-	37	-
+ Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido (nota 18)	(1.032)	-	-
+ Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, investidas **	(308)	-	-
+ Antecipação pela prestação de serviço, líquido *	(148)	-	-
+ Resultado da combinação de negócios (nota 16)	(4)	(52)	(92,31)
+ Baixa de ativo e impairment	51	(5)	-
+ Ajuste líquido referente à desvalorização em investimentos (nota 16)	204	-	-
+ Baixa do saldo da obrigação pós emprego do seguro de vida (nota 24)	(415)	-	-
+ Reversão das perdas esperadas com créditos do Estado de Minas Gerais (líquida das constituições)	-	(178)	-
<b>Lajida ajustado (2)</b>	<b>5.933</b>	<b>4.875</b>	<b>21,70</b>

\* O montante refere-se à antecipação de valores pela prestação de serviços da controlada ESCEE para consumidor livre, líquido de Pis/Pasep e Cofins.

\*\* As controladas em conjunto NESA e Aliança Energia e a coligada Madeira reconheceram, em 30 de setembro de 2021, os montantes de R\$30 milhões, R\$149 milhões e R\$129 milhões, respectivamente, relacionados à repactuação do risco hidrológico.

\*\*\* O valor de R\$621 milhões refere-se a: R\$429 milhões referente ao efeito da revisão tarifária periódica antes da mudança de prática contábil e R\$192 milhões, referente aos ajustes decorrentes da uniformização das práticas contábeis.



- (1) LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

O aumento do LAJIDA ajustado em 2021, em comparação a 2020, decorre, principalmente, do registro da repactuação do risco hidrológico, no montante de R\$1.032 milhões, conforme tabela acima. A variação no LAJIDA calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012 deve-se, principalmente, ao aumento na receita líquida de 33,37%, parcialmente compensada pelo aumento dos custos operacionais, menos depreciação e amortização, de 32,99%.

Os principais itens que afetaram as receitas no exercício são conforme segue:

#### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$29.619 milhões em 2021 em comparação a R\$26.432 milhões em 2020, representando um crescimento de 12,06%. As principais variações que justifiquem o crescimento da receita com fornecimento bruto estão apresentadas abaixo:

#### ***Consumidores Finais***

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R\$26.651 milhões em 2021 comparado a R\$23.018 milhões em 2020, representando um acréscimo de 15,89%.

#### ***Evolução do Mercado***

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas

Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas em 2021, comparativamente as de 2020.

### **Fornecimento Bruto de Energia Elétrica**

	2021			2020			Variação %	
	MWh (2)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	11.185.772	11.123	994,43	10.980.626	9.875	899,31	1,87	12,64
Industrial	16.360.861	5.275	322,41	12.731.167	4.171	327,62	28,51	26,47
Comércio, serviços e outros	8.334.095	5.520	662,38	8.571.078	4.979	580,91	(2,76)	10,87
Rural	3.975.398	2.566	645,45	3.766.186	2.190	581,43	5,56	17,17
Poder público	729.312	583	799,66	713.984	522	731,56	2,15	11,69
Iluminação pública	1.225.733	718	585,75	1.242.760	550	442,87	(1,37)	30,55
Serviço público	1.418.306	879	620,00	1.362.402	722	529,57	4,10	21,91
<b>Subtotal</b>	<b>43.229.477</b>	<b>26.665</b>	<b>616,83</b>	<b>39.368.203</b>	<b>23.009</b>	<b>584,46</b>	<b>9,81</b>	<b>15,89</b>
Consumo Próprio	33.074	-	-	34.089	-	-	(2,98)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(14)	-	-	9	-	-	-
	<b>43.262.551</b>	<b>26.651</b>	<b>616,02</b>	<b>39.402.292</b>	<b>23.018</b>	<b>584,18</b>	<b>9,80</b>	<b>15,78</b>
Suprimento a outras concessionárias (3)	10.824.709	3.024	279,35	13.906.848	3.363	241,82	(22,16)	(10,08)
Suprimento não faturado líquido	-	(55)	-	-	51	-	-	-
<b>Total</b>	<b>54.087.260</b>	<b>29.619</b>	<b>547,62</b>	<b>53.309.140</b>	<b>26.432</b>	<b>495,83</b>	<b>1,46</b>	<b>12,06</b>

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não examinadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

As principais variações que ocasionaram o aumento de 1,46% na quantidade de energia vendida foram:

- aumento de 28,51% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial, devido, principalmente, a novos contratos de venda de energia para clientes livres, com início de fornecimento em janeiro de 2021;
- aumento de 1,87% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe residencial em 2021 em comparação a 2020 devido, principalmente, ao aumento de 2,6% no número de consumidores;
- aumento de 4,10% na quantidade de energia vendida para a classe de serviços públicos, devido, principalmente, ao aumento do consumo ligado à captação de água, em razão do baixo volume de chuvas em vários meses de 2021, somado à expressiva redução verificada no exercício de 2020 nesta classe;
- aumento de 5,56% na quantidade de energia vendida para o segmento rural devido, principalmente, ao aumento no consumo do segmento de irrigação, refletindo o menor volume de chuvas em 2021; e
- redução de 2,76% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe comercial, em função, principalmente, da expressiva migração de consumidores para a mini e microgeração distribuída, bem como para o mercado livre. Adicionalmente, essa classe ainda sofreu em 2021, de forma mais acentuada na comparação com outras classes, os impactos da pandemia Covid-19.

#### Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2021, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.448 milhões, comparada a R\$3.022 milhões em 2020, o que representou aumento de 14,10%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 10,27% da energia transportada em 2021, em comparação a 2020, conforme demonstrado no quadro abaixo. O aumento se deu tanto pelo incremento no consumo do segmento de irrigação da classe rural, quanto pela migração de consumidores comerciais para o mercado livre e também crescimento do mercado industrial em 2021, devido à recuperação da economia.

Adicionalmente, o reajuste tarifário anual da Companhia, aplicável a partir de 30 de junho de 2020, teve efeito de 10,16% sobre os consumidores livres, passando a ser de 5,74%, a partir do recálculo do reajuste tarifário, em 19 de agosto de 2020. E o efeito do reajuste tarifário anual de 2021, aplicável a partir de 28 de maio de 2021, foi de 2,40% sobre os consumidores livres, o que também impactou no aumento verificado.

	MWh		
	2021	2020	Var %
Industrial	20.446.578	18.612.418	9,85
Comercial	1.535.217	1.299.871	18,11
Rural	44.161	31.835	38,72

Serviço Público	3.650	-	-
Concessionárias	310.178	315.142	(1,58)
<b>Total de energia transportada</b>	<b>22.339.784</b>	<b>20.259.266</b>	<b>10,27</b>

### CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig D.

Em 2021 foi reconhecida uma receita no montante de R\$2.146 milhões, em comparação ao reconhecimento de uma receita no montante de R\$455 milhões em 2020. Essa variação deve-se, principalmente, à maior constituição de CVA e demais componentes financeiros no exercício de 2021, comparado ao exercício anterior, em função do aumento nos custos com energia adquirida no ambiente regulado e custos de transmissão.

Para mais informações, verificar nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

### Receita de Concessão de Transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT e Centroeste é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na

variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$355 milhões em 2021, comparados a R\$279 milhões em 2020, um aumento de 27,24%, associado, principalmente, ao reajuste anual, conforme previsto nos contratos de concessão;
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$252 milhões em 2021, comparados a R\$201 milhões em 2020, um aumento de 25,37%, em razão, principalmente, do aumento na realização da carteira de projetos de investimento em transmissão e retomada das obras que tiveram os contratos de prestação de serviços suspensos em 2020, em linha com o aumento do custo de construção correspondente; e
- Aumento de 50,68% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$660 milhões em 2021, comparados a R\$438 milhões em 2020, em razão, principalmente, da variação do IPCA, que foi de 10,06% em 2021 comparado a 4,52% em 2020, base para a remuneração do contrato 006/97. Além disso, destaca-se o reconhecimento dos efeitos da ReH nº 2.852/2021, que definiu o componente financeiro para o contrato 006/97. O saldo devedor desse componente foi recalculado incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o “reperfilamento” dos pagamentos, nos termos da Resolução.

Para mais informações, verificar nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

#### Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$1.157 milhões em 2021 comparada a R\$154 milhões em 2020, representando um aumento de 651,30%. Esse aumento se deve, principalmente, à sobra de energia em 2021, em comparação às posições de 2020, em decorrência de vendas bilaterais de curto prazo que provocaram a exposição da Cemig GT na CCEE em diversos meses de 2020, e também da efetivação de novas compras no ano de 2021.

Adicionalmente, ocorreu um aumento de 58,19% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$279,61/MWh em 2021 comparado a R\$176,98/MWh em 2020, em função do cenário de escassez hídrica.

### Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$3.470 milhões em 2021 comparada a R\$2.011 milhões em 2020, um acréscimo de 72,55%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 45,20% no volume de gás vendido, sendo de 1.373.194 m<sup>3</sup> em 2021, comparado a 945.727 m<sup>3</sup> em 2020, sob influência, principalmente, do segmento termelétrico, que apresentou um aumento de 205,32%, dado que os níveis dos reservatórios das usinas ficaram abaixo do esperado em 2021, o que ocasionou maiores despachos das térmicas e a margem do gás natural foi reajustada pelo IGP-M em 25,70% em 2021. Adicionalmente, há que se destacar o aumento médio do custo do gás ocorrido em 2021, na ordem de 42,70%, que por sua vez, também refletiu na tarifa.

### Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura dos segmentos de distribuição foram de R\$1.852 milhões em 2021 comparadas a R\$1.435 milhões em 2020. Tal aumento deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, principalmente no segmento de subtransmissão, que se refere à expansão, reforço e reforma de alta tensão.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

As receitas de construção do segmento de transmissão foram tratadas no tópico “Receitas de Concessão de Transmissão”.

### Receita por antecipação de prestação de serviços

Receita no montante de R\$154 milhões decorrente de negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE, em junho de 2021.

### Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia e suas controladas, foram de R\$1.934 milhões em 2021 em comparação a R\$1.709 milhões em 2020, um aumento de 13,17%. A composição das outras receitas operacionais está demonstrada na nopta

explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$13.679 milhões em 2021 comparados a R\$11.722 milhões em 2020, representando um aumento de 16,70%.

#### Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.658 milhões em 2021, comparados a R\$2.443 milhões em 2020, representando um aumento de 8,80%. Tal variação é justificada, principalmente, pelo início da cobrança da conta CDE - Conta Covid em maio de 2021.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

#### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

### ***ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais***

#### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$28.236 milhões em 2021 comparados a R\$21.432 milhões em 2020, um aumento de 31,75%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 28 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:



## Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.240 milhões em 2021, comparados a R\$1.276 milhões em 2020, representando uma redução de 2,82%.

Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- redução de 4,36% no número médio de empregados, sendo 5.025 em 2021 em comparação a 5.254 em 2020;
- menores custos e despesas com o programa de desligamento voluntário no primeiro semestre de 2021, no montante de R\$35.238, comparados ao montante de R\$58.850 no mesmo período de 2020; e
- reajuste salarial de 4,77% e 11,08% a partir de novembro de 2020 e 2021, respectivamente, em função de Acordo Coletivo.

## Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2021 foi uma despesa no montante de R\$15 mil, em comparação a uma despesa de R\$438 milhões em 2020. Essa variação se deve às alterações realizadas pela Companhia no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados. A Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, dessa forma, realizou a baixa do saldo da obrigação em contrapartida ao resultado. Mais informações na nota explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$1.450 milhões em 2021, comparada a R\$1.265 milhões em 2020, representando um crescimento de 14,62%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo:

- aumento de 16,25% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R\$93 milhões em 2021, comparada a R\$80 milhões em 2020. Esse aumento decorre de novos contratos e investimentos em segurança da informação realizados em 2021;
- aumento de 22,67% nas despesas com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros da Cemig D, sendo R\$92 milhões em 2021, comparadas a R\$75 milhões em 2020; e

- aumento de 110,26% nas despesas com corte e religação, sendo R\$82 milhões em 2021, comparadas a R\$39 milhões em 2020. Esse aumento decorre da retomada dos serviços, após o reestabelecimento da suspensão do fornecimento por inadimplência para algumas classes de consumidores.

#### Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$16.101 milhões em 2021 comparada a R\$12.111 milhões em 2020, representando um aumento de 32,95%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 87,22% nas despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R\$6.242 milhões em 2021 comparado a R\$3.334 milhões em 2020. Esse aumento decorre, principalmente, da elevação no custo variável dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs), devido ao maior despacho de usinas térmicas;
- aumento de 87,02% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$1.268 milhões em 2021, comparadas a R\$678 milhões em 2020. Esse crescimento decorre do aumento do número de instalações geradoras (115.868 em 2021, comparada a 63.845 em 2020) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.919.881 MWh em 2021, comparado a 1.008.590 MWh em 2020); e
- aumento de 25,12% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$4.976 milhões em 2021, em comparação a R\$3.977 milhões em 2020, associado, principalmente, à efetivação de novos contratos de compra para mitigação de risco de exposição e recomposição de lastro de energia incentivada.

Este é um custo não gerenciável para o negócio de distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

#### Encargos de uso da rede de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$3.337 milhões em 2021, comparados a R\$1.748 milhões em 2020, representando um aumento de 90,90%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada é justificada, principalmente, pela redução, no segundo trimestre de 2020, dos encargos de transmissão, de forma a contribuir para a menor saída de caixa das distribuidoras de energia no período da pandemia de Covid-19. A partir de julho de 2020, ocorreu um reajuste de aproximadamente 40% nos encargos. E mesmo considerando

que, em julho de 2021, tivemos uma redução em torno de 10% no reajuste, o resultado final do ano de 2021 representou, em média, um custo 17% superior ao ano de 2020.

Adicionalmente, houve maior despacho de usinas térmicas fora da ordem de mérito e a importação de energia para segurança energética do sistema em 2021, e, conseqüentemente, o custo elevado dessas térmicas e do dólar provocou um aumento do Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), que também compõe essa rubrica.

Esse custo não é gerenciável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Mais informações na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

### Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$375 milhões em 2021, comparadas a R\$423 milhões em 2020, uma redução de 11,35%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento de 88,68% nas provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$100 milhões em 2021, em comparação à constituição de R\$53 milhões em 2020, em função, principalmente, dos efeitos negativos sobre o valor justo da MESA da sentença desfavorável proferida nos processos arbitrais que envolvem a SAE;
- Variação das provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição de R\$2 milhões em 2021, em comparação a constituição de R\$75 milhões em 2020. Esta variação decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos referentes à PLR das competências de janeiro a outubro de 2010, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal; e
- Constituição, em 2020, das perdas estimadas em mútuos com partes relacionadas, referentes aos créditos detidos contra a Renova, no montante de R\$37.361.

Mais detalhes na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

### Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$2.036 milhões em 2021 comparados a R\$1.581 milhões em 2020, um aumento de 28,78%. Essa variação deveu-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos em distribuição em relação ao período comparado, principalmente no segmento de subtransmissão, que

se refere à expansão, reforço e reforma de alta tensão.

São custos integralmente compensados pela receita de construção e correspondem ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

#### Gás comprado para revenda

Em 2021, a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$2.011 milhões comparada a uma despesa de R\$1.083 milhões em 2020, representando um acréscimo de 85,69%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 45,20% no volume de gás vendido, sendo de 1.373.194 m<sup>3</sup> em 2021, comparado a 945.272 m<sup>3</sup> em 2020, sob influência, principalmente, do segmento termelétrico, que apresentou um aumento de 205,32%, dado que os níveis dos reservatórios das usinas ficaram abaixo do esperado em 2021, o que ocasionou maiores despachos das térmicas e a margem do gás natural foi reajustada pelo IGP-M em 25,70% em 2021. Adicionalmente, há que se destacar o aumento médio do custo do gás ocorrido em 2021, na ordem de 42,70%, que por sua vez, também refletiu na tarifa.

#### **Resultado de Equivalência Patrimonial**

A Companhia apurou resultado positivo de equivalência patrimonial em investidas em 2021 e 2020, de R\$182 milhões e R\$357 milhões, respectivamente, representando uma redução de 48,96%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 186,33% das perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$528 milhões em 2021 em comparação ao resultado negativo de R\$184 milhões em 2020. Essa variação está associada, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAE é parte.

A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

#### ■ **Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro em 2021 foi uma despesa líquida de R\$2.253 milhões, representando um aumento de 148,95% em relação a 2020, no qual se apurou uma despesa líquida de R\$905 milhões. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- variação positiva do dólar em 2021, de 7,39%, em comparação à variação positiva de 29% em 2020, gerando o registro de despesas no montante de R\$354 milhões e R\$1.749 milhões em 2021 e 2020, respectivamente;

- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação negativa em 2021, no montante de R\$538 milhões, em comparação ao reconhecimento de ganho em 2020, no montante de R\$1.753 milhões. Esse resultado de 2021 é decorrente, principalmente, da apreciação da curva futura de juros; e
- reconhecimento de ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$491 milhões como resultado da recompra parcial dos Eurobonds – *Tender Offer*. Para mais informações, ver nota explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

■

### ■ ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Em 2021, a Companhia apurou receitas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$945 milhões em relação ao lucro de R\$4.698 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 20,12%. A Companhia apurou, em 2020, receitas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$936 milhões em relação ao lucro de R\$3.801 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 24,63%.

Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10(c) das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## **Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (reapresentado)**

### ***i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita***

#### ***Lucro líquido do Exercício***

A CEMIG apresentou, em 2020, um lucro líquido de R\$2.864 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$3.194 milhões (reapresentado) em 2019, representando uma redução de 10,33%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

No exercício de 2020, destaca-se o reconhecimento dos ajustes positivos relacionados ao negócio de transmissão em função da Revisão Periódica da Receita Anual Permitida e harmonização de práticas contábeis do setor e pelo aumento de 184,56% com ganhos de equivalência patrimonial.

No exercício de 2019, destaca-se o reconhecimento dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$1.984 milhões, parcialmente compensado pela constituição das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa da investida Renova e das provisões para contingências judiciais referentes às ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de PLR, no montante de R\$688 milhões e R\$862 milhões respectivamente. Adicionalmente, a alienação de ações da Light, em julho de 2019, que resultou no ganho com operações descontinuadas no montante de R\$224 milhões. Todos os valores mencionados líquidos de impostos.

#### **Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)**

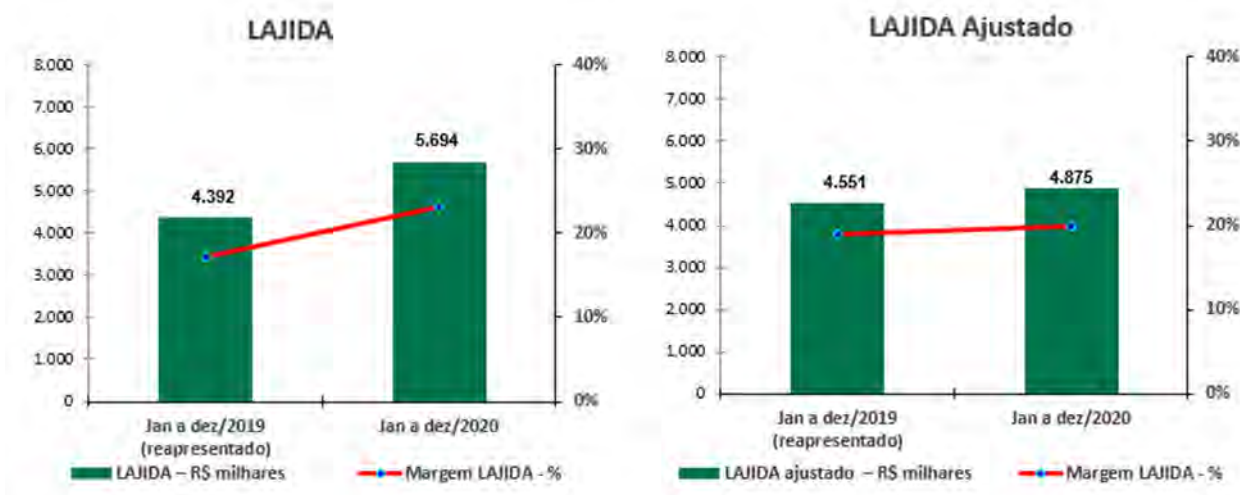
O LAJIDA consolidado da CEMIG, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 7,12% em 2020 em comparação ao ano anterior, enquanto a margem do LAJIDA ajustada passou de 18,92% para 19,81%. O LAJIDA consolidado, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, apresentou um aumento de 29,64% em 2020, em comparação ao exercício de 2019, enquanto a sua margem passou de 17,23%, em 2019, para 23,14% em 2020.

LAJIDA - R\$ mil	2020	2019 (Reapresentado)	Var %
Resultado do exercício	2.864	3.194	(10,33)
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social (*)	936	1.600	(41,50)
+ Resultado financeiro	905	(1.360)	(166,54)
+ Depreciação e amortização	989	958	3,24
<b>= LAJIDA conforme "Instrução CVM 527" (1)</b>	<b>5.694</b>	<b>4.392</b>	<b>29,64</b>
<b>Efeitos não recorrentes e não caixa</b>			
+ Resultado de operações descontinuadas	-	(309)	-
+ Pis/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	(1.428)	-
+ Provisão para crédito de liquidação duvidosa – Renova	37	688	(94,62)
+ Resultado da combinação de negócios (nota 16)	(52)	-	-
+ Resultado da RTP/Uniformização das práticas contábeis (**)	(621)	(100)	521,00
+ Reversão das perdas esperadas com créditos do Estado de Minas Gerais (liquida das constituições)	(178)	-	-
+ Provisões Tributárias - INSS s/PRL	-	1.183	-
+ Baixa de ativo e impairment	(5)	125	(104,00)
<b>Lajida ajustado (2)</b>	<b>4.875</b>	<b>4.551</b>	<b>7,12</b>

\* A despesa de imposto de renda e contribuição social de 2019 inclui o montante de R\$85, que estão apresentados pelo líquido no resultado das atividades descontinuadas.

\*\* R\$429 referente ao efeito da revisão tarifária periódica antes da mudança de prática contábil e R\$192, referente aos ajustes decorrentes da uniformização das práticas contábeis.

1. LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.



Os principais itens que afetaram as receitas no exercício são conforme segue:

#### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$26.432 milhões em 2020 em comparação a R\$26.928 milhões em 2019, representando uma redução de 1,84%.

#### *Consumidores Finais*

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R\$23.018 milhões em 2020 comparado a R\$24.052 milhões em 2019, representando uma redução de 4,30%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Reajuste tarifário anual da CEMIG D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2019 (efeito integral até 30 de junho de 2020);
- Redução de 6,62% no volume de energia vendida para consumidores finais, principalmente nos segmentos industrial e comercial.

#### *Evolução do Mercado*

O mercado da CEMIG consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo CEMIG.

O mercado da CEMIG e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas em 2020, comparativamente as do exercício de 2019.

#### **Fornecimento Bruto de Energia Elétrica**

	2020	2019	Variação %
--	------	------	------------

	MWh (2)	R\$ (em milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2)	R\$ (em milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	10.980.626	9.875	899,31	10.538.342	9.668	917,41	4,20	2,14
Industrial	12.731.167	4.171	327,62	14.873.005	4.760	320,04	(14,40)	(12,37)
Comércio, serviços e outros	8.571.078	4.979	580,91	9.335.454	5.439	582,62	(8,19)	(8,46)
Rural	3.766.186	2.190	581,49	3.795.197	2.058	542,26	(0,76)	6,41
Poder público	713.984	522	731,11	904.879	654	722,75	(21,10)	(20,18)
Iluminação pública	1.242.760	550	442,56	1.357.293	614	452,37	(8,44)	(10,42)
Serviço público	1.362.402	722	529,21	1.371.992	725	528,43	(0,70)	(0,55)
<b>Subtotal</b>	<b>39.368.203</b>	<b>23.009</b>	<b>584,46</b>	<b>42.176.162</b>	<b>23.918</b>	<b>567,10</b>	<b>(6,66)</b>	<b>(3,80)</b>
Consumo Próprio	34.089	-	-	37.827	-	-	(9,88)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	9	-	-	134	-	-	(93,28)
	<b>39.402.292</b>	<b>23.018</b>	<b>584,18</b>	<b>42.213.989</b>	<b>24.052</b>	<b>569,76</b>	<b>(6,66)</b>	<b>(4,30)</b>
Suprimento a outras concessionárias (3)	13.906.848	3.363	241,82	11.919.773	2.943	246,90	16,67	14,27
Suprimento não faturado líquido	-	51	-	-	(67)	-	-	(176,12)
<b>Total</b>	<b>53.309.140</b>	<b>26.432</b>	<b>495,82</b>	<b>54.133.762</b>	<b>26.928</b>	<b>497,43</b>	<b>(1,52)</b>	<b>(1,84)</b>

4. O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

5. Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes.

6. Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

As principais variações que ocasionaram na redução de 1,52% na quantidade de energia vendida foram:

- Redução de 14,40% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial. Este resultado é a composição da redução de 25,6% no segmento cativo, devido, principalmente, à migração de clientes para o mercado livre, e da redução de 12,3% no mercado livre. No mercado livre, a redução se deve, principalmente, aos efeitos da pandemia sobre a atividade industrial em 2020;
- Redução de 8,19% na quantidade de energia vendida para os consumidores da classe comercial. O comportamento negativo dessa classe está associado a redução de 15,9% no volume de energia faturada aos consumidores cativos da CEMIG D e aumento de 1,6% no volume de energia faturada pela CEMIG GT e subsidiárias integrais aos clientes livres, em Minas Gerais e em outros estados do Brasil. Também nessa classe são observados os fortes impactos da pandemia sobre a atividade econômica, com reflexo no consumo de energia;
- Aumento de 4,20% no consumo residencial em 2020 frente ao exercício de 2019, devido principalmente, pelo crescimento de 2,1% no número de unidades consumidoras.

#### Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No exercício de 2020, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.022 milhões, comparada a R\$2.722 milhões em 2019, representando um aumento de 11,02%. Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário anual da CEMIG D, aplicável a partir de 28 de maio de 2019 (efeito integral em 2020), com impacto de aproximadamente 15,47% para os clientes livres, somados ao impacto do reajuste tarifário anual da Companhia em 2020, de 5,74% para os clientes livres, respectivamente. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 4,42% da energia transportada em 2020, em comparação ao exercício de 2019.

	MWh		
	2020	2019	Var %
Industrial	18.612.418	17.723.153	5,02
Comercial	1.299.871	1.319.934	(1,52)
Rural	31.835	17.226	84,81



Concessionárias	315.142	341.427	(7,70)
<b>Total de energia transportada</b>	<b>20.259.266</b>	<b>19.401.740</b>	<b>4,42</b>

### CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da CEMIG D.

Em 2020, foi reconhecida uma receita no montante de R\$455 milhões, em comparação ao montante de R\$58 milhões reconhecidos em 2019. Este aumento na constituição de receitas de CVA em relação ao exercício anterior deve-se, principalmente aos aumentos nos custos com compra de energia de Itaipu, indexada ao dólar, e de transmissão em percentuais superiores aos valores que foram reconhecidos na tarifa. Mais informações na nota explicativa nº 14 Demonstrações Financeiras de 2020 da Companhia.

### Receita de Concessão de Transmissão

A receita de transmissão da CEMIG GT e Centroeste é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$279 milhões no exercício de 2020, comparados a R\$352 milhões em 2019 (reapresentado), uma redução de 20,74%. As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$201 milhões em 2020, comparados a R\$312 milhões em 2019 (reapresentado), uma redução de 35,58%, em razão, principalmente, da redução de investimentos em transmissão em 2020, diante da redefinição dos investimentos em melhorias de pequeno porte, devido às alterações regulatórias e a suspensão de contratos com fornecedores de obras de reforços. Por outro lado, houve aumento de 33,54% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$438 milhões e R\$328 milhões (reapresentado) em 2020 e 2019, respectivamente, em razão, principalmente, do aumento da base de remuneração dos ativos vinculados ao contrato 006/1997, a partir da revisão tarifária periódica - RTP homologada pela Aneel em 30 de junho de 2020.

A revisão tarifária realizada em junho de 2020, para o contrato 006/1997, resultou no reconhecimento de receita de R\$529 milhões, sendo R\$322 milhões para os ativos de RBNI e R\$207 milhões para os ativos da RBSE, correspondentes à prorrogação das concessões, amparada na Lei 12.783/13, que foram incluídos na base de remuneração regulatória. Em dezembro de 2020, o contrato 079/2020 também foi submetido à revisão periódica tarifária, que resultou no reconhecimento de receita de R\$23 milhões (R\$22 líquidos de PIS/Pasep e Cofins). As receitas resultantes das revisões tarifárias periódicas representam, principalmente, a variação da taxa de remuneração regulatória para a atividade de transmissão e a remensuração ao Valor Novo de Reposição – VNR da base de remuneração regulatória - BRR.

Adicionalmente, essas receitas foram impactadas pelo reajuste da RAP anual, ocorrido em julho de 2020, e que contempla os efeitos da inflação e das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras da Companhia de 2020.

### Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$154 milhões em 2020 comparados a R\$432 milhões em 2019, representando uma redução de 64,35%. Essa redução se deve, principalmente, a redução do GSF, com a piora nas condições hidrológicas em 2020.

Redução de 22,07% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$176,98/MWh em 2020, comparado a R\$227,10/MWh em 2019.

#### Receita com Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) alcançaram o montante de R\$234 milhões em 2020, referentes a ofertas de energia realizadas no final de 2019 pela CEMIG D. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

#### Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$2.011 milhões em 2020 comparada a R\$2.298 milhões em 2019, representando uma redução de 12,49%. Esta variação decorre basicamente da redução de 16,28% no volume de gás vendido, sendo de 945.727m<sup>3</sup> em 2020, comparado a 1.129.653m<sup>3</sup> em 2019, sob influência, principalmente, dos segmentos termelétrico e industrial, que apresentaram redução de 51,31% e 3,32%, respectivamente. O efeito da redução no volume do gás vendido foi parcialmente compensado pela redução do custo médio do gás e pelo aumento da margem.

#### Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura dos segmentos de distribuição e transmissão foram de R\$1.636 milhões em 2020 comparadas a R\$1.291 milhões em 2019 (reapresentado), apresentando um aumento de 26,72%.

Essa variação decorre, principalmente, da execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos em ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica, especialmente vinculados à rede de média e baixa tensão e de subtransmissão. Para os ativos vinculados à infraestrutura de transmissão, esse aumento deveu-se, principalmente, a redução de investimentos em transmissão em 2020, diante da redefinição dos investimentos em melhorias de pequeno porte, devido às alterações regulatórias e a suspensão de contratos com fornecedores de obras de reforços.

#### Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Reconhecimento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS em 2019, no montante de R\$1.428 milhões, resultante do êxito em ação onde a Companhia questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos a julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras de 2020.

#### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$11.722 milhões em 2020 comparados a R\$12.351 milhões em 2019 (reapresentado), representando uma redução de 5,09%.

#### Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas.

Houve uma redução dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$149 milhões em 2020 em comparação a R\$294 milhões em 2019, um decréscimo de 49,32%.

Esta variação decorre do acionamento da bandeira amarela nos meses de dezembro de 2019 (com impacto no faturamento de janeiro de 2020) e janeiro de 2020, não havendo acionamento de bandeira nos demais meses do ano. A Aneel suspendeu, em caráter excepcional e temporário, a aplicação sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias e fixou bandeira verde em 2020, até o final do ano.

Em 2019, foi acionada bandeira amarela nos meses de maio, julho e outubro (com impacto nos faturamentos de junho, agosto e novembro de 2019, respectivamente), e bandeira vermelha em agosto e setembro de 2019, o que fez com que os encargos do ano ficassem maiores.

#### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

### ***ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:***

#### ***Custos e despesas operacionais***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$21.432 milhões em 2020 comparados a R\$22.475 milhões em 2019, representando uma redução de 4,64%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 28 das Demonstrações Financeiras de 2020.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

#### Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$142 milhões em 2020 comparada ao montante de R\$263 milhões em 2019. Esta variação decorre basicamente da alteração nos critérios para o cálculo da participação nos períodos em comparação, conforme disposto nos acordos coletivos relativo ao Programa de Participações nos Lucros e Resultados da CEMIG de 2019 e 2020.

#### Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$1.265 milhões em 2020, comparada a R\$1.239 milhões em 2019, um crescimento de 2,10%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo, relacionados basicamente a uma priorização de ações e dispêndios pela CEMIG D, visando à redução nas interrupções de energia e melhoria da qualidade de atendimento aos seus consumidores:

- Aumento de 9,65% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos da CEMIG D, sendo de R\$443 milhões em 2020, comparada a R\$404 milhões em 2019;
- Aumento de 22,95% nas despesas com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros da CEMIG D, sendo R\$75 milhões em 2020, comparadas a R\$61 milhões em 2019;
- Aumento de 4,35% nas despesas com podas de árvores sendo R\$48 milhões em 2020, comparadas a R\$46 milhões em 2019;
- Aumento de 150,00% nas despesas com inspeção de unidades consumidoras sendo R\$35 milhões em 2020, comparadas a R\$14 milhões em 2019.

#### Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$12.111 milhões em 2020 comparada a R\$11.286 milhões em 2019, representando um aumento de 7,31%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Aumento de 39,26% nas despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo de R\$1.990 milhões em 2020, comparadas a R\$1.429 milhões em 2019, justificado, principalmente, pelo aumento de 31,8% do dólar médio nos exercícios comparados (R\$5,23 em 2020 e R\$3,97 em 2019) e pelo aumento no preço em dólar da energia, sendo US\$28,41/KW para o exercício de 2020 comparado a US\$27,71/KW para 2019.
- Aumento de 227,54% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$678 milhões em 2020 comparadas a R\$207 milhões em 2019. Essa variação decorre do aumento do número de instalações geradoras (63.845 em dezembro de 2020, comparada a 31.172 em dezembro de 2019) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.008.589.663 MWh em 2020, comparado a 412.290.475 MWh em 2019);
- Aumento de 10,36% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$3.334 milhões em 2020, comparado a R\$3.021 milhões em 2019. Esse aumento se deve, basicamente, pelo incremento no volume de energia adquirida;
- Redução de 20,63% nas despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$1.497 milhões, comparados a R\$1.886 milhões em 2019. O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essa redução decorre, principalmente, da redução de 22,06% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$177,00/MWh em 2020 comparado a R\$227,10/MWh em 2019, aliada à posição credora assumida pela Companhia em todo o exercício de 2020, que, em decorrência da redução do consumo verificada pelo atual contexto de pandemia de Covid-19, se tornou superior à posição assumida em 2019.

Este é um custo não gerenciável para o negócio de distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras de 2020.

#### Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.748 milhões em 2020, comparados a R\$1.426 milhões em 2019, representando um aumento de 22,58%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pelo reajuste anual dos encargos de uso da rede básica, normalmente realizado no mês de julho de cada ano, que representou um aumento de aproximadamente 27,4% em 2020, comparado com 2019.

Esse custo não é gerenciável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras de 2020.

#### Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$423 milhões em 2020, comparadas a R\$2.401 milhões em 2019, reduzindo-se em 82,38%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reconhecimento de perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber da Renova em 2019, no montante de R\$688 milhões, como resultado da avaliação do risco de crédito da investida;
- Variação das provisões para contingências trabalhistas que representou constituição líquida de R\$46 milhões em 2020 em comparação à constituição líquida de R\$136 milhões em 2019. Esta variação decorre, principalmente, da suspensão dos pedidos relativos às diferenças de base de cálculo do adicional de periculosidade, em função do reconhecimento da repercussão geral sobre o tema 1.046 pelo STF, bem como dos efeitos estimados pela decisão do STF, na qual definiu-se que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral;
- Variação das provisões para contingências tributárias, que representou constituição líquida de R\$75 milhões em 2020, em comparação a uma constituição líquida de R\$1.228 milhões em 2019. Esta variação decorre, basicamente, da reavaliação pela Companhia em 2019, com base na opinião de seus assessores jurídicos, da probabilidade de perda das ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) sem a pactuação prévia das metas de indicadores de produtividade; e
- Redução de 38,24% nas perdas esperadas com créditos de devedores duvidosos, que foram de R\$147 milhões em 2020 em comparação a R\$238 milhões em 2019. Essa variação decorre, principalmente, da reversão em 2020, de R\$210 milhões das perdas, devido ao acordo com o Governo do Estado para compensação das dívidas de energia elétrica com ICMS a pagar pela Companhia.

### Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.276 milhões em 2020 comparada a R\$1.272 milhões em 2019, aumentando em 0,31%.

As principais variações na despesa decorrem dos seguintes efeitos:

- Redução de 6,11% no número médio de empregados, sendo 5.254 no ano de 2020 em comparação a 5.596 no ano de 2019, compensada pelos eventos abaixo descritos;
- Reconhecimento, no primeiro semestre de 2020, dos custos e despesas com o programa de desligamento voluntário, no montante de R\$59 milhões, comparados ao montante de R\$21 milhões no mesmo período de 2019; e
- Reajuste salarial de 2,55%, a partir de novembro de 2019, em função de Acordo Coletivo.

### Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$1.581 milhões em 2020 comparados a R\$1.200 milhões em 2019, um aumento de 31,75%. Essa variação deveu-se ao maior volume de investimentos em distribuição e transmissão em 2020, em comparação com o ano anterior.

São custos integralmente compensados pela receita de construção e correspondem ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

### Gás comprado para revenda

No exercício de 2020, a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$1.083 milhões comparada a uma despesa de R\$1.436 milhões em 2019, representando uma redução de 24,58%. Esta variação decorre, basicamente, da redução de 16,28% no volume de gás vendido, sendo de 945.272m<sup>3</sup> em 2020,

comparado a 1.129.653m3 em 2019, sob influência, principalmente, dos segmentos termelétrico e industrial, que apresentaram redução de 51,31% e 3,32%, respectivamente.

#### Obrigações pós-emprego

As obrigações pós-emprego da Companhia e suas controladas aumentaram em 7,35% em 2020 em relação ao exercício de 2019, sendo de R\$438 milhões e R\$408 milhões, respectivamente. O aumento deve-se, principalmente, à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de 2019, que gerou o crescimento dos custos projetados para 2020, impactando nas despesas do exercício.

#### **Resultado de Equivalência Patrimonial**

A Companhia apurou resultado positivo de equivalência patrimonial em investidas em 2020, de R\$357 milhões, em comparação ao resultado positivo de R\$125 milhões, reconhecido em 2019, representando um crescimento de 185,60%, decorrente, principalmente, do aumento de 135,24% no resultado da investida TAESA, que passou de R\$210 milhões em 2019, para R\$494 milhões em 2020. Esse aumento no resultado da TAESA deve-se a maior receita de atualização do ativo financeiro de concessão, considerando que um dos principais indexadores desse ativo, o IGP-M, variou 23,14% em 2020 na comparação com 7,32% em 2019.

#### **Resultado Financeiro Líquido**

A Companhia obteve resultado financeiro líquido negativo em 2020, no montante de R\$905 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido positivo de R\$1.360 milhões em 2019. Essa variação decorre, principalmente, do seguinte:

- Elevação da variação cambial vinculada aos empréstimos em moeda estrangeira, que representou uma despesa financeira de R\$1.742 milhões em 2020, em comparação a uma despesa financeira de R\$226 milhões em 2019. Esse aumento decorre principalmente, da valorização do dólar em 2020, gerando uma variação cambial acumulada de 29%, em comparação a 4% em 2019, com impacto negativo sobre o principal da dívida em moeda estrangeira (*Eurobonds*);
- Crescimento de 28% em 2020 em relação a 2019 dos juros sobre o empréstimo em moeda estrangeira, sendo de R\$850 milhões e R\$664 milhões, respectivamente, refletindo a variação cambial positiva de 29% no dólar durante o exercício (R\$4,03 em 2019 e R\$5,19 em 2020);
- Elevação dos ganhos com operação de *hedge* contratada para proteção dos riscos de variação da moeda estrangeira vinculada ao *Eurobonds*, que foi de R\$1.753 milhões em 2020, em comparação a R\$998 milhões em 2019. Essa variação decorre, principalmente, da valorização do dólar futuro, que resultou no aumento do valor justo das opções (*call spread*) e da ponta ativa do “*swap*” dos juros, bem como da redução da curva DI (ponta passiva “*swap*”); e
- Atualização dos créditos tributários de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, reconhecida em 2019, no montante de R\$ 1.580 milhões. Mais informações na nota explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras de 2020.

#### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

No exercício de 2020, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$936 milhões em relação ao lucro de R\$3.801 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 24,63%. A Companhia apurou, em 2019, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.600 milhões em relação ao lucro de R\$ 4.570 milhões (reapresentado), antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 35,01%.



## 2.3

### (a) Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis:

#### Prática contábil – Consumidores

A partir de agosto de 2022, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas de créditos esperadas referente aos saldos vencidos de clientes, o limite para reconhecimento integral de perdas na Cemig D foi alterado de 12 para 24 meses, resultando em uma reversão de R\$130.569 no exercício de 2022 nas perdas de créditos esperadas.

#### Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3/CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

### (b) Ressalvas e Ênfases Presentes no Relatório do Auditor:

#### Ressalvas:

O parecer dos auditores independentes em 31 de dezembro de 2022 não contém ressalvas.

#### Ênfases:

De acordo com a Resolução CFC Nº 1.233/09, se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, tem tal importância e é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase no relatório, desde que tenha obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, de que não houve distorção relevante do assunto nas demonstrações contábeis. Tal parágrafo deve referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2022, consta parágrafos de ênfase conforme abaixo:



Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

*Conforme mencionado nas notas explicativas 16 e 35 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, suas controladas e na investida Norte Energia S.A., que envolvem a investida e seus executivos e outros acionistas dessa investida. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.*

Deve ser mencionado que a ênfase referida acima objetiva destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

## 2.4

### (a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve em 2022, introdução ou alienação de segmento operacional.

### (b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

**A seguir, descrevem-se certas atividades relacionadas às subsidiárias, controladas em conjunto e associadas em 2022:**

#### **Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova**

Em 11 de novembro de 2021, a Cemig GT celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças (“instrumento”) com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”) e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R\$60 milhões e o direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionada a eventos futuros.

De acordo com o Instrumento, a conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais.

O investimento na Renova, que apresentava valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do CPC 31 / IFRS 5 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do instrumento.

#### Conclusão da transação de venda

Em 05 de maio de 2022, a Cemig GT concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova, bem como a cessão onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face desta investida, pelo valor total de R\$ 60.000, com direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionado a eventos futuros, nos termos do contrato firmado em 11 de novembro de 2021 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

#### **Processo de alienação de participação da Cemig na Ativas**

Em 16 de novembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças para a alienação de 19,6% da sua participação societária na Ativas Data Center S.A. (“Ativas”) para a Sonda Procwork Informática Ltda (“Sonda”), que detém a participação remanescente de 80,4%.

Em 28 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Ativas para a Sonda.

O valor desembolsado pela Sonda foi de R\$60,02 milhões, sendo pago mediante compensação de: (i) contrato de mútuo entre Cemig e Sonda no valor de R\$57,58 milhões e; (ii) de saldo devedor de indenização devida pela Cemig à Sonda, pelo montante de R\$2,44 milhões.

Os resultados da Ativas eram apresentados no segmento Participações e Holding.

### **Processo de alienação de participação da Cemig na Axxiom**

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças (“CCVA”) para alienação de 49,0% de sua participação societária na Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) para a Light S.A. (“Light”), que detém 51,0% de participação remanescente.

O CCVA está sujeito a determinadas condições precedentes, que devem ser atendidas nos próximos meses. O CCVA tem um pagamento simbólico pela Light de R\$1,00 (um real), com a liquidação de ativos e passivos da Axxiom.

Essa transação está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia, que prevê o desinvestimento de ativos não aderentes às atividades core do Grupo Cemig.

Os resultados da Axxiom são apresentados no segmento Participações e Holding.

A Axxiom, que está apresentada como um ativo mantido para venda, não atende à definição de uma operação descontinuada pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Não há ganhos ou perdas acumulados incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este investimento mantido para venda.

O saldo do investimento na coligada Axxiom foi reduzido a zero durante 2022. Dessa forma, não há valores apresentados no balanço patrimonial a título de ativo mantido para venda.

### **(c) Eventos ou operações não usuais:**

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais à Companhia.

## 2.5

Para fins deste Formulário de Referência, “LAJIDA” é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis observando as disposições da Instrução CVM nº 256, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social.

O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Abaixo, apresentamos tabela descrevendo o LAJIDA reconhecido para os últimos três exercícios sociais:

### a. Valor das medições não contábeis:

Descrições (R\$ MM)	2022	2021	2020
LAJIDA	6.869	8.000	5.695

### b. Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Conciliação do lucro líquido com LAJIDA (R\$ MM)	2022	2021	2020
Lucro Líquido	4.094	3.753	2.865
IR e C. Social Correntes e Diferidos	26	945	936
Resultado Financeiro	1.567	2.253	905
Amortização e Depreciação	1.182	1.049	989
<b>LAJIDA</b>	<b>6.869</b>	<b>8.000</b>	<b>5.695</b>

### c. Motivo pelo qual a Administração entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

A Administração da Companhia entende que o LAJIDA é apropriado para a correta compreensão da condição financeira da Companhia e do resultado de suas operações, uma vez que:

- Como não considera os efeitos no resultado decorrentes da estrutura de endividamento, sua utilização pode fornecer uma comparação mais adequada no que se refere à produtividade e à eficiência do negócio;
- O LAJIDA pode ser utilizado para identificar as empresas mais eficientes no que se refere à geração de caixa, dentro de um determinado segmento de mercado;
- O LAJIDA pode ser utilizado para comparar a tendência de lucratividade entre empresas similares;
- A variação percentual do LAJIDA de um ano em relação a outro ano mostra aos investidores se uma determinada empresa conseguiu ser mais eficiente ou aumentar sua produtividade;
- O LAJIDA é uma excelente ferramenta de medição para organizações que apresentem uma utilização intensiva dos equipamentos (mínimo de vinte anos); e
- O LAJIDA é uma informação adicional às Demonstrações Contábeis da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos relatórios auditados.

## **2.6**

Em 24 de março de 2023, a Administração da Companhia autorizou a emissão de suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentavam os eventos subsequentes abaixo descritos:

### **Adiantamento para futuro aumento de capital**

Em 14 de fevereiro, 10 de março e 17 de março de 2023, foram aprovados Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC para a Cemig D, nos montantes de R\$100.000, R\$94.000 e R\$350.000, respectivamente, pela Cemig, com a finalidade de reforço de caixa, sendo utilizados para suas operações de investimentos e despesas operacionais.

### **Mútuo entre partes relacionadas**

Em 10 de fevereiro e 15 de fevereiro de 2023, foram recebidos pela Cemig D os montantes de R\$150.000 e R\$200.000, respectivamente, referentes ao contrato de mútuo aprovado pela Aneel e autorizado pelo Conselho de Administração em 2020 entre Cemig D (mutuário) e Cemig (mutuante), no montante de R\$350.000, com prazo de pagamento até maio de 2024. O mútuo é acrescido de juros à taxa equivalente a 110% da variação do CDI, a serem pagos juntamente com a parcela original. Como garantia, foi emitida pela Cemig D uma nota Promissória em favor da Cemig, compreendendo o principal e os juros estimados para o contrato.

Em março de 2023, o Conselho de Administração autorizou a celebração do primeiro aditivo ao contrato de mútuo entre a Cemig D (mutuário) e a Cemig (mutuante), nos mesmos termos citados acima, reconhecidos pela Aneel, no montante de R\$750.000, não tendo ocorrido a transferência do recurso até o presente momento.

### **Incorporação das subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A.**

Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. A incorporação foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de fevereiro de 2023 e será objeto de aprovação na Assembleia Geral, a ser realizada em abril de 2023.

### **Alienação de participação societária - MESA**

Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação, para Furnas Centrais Elétricas S.A, da totalidade de sua participação societária em MESA, direta e indireta, equivalente a 7,53% do Capital Social desta investida, que

é controladora da empresa Santo Antônio Energia S.A. pelo valor de R\$55.390.

Com a conclusão da alienação, Furnas se compromete a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenidas de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas.

A presente alienação se insere no contexto de execução do Programa de Desinvestimento da Cemig para, assim, redirecionar os esforços de gestão e a alocação de capital para o Estado de Minas Gerais.

### Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023, a Cemig GT publicou o edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, listadas abaixo, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da Horizontes Energia S.A., subsidiária integral da Cemig GT. O valor mínimo para o lote único dos ativos é de R\$48.185, com previsão para realização do leilão em 10 de agosto de 2023.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW) (1)	Garantia física (MWm) (1)	Status operação comercial	Local
<b>Cemig GT</b>						
CGH Bom Jesus do Galho	Registro	1931	0,36	0,13	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Xicão	Registro	1942	1,81	0,61	Em operação	Minas Gerais
CGH Sumidouro	Registro	1954	2,12	0,53	Em operação	Minas Gerais
PCH São Bernardo	Concessão	1948	6,82	3,42	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Marta	Registro	1944	1,00	0,58	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Luzia	Registro	1958	0,70	N/A	Em operação	Minas Gerais
CGH Salto Morais	Registro	1957	2,39	Geração: 0,28 0,60	Em operação	Minas Gerais
PCH Rio de Pedras	Concessão	1928	9,28	2,15	Em operação	Minas Gerais
CGH Pissarrão	Registro	1925	0,80	0,55	Em operação	Minas Gerais
CGH Lages	Registro	1955	0,68	N/A	Em operação	Minas Gerais
CGH Jacutinga	Registro	1948	0,72	Geração: 0,32 0,57	Em operação	Minas Gerais
CGH Anil	Registro	1964	2,06	1,10	Em operação	Minas Gerais
<b>Horizontes</b>						
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
<b>Total</b>			<b>41,20</b>	<b>22,05</b>		

1. Informações não auditadas pelos auditores independentes.

A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a melhor alocação de capital.

Desta forma foram alcançados os requisitos para classificação dos ativos como “mantidos para venda”. Assim, em março de 2023, tendo em vista a apuração de perda na venda dos ativos, os valores foram transferidos para o passivo circulante, pelo valor justo, deduzidas das despesas com a venda, resultando no ajuste consolidado de R\$75.793.

### **Declaração de Juros sobre o Capital Próprio**

Em 22 de março de 2023, a Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de juros sobre o capital próprio - JCP relativos ao exercício de 2023 no montante de R\$424.226 mil, a serem pagos em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2024 e a segunda até 30 de dezembro de 2024, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas em 27 de março de 2023. Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2023, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral.

### **Reajustes das tarifas da distribuição de gás**

Em 25 de janeiro de 2023, foi publicada a resolução SEDE nº 4, vigente a partir de 01 de fevereiro de 2023, contendo os reajustes das tarifas que representam redução dos valores médios entre 9,19% e 10,71%, conforme faixas de consumo e categorias tarifárias. A maior redução foi na categoria GNV, como resultado de atuação da Gasmig na flexibilização das margens médias para garantir a competitividade do gás natural frente aos energéticos substitutos.

## 2.7

Período	Exercício social encerrado em 31/12/2022	Exercício social encerrado em 31/12/2021	Exercício social encerrado em 31/12/2020
<b>a) Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Do resultado de cada exercício social da Companhia serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.</p> <p>O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;</li> <li>• 50% será distribuído, como dividendo obrigatório, aos acionistas da Companhia, observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia e a legislação aplicável;</li> <li>• O saldo, após a retenção prevista em orçamento de capital e/ou investimento elaborado pela administração da Companhia, com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista e devidamente aprovado, será aplicado na constituição de reserva de lucros destinada à distribuição de dividendos extraordinários, nos termos do artigo 39 do Estatuto Social, até o limite máximo previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”).</li> </ul>		
<b>a.i) Valores das retenções de Lucros</b>	No exercício de 2022 o valor das retenções de lucros foi de R\$1.755.963 mil.	No exercício de 2021 o valor das retenções de lucros foi de R\$1.552.818 mil.	No exercício social de 2020, o valor das retenções de lucros foi de R\$1.450.411 mil.
<b>a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	42,89%	41,39%	50,64%
<b>b) Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>Do lucro líquido do exercício, 50% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia. Eventualmente poderão ser distribuídos dividendos extraordinários.</p> <p>Os dividendos serão distribuídos conforme a seguinte ordem: primeiramente será pago o dividendo mínimo anual assegurado às ações preferenciais e, posteriormente, o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais. Uma vez pago o dividendo mínimo anual assegurado às ações preferenciais e o dividendo às ações ordinárias, as ações preferenciais concorrerão em igualdade com as ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais.</p>		



## 2.7

	<p>As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual a 10% sobre o seu valor nominal ou 3% do valor do patrimônio líquido das ações, o que for maior. As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de ações e participam na distribuição de bonificações em igualdade de condições com as ações ordinárias.</p> <p>Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, o Estado de Minas Gerais assegurará aos acionistas detentores de ações emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particular, um dividendo mínimo de 6% ao ano, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e do artigo 4º da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, conforme alteradas.</p>
<b>c) Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	<p>Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.</p> <p>Ainda, sem prejuízo do dividendo obrigatório, pelo menos a cada 2 (dois) anos, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa da Companhia o permitir, a Companhia utilizará a reserva de lucros prevista no Estatuto Social para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância da Estratégia de Longo Prazo e da política de dividendos nela prevista.</p>
<b>d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	<p>Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>
<b>e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o</b>	<p>A política de destinação de resultados da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 08/02/2019 e está disponível no site de Relações com Investidores da CEMIG:</p> <p><a href="http://ri.cemig.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/">http://ri.cemig.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/</a></p>

## 2.7

emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

## 2.8

(a) **Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

- i. **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**
- ii. **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**
- iii. **Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**
- iv. **Contratos de construção não terminada;**
- v. **Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

A Companhia e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, dentre outros, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e compra de energia elétrica de Itaipu.

Os valores informados pela Companhia, como obrigações contratuais, demonstrados na tabela a seguir, não estão integralmente incluídos no balanço patrimonial por não possuírem todas as características necessárias para o reconhecimento como passivo. Uma obrigação contratual não é reconhecida nas demonstrações contábeis quando o contrato não foi integralmente cumprido ou não apresenta condições para reconhecimento da despesa correspondente ou mesmo de um ativo relacionado.

As obrigações contratuais descritas na tabela abaixo são decorrentes de contratos com as características acima descritas:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Compra de energia elétrica de itaipu	1.818.746	1.818.746	1.818.746	1.818.746	1.818.746	36.374.922	45.468.652
Compra de energia - leilão	3.885.972	3.932.450	3.524.041	3.807.650	3.630.757	54.110.916	72.891.786
Compra de energia - bilaterais	487.971	489.308	310.065	99.403	19.198	58.957	1.464.902
Cotas usinas Angra 1 e Angra 2	374.810	377.876	376.844	376.844	378.736	7.583.263	9.468.373
Transporte de energia elétrica de Itaipu	200.573	222.251	221.805	221.268	221.050	3.304.701	4.391.648
Outros contratos de compra de energia	5.542.554	5.044.352	4.486.250	4.086.231	3.966.509	28.211.906	51.337.802
Cotas de garantias físicas	828.091	776.646	704.364	634.356	534.948	11.152.828	14.631.233
<b>Total</b>	<b>13.138.717</b>	<b>12.661.629</b>	<b>11.442.115</b>	<b>11.044.498</b>	<b>10.569.944</b>	<b>140.797.493</b>	<b>199.654.396</b>

### Opções de venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda

é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$672.416 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

Adicionalmente, no terceiro trimestre de 2022, o valor total do passivo foi ajustado para refletir o recebimento, pelo FIP Melbourne, dos valores pagos pela AGPar, referentes ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016. Mais informações na nota explicativa nº 16.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	536.155
Variação do valor justo	100.137
Saldo em 31 de dezembro de 2021	636.292
Variação do valor justo	36.124
Saldo em 31 de dezembro de 2022	672.416

### Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção PUT - SAAG, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020.

Utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou, por meio do mecanismo contratual da Via Amigável, uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a

cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a ser julgada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

Em 7 de fevereiro de 2023, foi divulgada a sentença do procedimento arbitral condenando a Cemig GT ao pagamento integral relativo ao preço de exercício das opções constantes dos contratos. A Companhia, em conjunto com os seus assessores legais, está avaliando as medidas cabíveis.

### **Operações de Swap, opções de moeda e NDF**

Considerando que parte dos empréstimos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal e juros).

O instrumento financeiro derivativo contratado tem o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

### **Tender Offer – 2021**

Em 2021, a Cemig GT iniciou estudos e contratações de forma a tomar ações direcionadas à gestão prudente dos seus passivos e reduzir o risco de liquidez e de exposição à moeda estrangeira. Nesse contexto, em 19 de julho de 2021 foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro (“Tender Offer”), por parte da Cemig GT, de títulos de dívidas no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, no montante principal de até US\$500 milhões. No âmbito da implementação da operação, em 07 e 08 de junho de 2021, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Cemig GT, o valor de R\$774.409.

Para mitigar a exposição cambial até a recompra efetiva dos títulos em moeda estrangeira, a Cemig GT contratou, em 04 de junho de 2021, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$600 milhões, travando o dólar em R\$5,0984. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Cemig GT uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 03 de agosto de 2021. O resultado com a liquidação da NDF foi de R\$23.700, com entrada líquida de caixa de R\$23.699.

### **Tender Offer – 2022**

Em 28 dezembro de 2022, foi iniciada a segunda etapa de oferta de aquisição em dinheiro, por parte da Cemig GT (“Tender Offer”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, no montante principal de até US\$250 milhões. No âmbito da implementação, em 29 de agosto de 2022, foi realizado

o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$250 milhões, apurando-se, em favor da Cemig GT, o montante de R\$225.516, com entrada líquida de caixa no montante de R\$191.689.

A Cemig GT contratou, em 29 de agosto de 2022, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$280 milhões, travando o dólar em R\$5,2040. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Foward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Cemig GT uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 16 de dezembro de 2022. A liquidação da operação foi positiva em R\$32.014, com entrada líquida de caixa no montante de R\$32.012.

Em 2022 aconteceram as liquidações semestrais de juros do swap, com resultado negativo de R\$94.580 e saída de caixa nesse mesmo valor (positivo de R\$399.979 em 2021, com entrada líquida de caixa de R\$339.829).

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado	
					2022	2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 152,01% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$250.000	184.548	1.018.638
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	(53.612)	155.569
US\$ variação cambial superior a R\$5,0984	US\$ variação cambial inferior a R\$5,0984	03 de agosto de 2021 16 de dezembro 2022	Balcão	2021: US\$600.000 2022: US\$280.000	32.014	23.700
					<b>162.950</b>	<b>1.197.907</b>

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$437.887 (ajuste negativo de R\$537.976 em 31 de dezembro de 2021), registrado no resultado financeiro.

A Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT. Para mais informações, verificar nota explicativa nº 31 das demonstrações financeiras da Companhia.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras, que não tenham sido informados anteriormente.

## 2.9

### **(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:**

Os itens mencionados na tabela constante do item 2.8 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia e gás.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 2.8 deste Formulário de Referência, para cada exercício social, e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com compra e transporte de energia e gás, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia e gás, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

No caso das opções de venda informadas no item 2.8 deste Formulário de Referência, os impactos seriam a aquisição de ativos relacionados às opções de vendas oferecidas aos acionistas.

### **(b) Natureza e o propósito da operação**

Para uma descrição sobre a natureza e propósito de cada operação, vide item 2.8 deste Formulário de Referência.

### **(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Para uma descrição do montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas em nossas Demonstrações Financeiras, vide item 2.8 deste Formulário de Referência.



## 2.10

### (a) Investimentos, incluindo:

#### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Além dos investimentos realizados pelas subsidiárias integrais da Companhia, necessários para atender as exigências da ANEEL, melhorar a eficiência de sistema elétrico, atender a novos consumidores e mitigar passivos ambientais, a Companhia tem dispendido recursos na aquisição de ativos já constituídos.

Nos próximos 3 (três) anos, a Companhia Energética de Minas Gerais, deverá investir cerca de R\$ 3.106,49 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Atividade	(Valores em R\$ milhões)	2023	2024	2025	Total
<b>Programa Básico (1)</b>					
Companhia Energética de Minas Gerais		0,04	0,04	0,04	0,12
<b>Aportes (2)</b>		657,00	2.449,37	-	3.106,37
<b>Total Geral (1) + (2)</b>		<b>657,04</b>	<b>2.449,41</b>	<b>0,04</b>	<b>3.106,49</b>

(1) Valores estimados, arredondados, em moeda corrente, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa da CEMIG Holding.

(2) A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da CEMIG. A Empresa não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação. Aportes: valores referentes a Cemig SIM e Sete Lagoas.

(3) A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.

(4) Os montantes planejados para os anos de 2023, 2024 e 2025 não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).

#### ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários.

#### iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Ver item 1.14

#### (b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

- Investimentos em Geração de energia elétrica e Geração distribuída

##### Aliança Geração

A Cemig GT é detentora de 45% do capital social total da Aliança Geração de Energia S.A (“Aliança Geração”). A

Aliança Geração possui um projeto de investimento em curso, conforme abaixo:

- Parque Eólico Acauã (“Acauã”): composto de 3 parques, a saber: Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”), Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”), localizados nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte. A implantação do Projeto Eólico Acauã teve início em março de 2021, com operação comercial plena estimada para o segundo semestre de 2023. O projeto contará com 26 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo capacidade instalada total de 109,2 MW e produção estimada de 57,77 MW médios.

Em dezembro de 2022, entrou em operação comercial a Central Eólica Gravier S.A. (“Gravier”) localizada no município de Icapuí, no estado do Ceará. O empreendimento teve início da implantação em janeiro de 2021 e conta com 17 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo capacidade instalada total de 71,4 MW e a produção estimada de 28 MW médios.

Os investimentos têm como fonte de recursos o próprio caixa da Aliança Geração, bem como financiamento por meio de emissão de debêntures e/ou outros instrumentos financeiros.

#### Implantação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante

Em 23 de agosto de 2022, a Companhia celebrou contratos de fornecimento na modalidade Full EPC (Engineering, Procurement and Construction) para implantação das Usinas Solares Fotovoltaicas (“UFVs”) Boa Esperança e Jusante, com Capex estimado na ordem de R\$824 milhões, sendo R\$447 milhões para UFV Boa Esperança e R\$377 milhões para UFV Jusante.

A UFV Boa Esperança possuirá 85MW de potência instalada em inversor (aproximadamente 100,4 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de Montes Claros, Minas Gerais. A UFV Jusante será composta por 7 usinas de 10MW cada, totalizando 70MW de potência instalada em inversor (aproximadamente 87 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de São Gonçalo do Abaeté, Minas Gerais. O cronograma dos projetos prevê a energização das usinas até setembro de 2023.

A implantação dessas usinas está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo Cemig, reforçando sua atuação no segmento de energias renováveis, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Companhia para esse tipo de projeto.

#### Projeto Poço Fundo

Em setembro de 2022, entraram em operação as novas unidades geradoras da Pequena Central Hidrelétrica de Poço Fundo, localizada no Sul de Minas Gerais. A ampliação desta PCH faz parte do programa de investimentos e marca a retomada da Cemig na construção de novas usinas. A capacidade de geração do novo empreendimento é de 30MW, ante os 9.16MW da antiga usina. Com investimento de aproximadamente R\$150 milhões, a usina conta com novos equipamentos, mais modernos e eficientes, que permitirão a operação remota da usina pelo Centro de Operação do Sistema (COS) da Companhia.

O empreendimento entrou em operação com três meses de antecedência em relação ao prazo estabelecido para o início do suprimento da energia comercializada pela Companhia no Leilão Aneel 03/2019, decorrente da ampliação da usina.

#### Cemig Sim

Empresa do Grupo Cemig com foco em inovação e soluções em energia, investiu, em 2022, aproximadamente R\$82 milhões em usinas de geração de energia solar fotovoltaica.

A empresa atingiu a marca de 5.600 unidades consumidoras de energia solar por assinatura em 2022. A empresa está buscando expandir sua capacidade instalada ao Planejamento Estratégico da Cemig, prospectando o desenvolvimento de novos projetos e planeja investir, no período entre 2023 e 2025, o equivalente a R\$1,2 bilhões no segmento de Geração Distribuída.

#### - Investimentos em Transmissão

##### Cemig GT

A Cemig GT sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Companhia foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R\$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos.

O lote arrematado tem sinergias importantes, aproveita a estrutura de operação e manutenção existente na Cemig GT, além de previsões de otimizações de CAPEX e antecipação de entrega do empreendimento, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Companhia para esse tipo de projeto. O resultado no certame consolida o posicionamento estratégico da Cemig GT como uma das maiores empresas de transmissão de energia elétrica do país, em linha com os objetivos de crescimento sustentável e geração de valor, seguindo o compromisso de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade, respeitando o meio ambiente.

##### Taesa

A Taesa sagrou-se vencedora nas disputas pelos lotes 3 e 5 referentes ao mesmo leilão de transmissão. O valor da RAP vencedora foi de R\$91,4 milhões para o Lote 3 e R\$152,2 milhões para o Lote 5.

O resultado no certame é decorrente da execução do planejamento estratégico da Taesa, da sua missão de conectar o Brasil com energia segura e confiável.

#### - Investimentos em Distribuição

Os investimentos em distribuição, no ano de 2022, foram de aproximadamente R\$3.056 milhões, representando um aumento de mais de 70% em relação aos investimentos de 2021 (R\$1.740 milhões).

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos relevantes de 2021 a 2025, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica, atendimento ao cliente e redução dos custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

#### - Investimentos em Gás Natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em Minas Gerais, por outorga de concessão, atendendo aos segmentos industrial, residencial, comercial e termelétrico,

fornecendo gás natural comprimido (GNC), gás natural liquefeito (GNL) e automotivo (GNV). A Cemig detém 99,57% do capital da Gasmig.

Em 2022, a Gasmig aplicou valores da ordem de R\$ 55,5 milhões (R\$ 56,6 milhões em 2021), principalmente, na expansão de suas Redes de Distribuição de Gás Natural (RDGNs) no Estado de Minas Gerais, sendo que a sua base de clientes aumentou em 16%, passando de 71.236 em 2021, para 82.582 unidades consumidoras em 2022. A empresa está focando seus investimentos na expansão da rede de distribuição de gás alinhada ao Planejamento Estratégico da Cemig e planeja investir, no período entre 2023 e 2025, o equivalente a R\$ 1,3 bilhão.

**(c) Novos produtos e serviços, indicando:**

**As informações devem seguir a abertura abaixo:**

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços,**

- Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2022 a Cemig Distribuição investiu R\$12,22 milhões em 37 projetos de P&D, em diversos temas, destacando-se os seguintes projetos:

- Desenvolvimento de redes sinérgicas para aplicações em redes de distribuição de energia;
- Desenvolvimento de metodologia para avaliação de árvores urbanas quanto ao risco de queda utilizando Radar de Penetração no Solo (GPR);
- COD do Futuro - Plataforma hyper-vision de consciência situacional espaço-tempo integrada, baseada em inteligência artificial para operação da distribuição.

Já a CEMIG GT executou 30 (trinta) projetos de P&D, resultando em um investimento de mais de R\$ 11,27 milhões, em uma variedade de temas, cujos destaques estão a seguir:

- Adequação do sistema de realidade virtual da CEMIG para a integração com recursos de inspeção por imagens em tempo real e treinamento conjunto das equipes de campo e do COS;
- Dispositivo Individual para Notificação (DIN) em caso de emergência com barragens;
- Ferramenta para definição de preços futuros na composição ótima de portfólio de compra e venda de energia;
- Processos Ecológicos: Desenvolvimento de novas ecotecnologias de diagnóstico e processos ambientais (Projeto PROECOS).

As empresas Coligadas e subsidiárias integrais com obrigação de investimento em P&D aportaram recursos em 5 projetos cooperados com a CEMIG GT na ordem de R\$0,6 milhões.

**(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

O Plano Estratégico da Cemig traz como ambição o reforço posicionamento da CEMIG em ASG melhorando a imagem da companhia frente ao mercado, colaboradores, clientes e sociedade, viabilizando uma cultura alinhada para o atingimento dos resultados operacionais, trazendo como compromissos: (i) o alinhamento aos compromissos ambientais globais, ambicionando se tornar Net Zero até 2040, desenvolvendo práticas em consonância com os Objetivos Sustentáveis (ODS) da ONU; (ii) a participação ativa no desenvolvimento do estado de Minas Gerais, alinhado às demandas e interesses da sociedade mineira e (iii) implementação de um modelo de governança corporativo ágil e transparente, que alcance resultados a partir de uma lógica focada na responsabilidade corporativa e na equidade.

Assim, o Plano Estratégico traz de forma objetiva as seguintes oportunidades relacionadas a questões ASG:

- Cumprir as ações para o alcance da ambição de ser Net Zero até 2040, com o compromisso de redução de 75% do total das emissões de gases de efeito estufa até 2030
- Desenvolver nossos negócios em consonância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da ONU
- Focar em fontes de energia limpa (ou compensação integral dos impactos)
- Ampliar a comercialização de Certificado de Energia Renovável – Cemig REC e I-REC
- Desenvolver ações alinhadas com a economia circular, ampliando a reciclagem, reforma de equipamentos e gestão de resíduos.
- Realizar investimentos que gerem empregos e contribuam para o desenvolvimento das comunidades locais mineiras

## **2.11**

**Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não constam outros fatores não comentados anteriormente.

## Anexo 7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

### Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

*Belo Horizonte - MG*

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase – Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 16 e 35 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, suas controladas e na investida Norte Energia S.A., que envolvem a investida e seus executivos e outros acionistas dessa investida. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de

nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada	
Veja as notas explicativas 8 e 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia e suas controladas correspondem à energia elétrica, não faturada para os consumidores. O faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, superam o período de encerramento contábil.</p> <p>O reconhecimento da receita não faturada leva em consideração a premissa de quantidade de dias não faturados, bem como os dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como: (i) a data da leitura dos consumidores; (ii) o volume e o valor de energia faturados no mês anterior; (iii) a quantidade de dias não faturados, mensurados entre a data da leitura e a data-base.</p> <p>Devido ao montante da estimativa da receita não faturada e ao impacto que eventual alteração das premissas utilizadas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilizando-se do suporte de nossos especialistas de tecnologia da informação, avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave, relacionados à determinação do montante da receita não faturada de energia elétrica, o que incluiu a avaliação dos controles ao nível da transação, sobre a integridade e precisão dos dados usados, na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente: a data da leitura dos consumidores, o volume e o valor de energia faturados no mês anterior e a quantidade de dias não faturados mensurados entre a data da leitura e a data-base.</li> <li>- Recalculamos o montante de receita não faturada, por meio da multiplicação da proporção diária do volume e do valor de energia faturados no último faturamento ao consumidor, pela quantidade de dias não faturados, apurados pela diferença entre a data de leitura e a data-base.</li> <li>- Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideramos todas as informações relevantes.</li> </ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo reconhecido de receita de energia, mas não faturado, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde	
Veja a nota explicativa 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão com benefício definido e planos de	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas



<p>saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração para a escolha das premissas atuariais que são utilizadas, principalmente: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia e suas controladas contratam atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliamos o desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários;</li> <li>- Avaliamos o escopo, a independência, a competência, as qualificações profissionais, as experiências e a objetividade do atuário externo contratado, para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde;</li> <li>- Avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas.</li> <li>- Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes.</li> </ul> <p>Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
---	--

<b>Reconhecimento e divulgações de provisões para ações judiciais e administrativas</b>	
Veja as notas explicativas 10 e 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
<b>Principal assunto de auditoria</b>	<b>Como auditoria endereçou esse assunto</b>
A Companhia e suas controladas figuram como réus em ações judiciais e administrativas de natureza cível, fiscal, trabalhista, ambientais e regulatória, cujo reconhecimento e mensuração requer o exercício de julgamento da Companhia e de suas	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade dos controles internos chave</li> </ul>

<p>controladas.</p> <p>Uma provisão para essas ações é registrada quando é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e que o montante possa ser estimado com confiabilidade. A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a mensuração do valor e classificação da probabilidade de perda das ações. A Companhia divulga os passivos contingentes cuja probabilidade de saída de recursos da entidade é possível.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas ao valor e à avaliação da classificação da probabilidade de perda que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos e/ou divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões, incluindo controles sobre a avaliação da Companhia sobre a probabilidade de perda dessas ações judiciais e administrativas e os valores que seriam pagos em caso de perda.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obtivemos confirmação direta com os advogados internos e externos, a fim de obter a avaliação dos mesmos sobre os riscos de perdas e os montantes relacionados às causas em que a Companhia figura como ré. Comparamos as informações constantes das confirmações recebidas com os registros contábeis.</li> <li>- Com o auxílio de nossos especialistas legais, avaliamos os critérios da Companhia para suportar os prognósticos e os montantes associados à certos processos relevantes, selecionados com base em amostragem.</li> <li>- Avaliamos a precisão das contingências fiscais registradas pela Companhia, bem como, comparamos, com base em amostragem, a jurisprudência existente sobre os temas em questão.</li> <li>- Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes.</li> </ul> <p>Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor e as divulgações da provisão para ações judiciais, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
--	--

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 29 de março de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões

econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 25 de março de 2023

Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 1SP259468/O-7

## Anexo 8

### RESOLUÇÃO CVM Nº 81, DE 29 DE MARÇO DE 2022

**Alteração da redação do Art. 1º do Estatuto Social da Companhia para constar de forma precisa a Comercialização Varejista para atendimento à exigência legal:**

ESTATUTO ATUAL	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
<p>Art. 1º - A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, constituída em 22 de maio de 1952, como sociedade por ações, de economia mista, será regida por este Estatuto Social e pela legislação aplicável e destina-se a construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos; a desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; a prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e, a exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social, incluindo o desenvolvimento, a exploração de sistemas de telecomunicação, de informação, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológicos e a inovação.</p>	<p>“Art. 1º - A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, constituída em 22 de maio de 1952, como sociedade por ações, de economia mista, será regida por este Estatuto Social e pela legislação aplicável e destina-se a construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, <u>inclusive comercialização varejista</u>, e serviços correlatos; a desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; a prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e, a exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social, incluindo o desenvolvimento, a exploração de sistemas de telecomunicação, de informação, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológicos e a inovação.”</p>	<p>Ajuste na cláusula do objeto social, visando constar de forma precisa a atividade de comercialização de energia <u>varejista</u> para atendimento dos requisitos previstos na regulamentação vigente e aos procedimentos de comercialização junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) de modo a obter autorização, pela autoridade competente, para a realização de tal atividade.</p> <p>Efeitos jurídicos: Atendimento às regulamentações da atividade de comercialização de energia elétrica varejista: Resolução Normativa n.º 570/2013 da ANEEL, Portaria Normativa MME n.º 50/2022, Resoluções Normativas n.º 957/2021 e 1012/2022 da ANEEL.</p> <p>Efeitos Econômicos: Obtenção, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica autorização para realização da atividade varejista.</p>

## COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

### ESTATUTO SOCIAL

#### CAPÍTULO I

##### Da denominação, constituição, objeto, sede e duração da Companhia

Art. 1º - A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, constituída em 22 de maio de 1952, como sociedade por ações, de economia mista, será regida por este Estatuto Social e pela legislação aplicável e destina-se a construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive comercialização varejista, e serviços correlatos; a desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; a prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e, a exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social, incluindo o desenvolvimento, a exploração de sistemas de telecomunicação, de informação, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológicos e a inovação.

§1º - As atividades previstas neste artigo poderão ser exercidas diretamente pela CEMIG ou por intermédio de sociedades por ela constituídas, ou de que venha a participar, majoritária ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração, nos termos das Leis Estaduais de nºs 828, de 14 de dezembro de 1951, 8.655, de 18 de setembro de 1984, 15.290, de 04 de agosto de 2004, e 18.695, de 05 de janeiro de 2010.

§2º - Ficam vedados quaisquer atos ou decisões nas subsidiárias integrais e controladas da CEMIG que possam afetar a condição do Estado de Minas Gerais como acionista controlador da Companhia, nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais e da legislação aplicável.

§3º - Como a Companhia negocia valores mobiliários no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da B3, ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída.

Art. 2º - A Companhia terá sua sede e administração na cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, Brasil, podendo abrir escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País e no exterior, mediante autorização da Diretoria Executiva.

Art. 3º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

#### CAPÍTULO II

##### Do capital social

Art. 4º - O Capital Social da Sociedade é R\$11.006.853.442,00 (onze bilhões, seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e quarenta e dois reais), representado por: a) 735.847.624 (setecentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, seiscentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de R\$ 5,00 cada uma; b) 1.465.523.064 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e três mil, sessenta e quatro) ações preferenciais, nominativas, do valor nominal de R\$ 5,00 cada uma.

Parágrafo Único - O direito de voto será reservado, exclusivamente, às ações ordinárias e cada ação terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 5º - As ações preferenciais gozarão de preferência na hipótese de reembolso de ações e terão dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores:

- a) 10% (dez por cento) calculado sobre seu valor nominal; e,
- b) 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido das ações.

Art. 6º - As ações ordinárias e preferenciais concorrerão em iguais condições na distribuição de bonificações.

Art. 7º - Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, o Estado de Minas Gerais assegurará às ações do capital da Companhia emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particular, dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos do art. 4º da Lei Estadual nº 15.290/2004.

Art. 8º - O capital subscrito pelo Estado de Minas Gerais, que terá, sempre e obrigatoriamente, a maioria das ações com direito a voto, será realizado de acordo com o disposto na legislação aplicável. O capital subscrito por outras pessoas naturais ou jurídicas será realizado conforme for estabelecido pela Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto.

§1º - Para atender a deliberação das Assembleias Gerais, poderá a Diretoria Executiva suspender, obedecidas as regras da legislação aplicável, os serviços de transferências e averbações.

§2º - Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de aumentos de capital e na emissão de valores mobiliários da Companhia, na forma da legislação aplicável. Não será concedido o direito de preferência, no entanto, quando o aumento do capital social for integralizado com recursos de incentivos fiscais, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores atualizações.

Art. 9º - O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% (dez por cento) do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.



Parágrafo Único - Além das outras condições referentes à emissão de novas ações, competirá ao Conselho de Administração determinar o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão, o prazo e as condições de integralização.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da assembleia geral**

Art. 10 - A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses do ano, para os fins previstos na legislação aplicável e, extraordinariamente, sempre que necessário, e será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as prescrições legais pertinentes.

§1º - Quando por disposição legal, regulamentar ou regulatória for diverso o prazo mínimo de convocação, este deverá ser observado.

§2º - O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais na forma prevista no art. 126 da Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, exibindo, no ato, ou depositando previamente na sede social da Companhia, o comprovante de titularidade das ações expedido pela instituição financeira depositária acompanhado do documento de identidade e procuração com poderes especiais.

Art. 11 - A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será presidida por um acionista eleito pela Assembleia Geral, dentre os presentes, que escolherá um ou mais secretários.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Da administração**

Art. 12 - A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

§1º - A estrutura e composição do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia serão idênticas nas Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., com eventuais exceções, na forma a ser aprovada pelo Conselho de Administração.

§2º - Os cargos dos Conselhos de Administração e da Diretoria Executiva das sociedades controladas e/ou coligadas, cujo preenchimento couber à Companhia, serão indicados conforme critérios e política de elegibilidade e avaliação aprovados pelo Conselho de Administração.

§3º - Os cargos dos comitês de apoio aos Conselhos de Administração das sociedades controladas e coligadas, cuja indicação couber à Companhia, serão preenchidos conforme regimentos próprios, a serem aprovados nos Conselhos de Administração das respectivas sociedades controladas ou coligadas.

§4º - O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, na administração da Companhia, das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., das demais subsidiárias integrais, das controladas e coligadas e nos consórcios dos quais participem, direta ou indiretamente, deverão observar o disposto na Estratégia de Longo Prazo da Companhia.

§5º - A Estratégia de Longo Prazo conterá fundamentos, metas, objetivos e resultados a serem perseguidos e atingidos a longo prazo pela Companhia, refletindo sua política de dividendos e devendo respeitar os compromissos e requisitos previstos no § 7º do art. 12 deste Estatuto Social.

§6º - O Plano de Negócios Plurianual da Companhia refletirá as premissas da Estratégia de Longo Prazo e conterá as metas de 5 (cinco) anos, incluindo o Orçamento Anual.

§7º - A Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual serão revisados anualmente pela Diretoria Executiva e encaminhados até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, para deliberação, nos termos da legislação aplicável.

§8º - A Diretoria Executiva observará e cumprirá metas e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, relativos, especialmente, a endividamento, liquidez, taxas de retorno, investimento e enquadramento regulatório.

§9º - Na participação em sociedade empresarial em que a Companhia detenha ou não o controle acionário, deverão ser adotadas práticas de governança e controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio.

§10 - A Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual serão refletidos em todos os planos, projeções, atividades, estratégias, investimentos e despesas da Companhia e suas subsidiárias integrais, controladas, coligadas e consórcios dos quais participe, direta ou indiretamente.

§11 - O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria será fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação aplicável, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia aos membros do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração, à exceção do membro representante dos empregados.

§12 - Visando o aprimoramento da Companhia, anualmente, os administradores e os membros dos comitês deverão submeter-se a avaliação de desempenho, individual e coletiva, observados os seguintes quesitos mínimos:

- a) exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- b) contribuição para o resultado do exercício; e,
- c) consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à Estratégia de Longo Prazo e Orçamento Anual.

§13 - A posse dos administradores da Companhia está condicionada à prévia subscrição dos termos e documentos legais e regulatórios aplicáveis. Para o exercício dos mandatos deverão ser observados requisitos, vedações e obrigações previstos na legislação e regulamentação aplicáveis.

## **Seção I**

### **Do conselho de administração**

Art. 13 - O Conselho de Administração da Companhia será composto por 9 (nove) membros efetivos, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente.

§1º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

§2º - Na composição do Conselho de Administração observar-se-ão as seguintes regras:

- a) aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável;
- b) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos membros deverão ser independentes ou pelo menos 1 (um), caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404/1976;
- c) aos empregados fica assegurado o direito de elegerem 1 (um) membro, observado o disposto na Lei Federal nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, no que couber; e,
- d) em qualquer hipótese, a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia.

§3º - Para a eleição e exercício do cargo, o membro do Conselho de Administração representante dos empregados está sujeito a todos os critérios, exigências, requisitos, impedimentos e vedações previstos na Lei nº 6.404/1976, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e sua regulamentação.

§4º - Sem prejuízo dos impedimentos e vedações previstos neste Estatuto Social, o membro do Conselho de Administração representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de

previdência complementar e assistenciais, bem como nas demais hipóteses em que ficar configurado o conflito de interesse.

§5º - Os Conselhos de Administração das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. serão constituídos, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para o Conselho de Administração da Companhia, mantendo-se mandatos unificados quanto a início e término, sendo remunerados apenas por um deles.

§6º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§7º - Aos membros do Conselho de Administração será permitido o exercício de outra atividade remunerada, desde que não haja incompatibilidade de horários e/ou conflito de interesses.

§8º - O Conselho de Administração poderá conferir delegação de poderes à Diretoria Executiva para aprovação e assinatura de negócios jurídicos relacionados aos atos ordinários de gestão, inclusive comercialização de energia.

Art. 14 - Em caso de vaga no Conselho de Administração, a primeira Assembleia Geral subsequente procederá à eleição de novo membro, para o período que restava ao antigo Conselheiro.

Parágrafo Único - Na hipótese prevista neste artigo, cabe à minoria eleger o novo membro do Conselho de Administração, se o antigo houver sido por ela eleito, regra a ser observada também para o membro representante dos empregados.

Art. 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, na forma do seu Regimento Interno, ao menos uma vez a cada mês, para analisar os resultados da Companhia e de suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, além de deliberar sobre as demais matérias incluídas na ordem do dia e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, do seu Vice-Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva.

§1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou seu Vice-Presidente, mediante aviso escrito ou correspondência eletrônica enviada com antecedência de 10 (dez) dias, contendo a pauta de matérias a tratar, ficando dispensada a convocação na hipótese de comparecimento de todos os membros do Conselho de Administração. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima mencionado, dando-se ciência aos demais integrantes do Conselho de Administração.

§2º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Art. 16 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença aos seus membros, competindo aos demais membros conceder licença ao Presidente.

Art. 17 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos por seus pares, na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a eleição de seus membros, cabendo ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 18 - Caberá ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger, destituir e avaliar os Diretores da Companhia, nos termos da legislação aplicável, observado o presente Estatuto Social;
- c) aprovar a política de transações com partes relacionadas;
- d) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- e) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;
- f) convocar a Assembleia Geral;
- g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- h) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;
- i) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas, ouvido o Comitê de Auditoria
- j) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação, de dispensa ou de inexigibilidade de licitação ou da inaplicabilidade do dever de licitar, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia ou acima de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, se positivo;
- k) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- l) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures não conversíveis, notas promissórias, *commercial papers* e outros;
- m) aprovar a Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual, bem como suas alterações e revisões;

- n) anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o Orçamento Anual;
- o) autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre estas matérias será da Assembleia Geral;
- p) aprovar a participação no capital social, na constituição e na extinção de quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;
- q) aprovar, na forma do seu Regimento Interno, a instituição de comitês auxiliares do Conselho de Administração - cujos pareceres ou deliberações não são condição necessária para deliberação das matérias no âmbito do Conselho de Administração;
- r) acompanhar as atividades de auditoria interna;
- s) discutir, aprovar e monitorar decisões que envolvam práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta;
- t) assegurar a implementação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e à ocorrência de corrupção e fraude;
- u) estabelecer política de divulgação de informações para mitigar o risco de contradição entre as diversas áreas e os administradores da Companhia;
- v) manifestar-se sobre o aumento do quantitativo de pessoal próprio, a concessão de benefícios e vantagens, a revisão de planos de cargos, salários e carreiras, inclusive a alteração de valores pagos a título de remuneração de cargos comissionados ou de livre provimento e remuneração de diretores;
- w) nomear e destituir de forma motivada o titular da área de Auditoria Interna, escolhido dentre os empregados próprios de carreira;
- x) eleger, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, os membros do Comitê de Auditoria e destituí-los, a qualquer tempo, pelo voto justificado da maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração;
- y) promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do Plano de Negócios Plurianual e da Estratégia de Longo Prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; e,
- z) aprovar, nos termos deste Estatuto Social, as políticas complementares, inclusive a política de participações societárias.

Parágrafo Único - Os limites financeiros para deliberação do Conselho de Administração, correspondentes a percentual do patrimônio líquido da Companhia, serão automaticamente adotados quando da aprovação das demonstrações financeiras de cada ano.

## **Seção II**

### **Da diretoria executiva**

Art. 19 - A Diretoria Executiva será constituída por 7 (sete) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

§1º - Os Diretores permanecerão em seus cargos até que seus sucessores, devidamente eleitos, sejam empossados.

§2º - Os Diretores exercerão seus cargos em regime de tempo e de dedicação integral ao serviço da Companhia, sendo permitido o exercício concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, a critério do Conselho de Administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes nas Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

§3º - Os Diretores, não empregados ou aqueles com contrato de trabalho suspenso, terão direito a uma licença anual remunerada, por prazo não superior a 30 (trinta) dias, de forma não cumulativa, acrescida de um terço da remuneração mensal em vigor.

Art. 20 - Ocorrendo ausência, licença, vacância, impedimento ou renúncia de quaisquer dos demais membros da Diretoria Executiva, esta poderá, mediante a aprovação da maioria de seus membros, atribuir a outro Diretor o exercício temporário das funções respectivas.

Parágrafo único - O membro da Diretoria Executiva eleito exercerá o cargo pelo tempo de mandato que restava ao Diretor substituído.

Art. 21 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso por escrito, correspondência eletrônica ou outro meio digital com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Art. 22 - Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos a Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social.

§1º - O Plano de Negócios Plurianual será composto por planos e projeções para o prazo de 5 (cinco) exercícios financeiros, devendo ser atualizado, no máximo, a cada ano, e abordará em detalhe, entre outros:

- a) as estratégias e ações da Companhia, incluindo qualquer projeto relacionado ao seu objeto social;
- b) os novos investimentos e oportunidades de negócios, incluindo os das subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, assim como dos consórcios de que participem;

- c) os valores a serem investidos ou de outra forma oriundos de recursos próprios ou de terceiros;
- d) as taxas de retorno e lucros a serem obtidos ou gerados pela Companhia.

§2º - O Orçamento Anual refletirá o Plano de Negócios Plurianual e, por conseguinte, a Estratégia de Longo Prazo, e deverá detalhar as receitas e as despesas operacionais, os custos e investimentos, o fluxo de caixa, o montante a ser destinado ao pagamento de dividendo, as inversões com recursos próprios ou de terceiros e outros dados que a Diretoria Executiva considerar necessários.

§3º - A Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual serão:

- a) elaborados com a coordenação do Diretor-Presidente e com a participação de todos os Diretores;
- b) preparados e atualizados anualmente, até o término de cada exercício social, para vigorar no exercício social seguinte; e,
- c) submetidos ao exame da Diretoria Executiva e, após, à aprovação do Conselho de Administração.

§4º - Dependem de deliberação da Diretoria Executiva as seguintes matérias:

- a) aprovar o plano de organização da Companhia e emissão das normas correspondentes, bem como as respectivas modificações;
- b) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, a Estratégia de Longo Prazo e o Plano de Negócios Plurianual, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- c) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Orçamento Anual, o qual deverá refletir o Plano de Negócios Plurianual então vigente, assim como suas revisões;
- d) deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstas no Orçamento Anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresente valor inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, com a consequente readequação das metas aprovadas, respeitados o Plano de Negócios Plurianual, a Estratégia de Longo Prazo e o Orçamento Anual;
- e) aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores individuais inferiores a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- f) autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe;
- g) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações no valor até 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, limitado a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, se positivo;
- h) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia;



- i) aprovar a designação de empregados próprios para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor responsável, observado o disposto na alínea “h” do inciso I do art. 23;
- j) autorizar os gastos com pessoal, os acordos e demais instrumentos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembleia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o Orçamento Anual;
- k) examinar e deliberar acerca da contratação de consultores externos, quando solicitado por qualquer Diretoria, observado o disposto no art. 18, alínea “j”, e art. 22, § 4º, alínea “g”;
- l) formular, para a deliberação do Conselho de Administração ou Assembleia Geral, as políticas complementares a este Estatuto Social, inclusive a de participações societárias; e,
- m) aprovar as indicações para os cargos nos Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais e Diretorias das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.

§5º - A prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos será efetuada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, por dois Diretores, ou por mandatário devidamente constituído.

§6º - A outorga de procurações deverá ser realizada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ressalvada a competência definida na alínea “c”, inciso I, do art. 23, para a qual será exigida apenas a assinatura do Diretor-Presidente.

§7º - Ressalvado o disposto neste Estatuto Social, poderá a Diretoria Executiva conferir delegação de poderes para aprovação e assinatura de negócios jurídicos no âmbito dos órgãos pertencentes à respectiva Diretoria, relacionados aos atos ordinários de gestão, inclusive a comercialização de energia.

§8º - Os limites financeiros para deliberação da Diretoria Executiva, correspondentes a percentual do patrimônio líquido da Companhia, serão automaticamente adotados quando da aprovação das demonstrações financeiras de cada ano.

§9º - Nos limites de suas competências e alçadas, poderá a Diretoria Executiva atribuir, em ato formal, a atribuição de alçadas para escalões inferiores, mediante a composição de comitês técnicos com capacidade decisória em matérias específicas.

Art. 23 - Observado o disposto nos artigos precedentes e as boas práticas de governança corporativa, caberá a cada membro da Diretoria Executiva cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, o Regimento Interno e as decisões da Diretoria Executiva, sendo atribuições das Diretorias, entre outras:

I - Da Presidência (Diretor-Presidente):

- a) coordenar e administrar os trabalhos da Companhia, assim como todas as atividades estratégicas e institucionais das coligadas, controladas e consórcios de que fizer parte a Companhia;

- b) coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação da Estratégia de Longo Prazo e o Plano de Negócios Plurianual da Companhia, e das coligadas e controladas, nesse último caso, em conjunto com o diretor responsável, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores;
- c) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- d) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- e) apresentar o relatório anual dos negócios ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;
- f) admitir e demitir pessoal da Companhia;
- g) responsabilizar-se pelas atividades de Planejamento Estratégico, de *Compliance* e de Gestão de Riscos Corporativos;
- h) propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor responsável, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;
- i) propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, das controladas, coligadas e dos consórcios de que a Companhia participe, bem como dos órgãos estatutários da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz e da Cemig Saúde, ouvido o Diretor responsável.
- j) coordenar a política e as ações de gestão de pessoas da Companhia, suas subsidiárias integrais e controladas;
- k) coordenar e administrar processos e atividades relativos à comunicação e de relações institucionais, externa e internamente, no âmbito da Companhia, de suas subsidiárias integrais e controladas; e,
- l) planejar e prover as atividades relativas ao suprimento de materiais e serviços, infraestrutura, tecnologia da informação, telecomunicações e serviços transacionais.

II - Da Diretoria de Finanças e Relações com Investidores: gerir os processos e atividades relativos à área financeira e relações com investidores.

III - Da Diretoria de Regulação e Jurídica: gerir os processos e atividades relativos à regulação do setor elétrico nacional e setores regulados afins, nos âmbitos interno e externo, bem como planejar, coordenar e administrar as atividades jurídicas da Companhia, suas subsidiárias integrais e controladas, inclusive atividades da Secretaria Geral e de Governança.

IV - Da Diretoria Cemig Distribuição: gerir os processos e atividades de distribuição de energia elétrica e comerciais no ambiente de contratação regulado.

V - Da Diretoria Cemig Geração e Transmissão: gerir os processos e atividades de geração e transmissão de energia elétrica.

VI - Da Diretoria Cemig Comercialização: gerir os processos e atividades relativos à comercialização de energia e do uso do sistema elétrico, ao planejamento de mercado, ao relacionamento comercial no ambiente de contratação livre.

VII - Da Diretoria CemigPar: gerir os processos e atividades relativos ao acompanhamento da gestão de subsidiárias integrais da Companhia à exceção de Cemig GT e Cemig D, controladas, coligadas e às negociações e implementação de parcerias, consórcios, associações e sociedades de propósitos específicos, observada a política de participações.

§1º - Em relação às empresas coligadas, os Diretores exercerão suas atividades, nos termos do que disciplinarem os respectivos estatutos sociais ou acordos de acionistas.

§2º - As competências de celebração de contratos e demais negócios jurídicos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia outorgadas às Diretorias nos termos deste artigo não excluem a competência da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, conforme o caso, nem a necessidade de observância das disposições previstas no presente Estatuto Social no que diz respeito aos limites financeiros e à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração, quando for o caso.

§3º - Além do exercício das atribuições que lhes são fixadas no presente Estatuto Social, compete a cada Diretoria assegurar a cooperação, a assistência e o apoio às demais Diretorias no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses maiores da Companhia.

§4º - Compete a cada Diretoria, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela Companhia.

§5º - As atribuições individuais de cada Diretoria serão fixadas de maneira específica no Regimento Interno da Diretoria Executiva, competindo-lhes, dentre outros:

- a) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, a aprovação de negócios jurídicos afetos a sua área de atuação;
- b) propor, implementar e gerir as políticas de segurança do trabalho no âmbito de suas atividades;
- c) divulgar, em periodicidade mínima anual, no âmbito da Diretoria Executiva, os relatórios de desempenho relacionados às atividades que coordena e acompanha; e,
- d) representar a Companhia perante o mercado, os órgãos, as associações e demais entidades correlatas do setor elétrico, inclusive de regulação e fiscalização.

### **Seção III**

#### **Do comitê de auditoria**

Art. 24 - O Comitê de Auditoria é órgão independente, com dotação orçamentária própria, de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

§1º - O Comitê de Auditoria será composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

§2º - Na primeira eleição dos membros do Comitê de Auditoria, 1 (um) deles, excepcionalmente, será eleito para mandato de 2 (dois) anos.

§3º - As atas das reuniões do Comitê de Auditoria, que serão bimestrais, deverão ser divulgadas, salvo quando o Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo, hipótese em que apenas o seu extrato será divulgado.

§4º - A restrição prevista no §3º não será oponível aos órgãos de controle e fiscalização a que está sujeita a Companhia, suas subsidiárias integrais e controladas, os quais terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria, observada a obrigação de sigilo e confidencialidade.

§5º - O controle interno a cargo da Controladoria Geral do Estado sobre a Companhia terá caráter subsidiário, submetendo-se aos princípios da motivação, razoabilidade, adequação e proporcionalidade, devendo-se compatibilizar com as atribuições da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria.

§6º - Os membros do Conselho de Administração que compuserem cumulativamente o Comitê de Auditoria perceberão exclusivamente a remuneração deste último.

Art. 25 - O Comitê de Auditoria poderá exercer suas atribuições e responsabilidades junto às subsidiárias integrais e controladas da Companhia que vierem a adotar o regime de compartilhamento de Comitê de Auditoria Comum.

Art. 26 - Competirá ao Comitê de Auditoria:

- a) opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;
- b) supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- c) supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras;
- d) monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;
- e) avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a remuneração da administração, utilização de ativos e gastos incorridos em nome da Companhia;
- f) avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;

g) elaborar relatório anual com informações sobre suas atividades, seus resultados, suas conclusões e recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras;

h) avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a Companhia for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar;

i) opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; e,

j) verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Se criado o comitê de elegibilidade e avaliação, as competências descritas nas alíneas “i” e “j” do presente artigo serão transferidas a este órgão.

Art. 27 - É conferido ao Comitê de Auditoria autonomia operacional para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

Parágrafo Único - O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive de caráter sigiloso, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas à sua competência.

## **CAPÍTULO V**

### **Das áreas de controle**

Art. 28 - São áreas de controle a auditoria interna, *compliance* e gestão de riscos corporativos.

Parágrafo Único - As áreas de controle devem atuar com independência e deter a prerrogativa de se reportar diretamente ao Conselho de Administração, quando for o caso, nos termos da legislação aplicável.

Art. 29 - A auditoria interna, vinculada ao Conselho de Administração, visando o preparo das demonstrações financeiras, é responsável por aferir:

a) a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança; e,

b) a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações.

Art. 30 - A área de *compliance*, vinculada à Presidência, é responsável por:

- a) gerir o programa de *compliance* da Companhia, mediante prevenção, detecção e resposta a falhas no cumprimento de normas internas e externas e desvios de conduta; e,
- b) coordenar e definir a metodologia a ser utilizada na gestão de controles internos.

Parágrafo Único - O titular da área de *compliance* reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

Art. 31 - A área de gestão de riscos corporativos, vinculada à Presidência e liderada por Diretor Estatutário, é responsável por:

- a) coordenar o mapeamento e a gestão do portfólio de riscos corporativos;
- b) apoiar as demais áreas da Companhia na adoção das definições da política de riscos corporativos e dos parâmetros de apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração;
- c) definir a metodologia a ser utilizada na gestão dos riscos corporativos, e apoiar as demais áreas na sua implementação.

Parágrafo Único - A área de gestão de riscos enviará periodicamente ao Comitê de Auditoria relatórios que contenham seus apontamentos e recomendações.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do conselho fiscal**

Art. 32 - O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente e será composto de 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, os quais serão eleitos para mandato de 2 (dois) anos, quando da Assembleia Geral.

§1º - Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- a) aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- b) a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

§2º - O Conselho Fiscal elegerá, dentre os seus membros, o seu Presidente, que convocará e conduzirá as reuniões.

§3º - Os cargos dos Conselhos Fiscais das sociedades controladas e/ou coligadas, cujo preenchimento couber à Companhia, serão indicados conforme critérios e política de elegibilidade e avaliação aprovados pelo Conselho de Administração.

Art. 33 - No caso de renúncia ao cargo, falecimento ou impedimento, será o membro efetivo do Conselho Fiscal substituído pelo seu respectivo suplente, até que seja eleito, pela assembleia geral, o novo membro, o qual deverá ser escolhido pela mesma parte que indicou o substituído.

Art. 34 - Competem ao Conselho Fiscal as atribuições fixadas na legislação aplicável, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas, dentre elas:

- a) fiscalizar, por quaisquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração, conforme o caso, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- d) denunciar, por quaisquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;
- e) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;
- g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; e,
- h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Art. 35 - A remuneração global ou individual dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege, em consonância com a legislação aplicável.

## **CAPÍTULO VII**

### **Do exercício social**

Art. 36 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras, de acordo com a legislação aplicável, podendo ser levantados balanços semestrais ou intermediários referentes a períodos menores.

Art. 37 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.

Parágrafo Único - O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

- a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- b) 50% (cinquenta por cento) será distribuído, como dividendo obrigatório, aos acionistas da Companhia, observadas as demais disposições do presente Estatuto Social e a legislação aplicável; e,
- c) o saldo, após a retenção prevista em orçamento de capital e/ou investimento elaborado pela administração da Companhia, com observância da Estratégia de Longo Prazo e da política de dividendos nela prevista e devidamente aprovado, será aplicado na constituição de reserva de lucros destinada à distribuição de dividendos extraordinários, nos termos do art. 39 deste Estatuto Social, até o limite máximo previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

Art. 38 - Os dividendos serão distribuídos, obedecida a ordem abaixo:

- a) dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais;
- b) dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais.

§1º - Uma vez distribuídos os dividendos previstos nas alíneas “a” e “b” do caput deste artigo, as ações preferenciais concorrerão em igualdade com as ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais.

§2º - O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre capital próprio e dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

§3º - As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, serão imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Art. 39 - Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa da Companhia o permitir, a Companhia utilizará a reserva de lucros prevista na alínea “c” do parágrafo único do art. 37 deste Estatuto Social para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância da Estratégia de Longo Prazo e da política de dividendos nela prevista.

Art. 40 - Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.



Parágrafo Único - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

Art. 41 - É assegurada a participação dos empregados nos lucros ou resultados da Companhia, mediante critérios autorizados pela Diretoria Executiva com base nas diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração e limites estabelecidos pela Assembleia Geral, na forma da legislação aplicável.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Da responsabilidade dos administradores**

Art. 42 - Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e do presente Estatuto Social.

Art. 43 - A Companhia assegurará aos membros e ex-membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria a defesa em processos judiciais e administrativos, ativa e passivamente, durante ou após os respectivos mandatos, por fatos ou atos relacionados com o exercício de suas funções próprias.

§1º - A garantia prevista no caput deste artigo estende-se aos empregados que legalmente atuarem por delegação ou mandato dos administradores da Companhia.

§2º - A Companhia deverá contratar seguro de responsabilidade civil para a cobertura das despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos processos judiciais e administrativos de que trata o caput deste artigo, mediante deliberação do Conselho de Administração.

§3º - A contratação do seguro pode abranger também a defesa dos segurados em outras esferas, desde que os atos não impliquem manifestar ilegalidade ou abuso de poder.

§4º - Alternativamente à contratação ou ao acionamento do seguro, sempre que a cobertura das despesas processuais e honorários e outros revelar-se mais econômica, é possível a contratação, pela Companhia, de escritório externo especializado para a defesa dos atos impugnados.

§5º - Se o membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, o Diretor ou o empregado for condenado, com decisão transitada em julgado, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.

§6º - A companhia deverá emitir Carta de Conforto para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, da Diretoria-Adjunta e do Comitê de Auditoria abrangendo atos praticados de boa-fé, observadas as disposições legais.

## **CAPÍTULO IX**

### **Da resolução de conflitos**

Art. 44 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, antecedida de mediação, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) da B3 ou a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação e violação das disposições contidas na legislação e regulamentação aplicáveis, no Estatuto Social, nos eventuais acordos de acionistas arquivados na sede, nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 1 da B3.

Parágrafo Único - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência, antes de constituído o tribunal arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, observado o foro da comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais.

## **CAPÍTULO X**

### **Das disposições gerais**

Art. 45 - O ingresso no quadro permanente de empregados da Companhia dar-se-á mediante aprovação em concurso público.

Parágrafo Único - Os empregados estão sujeitos à legislação do trabalho aplicável e aos regulamentos internos da Companhia.

Art. 46 - Na celebração de contratos e demais negócios jurídicos entre a Companhia e suas partes relacionadas, incluindo o Estado de Minas Gerais, será observada a política de transações com partes relacionadas da Companhia.

Art. 47 - Nas referências ao termo “legislação aplicável” previstas neste Estatuto Social, incluem-se as normas regulatórias, observada a prevalência da lei sobre normas de natureza infralegal.

Art. 48 - Os *covenants* financeiros atualmente estabelecidos para a Companhia constarão obrigatoriamente da política de dividendos e endividamento da Companhia, a ser aprovada pela Assembleia Geral.

Art. 49 - As políticas complementares a este Estatuto Social, exigidas pela legislação aplicável, serão aprovadas pelo Conselho de Administração por proposta da Diretoria Executiva.

Art. 50 - Os administradores, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria, inclusive os representantes de empregados e minoritários, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados pela Companhia sobre:

- a) legislação societária e de mercado de capitais;
- b) divulgação de informações;
- c) controle interno;
- d) código de conduta;
- e) Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) licitações e contratos; e,
- g) demais temas relacionados às atividades da Companhia.

Parágrafo Único - É vedada a recondução daqueles que não tenham participado de treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 (dois) anos.

Art. 51 - Para fins do disposto no art. 17, §2º, IV, e art. 22, §1º, V, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 26, IX, do Decreto Estadual nº 47.154, de 20 de fevereiro de 2017, não se consideram como impeditivos de indicação dos administradores, inclusive dos independentes, a contratação da CEMIG e suas subsidiárias integrais para as atividades realizadas em monopólio natural, na condição de consumidor.

## **CAPÍTULO XI**

### **Das disposições transitórias**

Art. 52 - As regras referentes aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria previstas neste Estatuto Social serão aplicadas a partir dos mandatos iniciados após a alteração deste Estatuto Social, por força da adaptação preconizada pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Decreto Estadual nº 47.154/2017.

§1º - Excepcionalmente, o primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Companhia terá início com a eleição realizada imediatamente após a aprovação deste Estatuto Social, findando-se na Assembleia Geral Ordinária de 2020.

§2º - Não se considerará como um novo mandato para os efeitos do art. 13, §2º, art. 19 e art. 32 deste Estatuto Social, o interregno entre a última Assembleia Geral Ordinária realizada em 30-04-2018 e a eleição imediatamente após a aprovação deste Estatuto Social.

Art. 53 - Até que o representante dos empregados no Conselho de Administração seja escolhido na forma da alínea "c" do §3º e do §4º do art. 13 deste Estatuto Social, será designado um empregado que atenda aos requisitos próprios, comunicando-se a designação aos sindicatos representantes das categorias.

Art. 54 - Até que ocorram as definições específicas pelo Conselho de Administração, serão mantidos em funcionamento os processos internos, a estrutura organizacional e as denominações em uso na Companhia na data de aprovação deste Estatuto Social.

Art. 55 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável.

## **ANEXO 9**

Proposta de eleição de membro do Conselho de Fiscal Efetivo da Companhia indicado pelo Acionista Controlador, Estado de Minas Gerais.

O Acionista controlador da Companhia indicou o Sr. Pedro Bruno Barros de Souza, como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia, em substituição ao Sr. Fernando Scharlack Marcato, membro efetivo desse colegiado, a fim de cumprir o restante do atual mandato, ou seja, até a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas do exercício de 2023.

### **Candidato indicado ao Conselho Fiscal - Efetivo** **RESOLUÇÃO CVM Nº 81, DE 29 DE MARÇO DE 2022**

<b>7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar em forma de tabela:</b>	<b>Pedro Bruno Barros de Souza</b>
<b>a. nome</b>	
<b>b. data nascimento</b>	25/05/1985
<b>c. profissão</b>	Administrador
<b>d. CPF ou passaporte</b>	069. 734. 746-08
<b>e. cargo eletivo ocupado</b>	Conselheiro Fiscal
<b>f. data de eleição</b>	27.04.2023
<b>g. data da posse</b>	27.04.2023
<b>h. prazo do mandato</b>	Até a AGO de 2024
<b>i. se foi eleito pelo controlador ou não</b>	Indicado pelo Controlador
<b>j. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência</b>	
<b>k. caso o administrador ou Conselheiro Fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data e início do primeiro de tais mandatos</b>	Não se aplica
<b>l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e, (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do</b>	a) BNDES (Administração Pública - Setor Financeiro) - Superintendente de Parcerias em Infraestrutura Social e Serviços Ambientais (Abr/2022 a Fev/2023); b) BNDES (Administração Pública - Setor Financeiro) - Superintendente de Governo e Relacionamento Institucional (Ago/2019 a Abr/2022); e, c) Presidência da República

<b>emissor.</b>	(Administração Pública) - Programa de Parcerias de Investimentos - PPI - Secretário de Coordenação de Energia, Mineração e Aeroportos, Secretário de Articulação de Políticas Públicas, Diretor de Programa (2016- 2019)
<b>m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</b>	Não se aplica
<b>i. condenação criminal</b>	Não se aplica
<b>ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas</b>	Não se aplica
<b>iii. condenação transitado em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</b>	Não se aplica
<b>7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</b>	Não se aplica
<b>a) administradores do emissor:</b>	Não se aplica
<b>b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor</b>	Não se aplica
<b>c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;</b>	Não se aplica
<b>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor;</b>	Não se aplica
<b>7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</b>	Não se aplica
<b>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</b>	Não se aplica
<b>b. controlador direto ou indireto do emissor</b>	Não se aplica
<b>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</b>	Não se aplica